



Número: 42

Horta, 23 de Novembro de 1982

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura
III Sessão Legislativa

Presidente: Deputado Álvaro Monjardino

Secretários: Deputados Fernando Dutra e David Santos

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15 00 horas.

1. Período de Antes da Ordem do Dia:

Pelo Sr. Presidente foi referida a correspondência e o expediente recebidos, tendo sido lido requerimentos apresentados por alguns Srs. Deputados, bem como respostas do Governo Regional a anteriores requerimentos.

O Sr. Presidente deu conhecimento aos Srs. Deputados de que estavam distribuídos os Diários números 16, 17, 40 e 41.

Seguidamente o Sr. Presidente comunicou à Assembleia que a Mesa entendia que se achavam objectivamente verificadas as circunstâncias que justificavam a cessação da suspensão das filmagens do Plenário por parte da RTP-A.

O Sr. Deputado Martins Goulart do PS interpôs o recurso contra a deliberação da Mesa. Submetido à votação foi o mesmo rejeitado por 21 votos contra do PSD, 8 votos do PS e 1 do CDS a favor.

Produziram declarações de voto, a propósito, os Srs. Deputados Martins Goulart (*PS*), Fernando Monteiro (*CDS*) e Pacheco de Almeida (*PSD*).

Entrou-se depois no período de intervenções de interesse relevante para a Região, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Adelaide Teles (*PSD*), Carlos Mendonça (*PS*), José Ribeiro (*PSD*) e Martins Goulart (*PS*).

2. Período da Ordem do Dia:

Eleição da Mesa da Assembleia Regional dos Açores para a Sessão Legislativa de 1982-83.

Foram apresentadas duas listas, sendo uma do PS e outra do PSD.

A lista do PS integrava os seguintes elementos: Dionísio Mendes de Sousa, José Manuel da Costa Bettencourt, Maria da Conceição Bettencourt Medeiros Pereira, Manuel Emílio do Porto e Daniel Augusto Raposo de Sá, todos do PS. A lista do PSD era constituída por: Álvaro Monjardino (*PSD*), Fernando Manuel Faria Ribeiro (*PSD*), Dionísio Mendes de Sousa (*PS*), Fernando Dutra de Sousa (*PSD*) e Manuel Emílio do Porto (*PS*).

O facto da lista do PSD integrar dois elementos do PS originou um protesto por parte do Sr. Deputado Martins Goulart do PS.

Na discussão que se lhe seguiu, intervieram os Srs. Deputados Pacheco de Almeida (*PSD*), Conceição Bettencourt (*PS*), Martins Goulart (*PS*), José Manuel Bettencourt (*PS*) e Fernando Faria Ribeiro (*PSD*), acabando por serem retiradas ambas as listas.

Após conversações entre os Grupos Parlamentares do PSD e do PS, foi apresentada uma única lista constituída pelos seguintes Deputados:

Presidente: Álvaro Monjardino (*PSD*).

Vice-Presidentes: Fernando Faria Ribeiro (*PSD*) e Dionísio Mendes de Sousa (*PS*).

Secretários: Fernando Dutra de Sousa (*PSD*) e Manuel Emílio do Porto (*PS*).

Procedeu-se de seguida à votação, tendo sido eleita a Mesa da Assembleia Regional dos Açores para a Sessão Legislativa de 1982-83, cujos componentes obtiveram os seguintes resultados:

Presidente: Deputado Álvaro Monjardino (*PSD*): 31 votos a favor e 2 votos contra.

Vice-Presidente: Deputado Fernando Faria Ribeiro (*PSD*): 32 votos a favor e 1 abstenção.

Vice-Presidente: Deputado Dionísio Mendes de Sousa (*PS*): 20 votos a favor, 12 contra e 1 abstenção.

Secretário: Fernando Dutra de Sousa (*PSD*): 31 votos a favor e 2 abstenções.

Secretário: Manuel Emílio do Porto (*PS*): 20 votos a favor e 13 votos contra.

Os trabalhos terminaram às 21 00 horas.

Presidente: Vai proceder-se à chamada.

(*Eram 15,15 horas*)

(*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes*

Deputados: PSD – Adelaide Teles, Álvaro Monjardino, Frederico Maciel, Carlos Teixeira, Carlos Bettencourt, David Santos, Fernando Faria, Fernando Dutra, Altino de Melo, Pacheco de Almeida, José Ribeiro, Mário Freitas, Mário Silveira, João de Medeiros, Jorge Cruz, Manuel Valadão, Manuel Melo, Fátima Oliveira, Melo Alves, Joaquim da Ponte, João Luís Borges; PS – Martins Goulart, Jesuíno Facha, Carlos Mendonça, Emílio Porto, Conceição Bettencourt, Avelino Rodrigues, Dionísio Sousa, José Manuel Bettencourt; CDS – Fernando Monteiro).

Presidente: Estão presentes 30 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Período de Antes da Ordem do Dia:

Expediente e correspondência:

– Uma carta dum recluso na cadeia de Pinheiro da Cruz, que se assina por João de Abreu Mendes e em que expõe a situação dos reclusos açorianos que se encontram a cumprir penas no Continente.

– Uma carta do Cardeal Secretário de Estado do Vaticano do seguinte teor:

«O Sumo Pontífice viu com o melhor apreço o teor da moção apresentada e aprovada por unanimidade nessa Assembleia Regional dos Açores, em 16 de Junho de 1982, que houve por bem enviar-Lhe através da Nunciatura Apostólica em Lisboa; nela se expressa regozijo, reconhecimento e congratulação, pela Sua peregrinação a Fátima e visita pastoral a terras de Portugal.

Desempenho-me da honrosa incumbência: de exprimir a Vossa Excelência e à distinta Assembleia Regional dos Açores a gratidão profunda do Santo Padre João Paulo II, por tal delicadeza; e, ao mesmo tempo, de transmitir os Seus votos, extensivos a quantos essa Assembleia representa, das maiores felicidades e dos favores celestiais, para fidelidade aos altos e cristãos ideais em que assenta a «visão da Pessoa humana que transcende a materialidade»; e ainda de certificar que Sua Santidade para todos implora, pela intercessão de Nossa Senhora de Fátima, copiosas bençãos de Deus omnipotente.

Aproveite a oportunidade para lhe afirmar protestos da mais alta consideração, ao subscrever-me

Assina o Secretário de Estado do Vaticano».

– O representante permanente da Fundação Friedrich Naumann agradece à Presidência desta Assembleia e aos seus Deputados pela participação activa e valiosa nos trabalhos da Conferência Parlamentar sobre as Relações Euro-americanas, que teve lugar no passado Verão na cidade de Ponta Delgada.

– A RDP-A comunica-nos que fará a transmissão, em directo, das Sessões destinadas à discussão do Plano e Orçamento para 1983.

– Parecer da Assembleia Municipal da Horta sobre o Plano.

– Parecer do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas sobre o Plano.

– Parecer da Assembleia Municipal de Ponta Delgada sobre o Plano.

– Parecer da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores sobre o Plano.

– O Sr. Director do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais comunica que se realiza em Ponta Delgada, com a colaboração do Governo Regional, um seminário sobre o tema «A Permanência e a Evolução da Importância Estratégica dos Açores», nos dias 27 e 28 do corrente mês. Convida o Presidente da Assembleia bem como os membros da Comissão Parlamentar dos Assuntos Internacionais, a tomarem parte nesse seminário. O assunto já foi levado à Comissão, que deliberou efectivamente participar, com todos os seus membros, nestes trabalhos que vão decorrer no próximo fim de semana.

– O Sr. Dr. José Enes, ao cessar as suas funções de Reitor da Universidade dos Açores, apresenta os seus cumprimentos de despedida com votos, para todos os membros desta Assembleia, de êxito no exercício das suas funções.

– O Sr. Presidente do Governo Regional envia cópia do inquérito que mandou elaborar sobre «a execução dos planos anuais do Governo, na Ilha Terceira, nos anos de 1978 a 1980».

– Do Gabinete do Sr. Ministro da República enviam-nos documentos sobre uma Sessão da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que vai realizar-se na Jamaica de 6 a 10 de Dezembro próximo, para assinatura da acta final da Conferência.

– Do Conselho de Gerência da EDA é-nos remetido um exemplar do Plano de Actividades e Financeiro e o Orçamento de Tesouraria desta Empresa para 1983.

– A Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo envia-nos, em fotocópia do seu livro de actas, o seu parecer sobre o Plano do Governo Regional para 1983.

– A Assembleia Municipal da Praia da Vitória envia-nos o texto dum voto de protesto sobre o serviço dos telefones naquele Concelho.

– O Sr. Secretário Regional do Equipamento Social envia-nos, e é com muito gosto que faço esta comunicação à Assembleia, o processo para lançamento do concurso de arquitectura com vista à construção do novo edifício para a Assembleia Regional dos Açores.

Este processo vai ser apreciado pela Mesa, que sobre ele

se pronunciará, e tão depressa mereça aprovação serão dados os passos necessários para que ainda no corrente ano este concurso possa ser lançado.

— O Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunica que a Direcção do seu Grupo ficou constituída por:

Presidente: José António Martins Goulart;

Vice-Presidentes: Dionísio Mendes de Sousa e Carlos Manuel da Cunha Mendonça.

— O Sr. Deputado Fernando Faria envia à Presidência da Assembleia o seguinte requerimento, que é uma carta, e que passo a ler:

«Fernando Manuel de Faria Ribeiro, deputado pelo PSD à Assembleia Regional em pleno exercício das suas funções, vem trazer à consideração da Mesa, a que V. Exa. preside, o seguinte:

1. Como é do conhecimento da Mesa foi movido, contra o deputado signatário, um procedimento criminal, sob a forma de processo correcional, que corre termos no Tribunal da Comarca da Horta, sob o número Pr. Cor. 322/82.

2. Apesar de ser do conhecimento obrigatório do Tribunal a qualidade de Deputado do signatário; não obstante a circunstância de o signatário ter declarado a sua qualidade de deputado nos autos de processo acima referido não foi este sustado, tendo sido pronunciado o signatário e marcada a respectiva audiência de julgamento, aguardada pelo signatário em regime de liberdade provisória conforme despacho do Juiz de Direito.

3. Considerando que o artigo 21º, nº 3, da Lei 39-80 não permite o julgamento do signatário sem que seja deliberada a suspensão do respectivo mandato, pelo Plenário, conforme preceitua o Estatuto dos Deputados, o signatário solicita à Mesa que submeta à apreciação desta Assembleia se deve ou não ser suspenso a fim de prosseguir o processo».

Este requerimento, que é a primeira comunicação oficial que a Mesa recebe de que existe contra um Deputado regional um processo que atingiu a fase do despacho de pronúncia ou equivalente, vai ser apreciado pela Mesa e, eventualmente, uma vez que ela não pode deixar de conhecer este facto, a Mesa submeterá à Assembleia uma Proposta de Resolução sobre a eventual suspensão do mandato deste Sr. Deputado.

— Da Sra. Deputada Fátima Oliveira, os seguintes requerimentos:

(*Foram lidos*)

— Um requerimento do Sr. Deputado Renato Moura do seguinte teor:

(*Foi lido*)

— Vários requerimentos do Sr. Deputado Fernando Monteiro:

(*Foram lidos*)

— Do Sr. Deputado Avelino Rodrigues, do Partido Socialista, o seguinte requerimento:

(*Foi lido*)

— Um requerimento dos Srs. Deputados Adelaide Teles e Manuel Valadão, do seguinte teor:

(*Foi lido*)

Respostas do Governo Regional:

— A um requerimento do Sr. Deputado Jesuíno Facha sobre «Redes telefónicas na Ilha das Flores».

— Ao requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre «Importações e exportações na Região».

— Ao requerimento do Sr. Deputado Renato Moura sobre «Vãos de e para as Flores».

— Ao requerimento dos Srs. Deputados Avelino Rodrigues e Carlos César sobre «Mercado de Emprego na Região».

— Ao requerimento de 21-9-82 (não está dito quem era o seu autor nem consta) sobre «Interrupções de Energia Eléctrica».

— Ao requerimento do Sr. Deputado Jesuíno Facha sobre a «Reparação da Igreja dos Mosteiros» (diz aqui dos Mosteiros mas deve ser do Mosteiro porque a freguesia do Mosteiro é que fica na Ilha das Flores).

— A um requerimento sobre «Correcção e pavimentação betuminosa do ramal da E.R. 2-2ª para o porto dos Anjos» (não diz quem é o autor mas é de admitir que seja de um Deputado pelo círculo judicial de Santa Maria).

— Ao requerimento sobre o «Troço da estrada que liga o Largo de Santo Antão ao lugar da Mãe de Deus em Vila do Porto». (Também não se indica quem é o Sr. Deputado autor).

— Ao requerimento dos Srs. Deputados Conceição Bettencourt, Avelino Rodrigues, Carlos César e Carlos Mendonça sobre o programa televisivo «Frente com 82».

— Ao requerimento apresentado em 21-9-82 sobre o «Plano de Urbanização de Ponta Delgada». Por nota que aqui vejo em baixo, verifico que esse requerimento é da autoria do Sr. Deputado Fernando Monteiro.

— A um requerimento de 18-6-82 sobre «Despesas efectuadas com a deslocação dos jornalistas que acompanharam Sua Excelência o Presidente do Governo aos Estados Unidos».

— Ao requerimento do Sr. Deputado José António Rodrigues de Melo sobre «Acumulação das funções de Tesoureiro Municipal com Tesoureiro da Fazenda Pública».

— A um requerimento dos Srs. Deputados Conceição Bettencourt e Fernando Monteiro sobre «Divulgação através da RTP e RDP dos debates parlamentares».

— Ao requerimento do Sr. Deputado Fernando Monteiro sobre o «Plano de abastecimento de água em Santa Maria e os investimentos inter-municipais».

— Um dos requerimentos do Sr. Deputado Fernando Monteiro refere-se ao regresso da RTP aqui à Sala. Houve um lapso da Secretaria e, da correspondência a que se fez referência, não constavam as duas cartas — uma da Presidência do Governo Regional e outra do Conselho de Gerência da RTP — que aliás já são do conhecimento de todos os Srs. Deputados pois que o seu teor lhes foi comunicado e que vão ser referidas na parte final deste período de expediente.

Propostas e Projectos:

— Um Projecto do Sr. Deputado Fernando Monteiro (temos que usar a nova terminologia constitucional) de um Decreto Legislativo Regional para « Protecção do património ananaseiro ».

Foi admitido e foi entregue para parecer à Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros.

— Um projecto de Decreto Legislativo Regional do Sr. Deputado José António Martins Goulart com «Alterações à Orgânica e Funcionamento dos Serviços da Assembleia

Regional dos Açores».

Foi admitido e enviado à Comissão de Organização e Legislação. Este diploma foi apresentado com pedido de urgência, pelo que será agendado, possivelmente na Sessão de amanhã, a apreciação deste mesmo pedido.

— Uma Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre «Investimentos Inter-municipais».

Veio do Governo Regional e foi despachado para a Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos para parecer.

— O Plano a Médio Prazo e sua proposta com o anexo I e a proposta de Orçamento também remetida logo a seguir.

Ambas estas propostas foram já até tratadas pela Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros e os pareceres respectivos foram oportunamente proferidos.

— Uma Proposta de Resolução do Sr. Deputado Martins Goulart visando a revogação (e também com pedido de urgência) da resolução de 30 de Junho sobre a permanência da RTP nas reuniões plenárias foi recebida a 5 de Novembro e na altura, porque não havia ainda qualquer deliberação da Mesa sobre o assunto, despachada para a Comissão de Organização e Legislação.

Adiante, quando fizer referência a esta situação relativa à RTP, se fará referência também ao tratamento regimental que se supõe ser de dar a esta Proposta de Resolução.

— O Governo Regional apresentou uma proposta de revisão do «Plano de actividades para 1982 do GAR».

Foi recebida com pedido de urgência e foi mandada baixar para a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros para parecer. Tenho informação de que o Governo Regional pretende solicitar que, quando se apreciar o pedido de urgência, essa apreciação se faça também com dispensa do exame em Comissão.

Pergunto ao Sr. Secretário Regional das Finanças se efectivamente confirma o pedido de apreciação do pedido de urgência incluir a dispensa de exame em Comissão.

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes dos Santos): Confirmo.

Presidente: Muito bem. Será agendada também para altura oportuna com esta precisão.

— O «Plano de Actividades do GAR para 1983» também está apresentado com pedido de apreciação urgente.

Suponho, Sr. Secretário Regional, que também quanto a esta proposta se pretende a dispensa da ida à Comissão.

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes dos Santos): Sim, também se pretende.

Presidente: Será agendada nesta base.

— Temos depois os pareceres da Comissão de Organização e Legislação sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional para «Protecção dos moinhos de vento na Região».

— Parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros sobre a Proposta de Resolução, autorizando a contracção de um empréstimo externo para o financiamento do programa de desenvolvimento da agro-pecuária do Pico.

— Parecer da Comissão de Organização e Legislação sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional para protecção do mero.

— Relatório da Comissão para os Assuntos Internacio-

nais apresentado nos termos do artigo 33.º do Regimento.

— Parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros sobre a Proposta de Orçamento para 1983.

— Parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros sobre a Proposta do Plano para 1983.

Srs. Deputados, têm ainda na vossa frente alguns Diários da Assembleia Regional.

Segundo a orientação que ficou definida no último período legislativo, já poderão encontrar os Diários das últimas sessões. Quanto aos Diários atrasados continua-se a recuperar o atraso em que se encontram mas, pelo menos agora, já é possível seguir com muito mais proximidade o registo escrito e oficial dos trabalhos do Plenário.

Estão, assim, na mesa dos Srs. Deputados para reclamação os Diários nº 16 de 4 de Junho de 1981 e o nº 17 de 5 de Junho de 1981 e depois o nº 40 de 21 de Setembro de 1982 e o nº 41 de 23 de Setembro de 1982.

Relativamente ao problema da cobertura televisiva dos trabalhos do Plenário, a Mesa da Assembleia Regional recebeu, em 19 do corrente mês de Novembro dois ofícios, um da Presidência do Governo Regional, comunicando que fora recebido um ofício com um requerimento de alguns deputados solicitando a realização de um inquérito, informando que, conforme a solicitação, fora determinado a realização de um inquérito ao funcionamento do Centro Regional da RTP, relativamente à cobertura televisiva da Assembleia Regional.

Na mesma data e também com a mesma data de emissão que era de 17 de Novembro foi recebido um ofício do Sr. Director do Centro Regional da RTP, cujo teor me parece dispensável ler uma vez que ele já foi levado ao conhecimento individual de cada um dos Srs. Deputados.

A Mesa, perante os dois ofícios e interpretando a resolução de 30 de Junho de 82, entendeu que se achavam objectivamente verificadas circunstâncias justificativas da cessação da suspensão das filmagens dos Plenários por parte da RTP-A.

Com efeito, e sem prejuízo do que vier a apurar-se em inquérito, ressalta agora um espírito de cooperação e de respeito por parte da direcção da R.T.P.-A que justifica não se prolongar por mais tempo a suspensão decidida por esta Assembleia.

Em conformidade com esta deliberação da Mesa se transmitiu à Direcção do Centro Regional da RTP que deixara de haver obstáculos à sua permanência nesta Sala e, efectivamente, aqui temos já a aparelhagem para poder fazer a cobertura de, pelo menos, parte dos trabalhos.

Esta actual situação permite-me já responder àquele requerimento do Sr. Deputado Fernando Monteiro.

O requerimento do Sr. Deputado Fernando Monteiro era no sentido de saber se a Mesa poderia autorizar a RTP a regressar a esta Sala sem uma nova deliberação do Plenário da Assembleia.

A Mesa entendeu que sim, porquanto considerava (e considera) que aquela resolução era uma resolução que comportava uma condição resolutiva, ou seja, comportava que o cenário, segundo o qual fornecidos que fossem determinados critérios, deixaria de haver razão para que a situação de suspensão se mantivesse.

Como a Assembleia não se reservou o direito de ser ela a apreciar se, sim ou não, haviam sido fornecidos os critérios, a Mesa entendeu que, em execução sempre dessa deliberação, lhe competiria entender se estavam ou não fornecidos os critérios.

Foi nesta linha de pensamento que, no período legislativo de Setembro, a Mesa entendeu que a resposta, ao tempo recebida, não preenchia as condições exigidas pela resolução de 30 de Junho passado.

Assim, o assunto, como os Srs. Deputados estarão recordados, foi objecto de longo tratamento nesta Assembleia, a deliberação da Mesa foi sujeita a uma confirmação ou não confirmação por parte do Plenário e tudo continuou como antes dessa confirmação, inclusivamente o próprio entendimento da Mesa.

Perante a conjugação destes novos dados a Mesa entendeu que se achavam verificadas as condições que não considerara verificadas ainda em Setembro do corrente ano e, nesta conformidade, sempre em execução (no seu entender) da deliberação de 30 de Junho, deliberou que não via inconveniente em que a RTP regressasse a esta Sala.

Esta é que é a resposta que a Mesa entende que pode dar ao Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Relativamente ao Projecto de Resolução do Sr. Deputado Martins Goulart parece-nos que, uma vez que o assunto se mostra resolvido e que a resolução de 30 de Junho desta Assembleia Regional se considera completamente esgotada em todos os efeitos que poderia produzir, efeitos esses que se traduziram primeiro numa suspensão de presença da RTP na Sala para determinadas filmagens e, em segundo lugar, numa cessação dessa suspensão, a Mesa entende, ia-se dizendo, que o Projecto de Resolução deixou de ter conteúdo útil e, conseqüentemente, comunico ao Sr. Deputado que o assunto vai ser mandado retirar da Comissão para que fôra remetido por já não se justificar que a Assembleia tenha que se pronunciar sobre este assunto especificamente — isto sem prejuízo das críticas que se entenderem fazer à maneira como o assunto foi conduzido.

A verdade é que o assunto está encerrado, repito, sem prejuízo dos juizes que continuem a julgar-se úteis de fazer, mas já em termos históricos, sobre o que se passou.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para, em tempo oportuno, recorrer da decisão da Mesa.

Presidente: Está interposto o recurso. É um requerimento. Vou pôr imediatamente à votação o recurso do Sr. Deputado Martins Goulart.

Resumimos os factos: o recurso é da decisão que acabou de ser comunicada no sentido de considerar sem efeito e sem conteúdo útil, a partir de agora, o Projecto de Resolução do Sr. Deputado que visava a revogação da resolução de 30 de Junho de 1982, sobre a cobertura televisiva dos trabalhos do Plenário desta Assembleia.

Esta decisão, sobre o Projecto de Resolução do Sr. Deputado Martins Goulart, é impugnada por meio de recurso, isto é, o Sr. Deputado pretende que ela seja revogada, ou seja, pretende que o seu Projecto de Resolução continue em processo de apreciação.

Os Srs. Deputados que concordam com o que o Sr. Deputado Martins Goulart pretende, ou seja, com a revogação desta decisão da Mesa, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Secretário: Foi rejeitada por 21 votos contra do PSD e 8 votos do PS e 1 do CDS a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para uma declaração de voto.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A matéria sobre a qual acabámos de votar, trouxe-nos a vários debates nesta Assembleia e, pela importância do seu conteúdo, obrigou-nos a uma reflexão, por vezes controversada, em virtude dos reflexos importantes que a matéria em causa tinha e tem na vida política regional.

Surpreendidos fomos todos com uma decisão de uma Mesa que, há poucas semanas atrás, se tentou desculpar de qualquer intervenção nesta matéria porquanto, e nessa altura, referiu sempre que, por decisão soberana da Assembleia, uma determinada acção tinha sido encetada.

A Proposta de Resolução que apresentámos e embora discordando de todo o processo e apontando na justificação dessa resolução a parte que nós consideramos como de facto responsável pelos conhecimentos aqui havidos, o que me traz novamente a tentar recapitular a verdade de alguns factos, é a certeza de que, sem uma resolução da Assembleia, sem a mesma forma formal de resolver o problema, a Mesa não tem competência para decidir contra uma decisão expressa pela Assembleia Regional dos Açores por mais ilegal que ela tenha sido.

Tentativas diversas fizemos então para que a Mesa, porque considerávamos e consideramos que a Mesa é e foi responsável pela ilegalidade cometida, que a Mesa poderia nessa altura, em face dos acontecimentos criados, revogar a decisão então tomada e cometer novamente à Rádio Televisão Portuguesa as condições e o direito e o reconhecimento do direito de estar aqui presente a fazer a cobertura televisiva. Certamente que estas questões complicadas que nos obrigam a tentar repôr com dignidade as implicações decorrentes de um comportamento menos legal e afrontoso para a dignidade desta Câmara não é feita com intenções de repisar ou de continuar a trazer aqui coisas do passado. São coisas do presente, são problemas que afectam a vida desta Assembleia, são questões que a serem colocadas sistematicamente não contribuem em nada para que processos idênticos não venham a ocorrer no futuro e, mais ainda, devo dizer que, tanto mais nos espanta esta atitude, quanto nada de novo, sobre o sujeito que trouxe à Assembleia o problema da suspensão sobre a matéria em si, sobre o conteúdo que provocou, bem ou mal, o pedido de suspensão e a ratificação desse pedido quanto aos trabalhos da Televisão nesta Casa, nada de novo foi trazido quanto a critérios por parte de quem, neste momento, diz já encontrar satisfeitas as questões apresentadas em requerimento de 30 de Junho.

O Deputado do Partido Socialista, signatário da Proposta de Resolução, invocou certamente dados novos que lhe permitiam fundamentar a alteração da situação.

A nova troca de correspondência entre a Assembleia e a Rádio Televisão Portuguesa, não esclarecem em nada aquilo que serviu de base à suspensão dos trabalhos televisivos.

Nessa altura, a intervenção do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD fez-se porque ele desconhecia os critérios de cobertura da RTP. Não condicionou essa suspensão a qualquer eventual e possível inquérito — essa atitude foi tomada posteriormente — condicionou, isso sim, a presença da Televisão, e foi essa a base do seu requerimento, relativamente ao desconhecimento dos critérios que a Televisão seguia na cobertura dos trabalhos do Parlamento Açoriano.

Esses critérios não são conhecidos em função dos documentos distribuídos aos Deputados, nem dos ofícios referidos por Sua Exa. o Presidente da Assembleia Regional.

Neste momento desconhecemos ainda, em função desses documentos, qualquer novo critério, qualquer nova informação. Essa, a existir, foi trazida por informação da parte justificativa da Proposta de Resolução que apresentei. Aí sim, remeto a esta Assembleia para correspondência havida entre a Assembleia e a Rádio Televisão Portuguesa, ocorrida há um ano, em que o Centro Regional da RTP tinha informado, através duma resposta a um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, dos critérios que seguia, tanto quanto à utilização do tempo de antena pelos Partidos representados no Parlamento, como à parte noticiosa que a Rádio Televisão Portuguesa definia relativamente à cobertura televisiva dos trabalhos parlamentares.

Isto para dizer, uma vez mais, que algo de estranho, que algo de anormal se está a passar porque, rigorosamente, não foram satisfeitas as razões que levaram o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD a pedir ilegalmente, ou pelo menos que provocou o seguimento ilegal de uma decisão da Mesa que obrigou a Televisão a suspender os seus trabalhos, que levou o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD a tomar a atitude de exigir o conhecimento dos critérios. Estes desconhecem-se! E não é porque o Governo manda um ofício no mesmo dia que a Televisão a dizer que vai-lhe instaurar um inquérito, não é porque a televisão não diz mais nada de novo do que tinha dito que, agora, se acham satisfeitas as questões então apresentadas.

Este é o espanto que, de facto, marca este momento político da vida regional.

Como é que se consegue mistificar uma situação tão clara que obrigou os Deputados desta Câmara a uma reflexão tão profunda, a debates tão acalorados para, num repente, com dois ou três papeis que nada de novo trazem, se chegar à conclusão que tudo está esclarecido?!

Ou andaram a brincar connosco, ou andam a brincar connosco, ou então algo de grave se passa.

E, se algo de grave se passa, temos que ser esclarecidos!

Têm que nos dizer, aqui e nesta Casa, quem é que influenciou, ou a Mesa, ou a Televisão, para que neste momento se diga o dito por não dito, para que neste momento se diga que a razão já não é razão, para que neste momento perante o nada se diga que já há tudo. Gostaríamos de saber, e fazemos a declaração de voto, porque num sentido positivo trabalhamos esta matéria e apresentámos serenamente o Projecto de Resolução que resolvia o problema. Es-

se Projecto de Resolução podia ser alterado nos seus considerandos. A Comissão, se tivesse respeitado o prazo que foi cometido para apreciação deste Projecto, podia eventualmente tê-lo rejeitado, podia ter introduzido os seus próprios considerandos, podia ter sido resolvida esta questão com toda a dignidade por esta Câmara.

Mas, os responsáveis maioritários neste Parlamento decidiram, uma vez mais, demonstrar que não dignificam com o seu comportamento esta Câmara. Demonstraram uma vez mais que é fácil, só porque detêm a maioria, dizer que o que está por resolver está resolvido sem o terem resolvido.

Isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é demasiado para que se continue a aceitar!

As matérias que estão em discussão atingem o cerne da democracia.

O direito à liberdade de imprensa, o direito aos Deputados terem a informação que precisam para poderem funcionar não pode ser substituído por pequenas justificações de ordem habilidosa que acabam por esconder aquilo que não pode ser escondido e que acabam por modificar atitudes de um Plenário, do Órgão máximo do Parlamento da Autonomia Regional, que acabam por criar situações de ofensa à dignidade de quem aqui está e que fica surpreendido por decisões contrárias às decisões colectivas deste Órgão, que fica obviamente marginalizado em todo o processo resolutivo, só porque é mais útil talvez, em termos de opinião pública, não demonstrar os quês e os porquês de toda uma questão que, por ter sido suficientemente divulgada em termos de Comunicação Social, merecia um tratamento profundo, claro e transparente para que, se dúvidas houve e se erros foram cometidos, eles fossem resolvidos em igualdade de circunstâncias com o conhecimento público e transparente que o debate já trazido à opinião pública permitiu dar a conhecer a todos os açorianos.

Esta é a segunda questão.

— Porquê a ocultação de razões que não aparecem?

— Porquê manter-se um problema escondido?

— Porquê dizer-se que agora está tudo bem quando há dois ou três meses estava tudo tão mal?

— Que ilegalidades foram cometidas e que o direito livre informação do povo dos Açores foi coarctada?

— Porquê, agora, aquela máquina que ali está, que parecia ser o instrumento vil da Rádio Televisão Portuguesa, já não ofende ninguém?

— O que é que de novo está ali para garantir que agora tudo está bem?

— Qual é o escrito que garante que o que fôr hoje aqui registado o é feito com toda a dignidade pela pluralidade, no respeito pela democracia?

— O que é que está a acontecer que põe os responsáveis por esta Casa numa posição de segurança, de garantia, de que tudo correrá pelo melhor?

Este é, de facto, o desabafo de quem leva as coisas a sério na medida das suas possibilidades, na medida da sua vontade, na medida da sua seriedade.

Algo de errado está a acontecer!

Que a Televisão esteja aqui dentro sem proibição! . . . mas que o esteja não para resolver problemas do poder a

ninguém. Não para que o Governo aqui hoje possa claramente ter todos os seus Secretários com cobertura televisiva!

Não para que isto sirva para campanhas eleitorais!

Não para que nós, mais uma vez, Assembleia Regional dos Açores, fiquemos subordinados ao interesse do Executivo!

A dignificação desta Assembleia passa por que essas questões fiquem de facto de parte.

A dignificação desta Assembleia passa, mesmo que custe a muitos, pela clarificação do que acontece aqui dentro.

Passa por todos nós, num gesto de abertura, para que nos unamos no esforço colectivo de recuperar a imagem pública da Assembleia Regional dos Açores.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro deseja usar da palavra também para uma declaração de voto.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votei favoravelmente a resolução saída do Grupo Parlamentar do PS porque via, naquela resolução, a maneira mais digna de repormos determinadas atitudes que eu lamentavelmente também e só na primeira corroborei.

Vi naquela resolução uma maneira muito séria de transparecer ao Povo dos Açores, que nós todos, aqui na Assembleia, temos uma virtude muito grande — a da humildade, a do reconhecimento de que os nossos erros são para corrigir por nós próprios.

Votei favoravelmente na esperança de que, com o meu acto, alguém perceba ^{que} pelo menos não vou em nenhuma demagogia.

Presidente: O Sr. Deputado Pacheco de Almeida tem a palavra para uma declaração de voto.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A declaração de voto do Partido Social Democrata em relação a esta matéria tem de ser, antes de mais nada, no entendimento de algumas das afirmações do Sr. Deputado Martins Goulart e sobretudo também para repôr alguma da verdade que é necessário introduzir nesta Câmara.

O Partido Social Democrata fica sem entender se se pretende manter a RTP fora desta Sala por mais tempo ou, na realidade, voltar a ter connosco a RTP.

(Vozes do PS e do CDS: Não apoiado!)

O Orador: Gostaria que a oposição guardasse o respeito para com a minha intervenção que soube ter para com as outras intervenções. Os «não apoiados» podem manter-se. Aquilo que se disse antes da minha intervenção já está ouvido e é necessário que aquilo que eu tenho para dizer se ouça, não obstante os Srs. Deputados da oposição por vezes perderem a compostura, o que vem sendo frequente sempre que uso da palavra . . . o verniz, nalguns casos, Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Eu tenho várias camadas de verniz.

O Orador: Às vezes é necessário ter várias camadas de verniz para perder uma em cada semana que passa e sobrevi-

ver.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Mas não se gastam . . . e há outros que não têm nenhuma.

O Orador: Há diálogos que introduzidos nesta Câmara são menos convenientes mas, não os podemos deixar passar em claro, por mais que isso nos pretenda afastar duma atitude limpa, ínvia e serena.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): A sua benção, Sr. Padre!

(Risos)

O Orador: Eu terei de admitir que aquilo que o Deputado Martins Goulart acabou de dizer nesta Sala, que é o do respeito que se pretende trazer a esta Câmara, que é uma farsa pelo menos muito bem interpretada por alguns e é necessário que a dignidade das intervenções dos Deputados seja acompanhada pela compostura das suas atitudes dentro da mesma.

Eu vou procurar dizer aquilo que gostaria de deixar aqui como uma declaração de voto.

Estava dizendo, quando fui interrompido, que ficava sem saber e que permaneço na dúvida se o que se quer é, de facto, a RTP nesta Sala ou não.

É isto porquanto ainda ontem, e em diálogo mantido com membros responsáveis do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, os mesmos me disseram que os trabalhos da Comissão estariam convocados para ontem às 4 horas da tarde e a apreciação desta matéria não tinha razão de ser, uma vez que uma resolução havia posto termo à necessidade de sobre essa matéria trabalhar uma Comissão. Se for necessário invocarei aquilo que me foi dito pelos três Deputados em questão do Partido Socialista.

Foi ao abrigo desse entendimento, que mantenho a certeza que me foi dito de boa vontade e de boa fé, que os trabalhos dessa Comissão não tiveram lugar ontem às 4 horas da tarde.

Portanto, isto serve para cobrir o porquê do não trabalho da Comissão que, a qualquer altura, penso eu, poderá sobre esta matéria debruçar-se porquanto também eu entendo que a presença da RTP nesta Sala deve ser mais bem entendida por todos os que trabalham nesta Casa e os que são servidos, bem ou mal, pelo trabalho que a RTP faz na mesma.

Todos lembramos, e é necessário que se diga, que o trabalho que a RTP fez por esta Câmara, nos últimos tempos em que pôde trabalhar para ela, não tinha qualidade, e eu repito, não tinha qualidade de informação.

Todos nós já nos queixávamos e nós, não os Deputados mas sim o povo das nossas ilhas, de que a qualidade de informação era quase nula, chegava-lhe com «slides» mais do que gastos em linguagem telefónica que nada dizia muitas vezes do que se passava aqui.

Se o que ^{se} pretendia manter nesta Câmara era um trabalho com essa qualidade nada devia ter sido feito.

Quando como Deputado subscrevi um requerimento que aqui tenho, no sentido de ser instaurado um inquérito aos trabalhos que nesta Sala vinham sendo resolvidos pela RTP-A, não me moviam, tal como não me movem hoje, razões contra nenhum trabalhador em particular da RTP-A.

Moviam-me sim e ainda me movem hoje — daí aguardar que o inquérito proceda com toda a celeridade — razões de conhecimento de critérios de trabalho objectivo para a cobertura das Sessões da Assembleia Regional dos Açores nesta Câmara.

Verdade é que os ofícios e cartas, ao abrigo dos quais por resolução aqui anunciada se considera que por agora este «dossier» fica aguardando a conclusão dum inquérito, nada nos trazem de novo e, aqui, confirmo sim o que diz o Deputado Martins Goulart no que refere aos critérios de cobertura dos trabalhos desta Sala. Só alguém que tivesse miopia poderia dizer o contrário a esse respeito.

Mas uma coisa é querermos que os trabalhos desta Câmara sejam divulgados e outra coisa é escondermos a cabeça na areia e ficarmos à espera de, por um eternizar dum inquérito ou por um não aparecimento de critérios tão objectivos quanto desejaríamos, os trabalhos da RTP-A se façam nesta Câmara.

O PSD ao aprovar a moção, que aqui foi posta, de resolução deste «dossier» — chamemos-lhe assim — «cobertura dos trabalhos da Assembleia por parte da RTP-A», fá-lo no convencimento de que o inquérito a desenvolver irá provar, isso também pensamos nós, que os trabalhos que aqui se faziam da RTP não tinham, nesta Sala, a qualidade que se desejaria, que se deseja e que se pretende.

Também nós ficamos aguardando que os trabalhos, que futuramente aqui sejam produzidos pela RTP-A, tenham mais qualidade!

Também nós desejamos levar uma melhor informação do que aqui fazemos, do que aqui dizemos, às dezenas de milhares de pessoas que procuram tomar conhecimento do que aqui se faz!

Também nós procuramos dignificar esta Sala e, na parte que me toca, nunca com àpartes, nunca com algumas questões que pretendem de facto introduzir aqui apenas um elemento estranho de desestabilização dos trabalhos.

Fico aguardando, tal como fica a bancada do Partido Social Democrata, que o inquérito ora movido venha provar que a medida em tempos tomada — suspensão dos trabalhos da RTP-A até que se conhecessem critérios muito objectivos do trabalho — tinha como suporte a não existência desses critérios, do desenvolvimento de um trabalho arbitrário certamente ao abrigo do Estatuto do Jornalista mas, de certeza, que sem qualidade e de modo nenhum adequado à dignidade da cobertura que se exige para os trabalhos da Assembleia Regional dos Açores.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à outra parte do Período de Antes da Ordem do Dia que consta de intervenções sobre assuntos de interesse regional.

Temos cinco Deputados inscritos de maneira que vamos começar a contar o período de uma hora que o Regimento preserva no máximo para esta parte.

Dou a palavra, em primeiro lugar, à Sra. Deputada Adelaide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há problemas que, na realidade, por já terem sido abordados persistentemente quer nesta tribuna quer através de requerimentos e ou de contactos pessoais com os membros

do Governo no sentido de alerta e de procura conjunta das melhores soluções para problemas de política geral, sectorial ou até de carácter pontual, mas cuja solução é necessária para evitar situações de estrangulamento ou de rotura, podem parecer, a quem não vive esses problemas no dia a dia, uma obstinação.

Por outro lado, para os mal intencionados ou pouco conhecedores dos processos de laboração política, a acção de um deputado não pode ser avaliada pela quantidade de intervenções e pela maior ou menor verbosidade e ênfase que lhes sejam dadas.

Porém não pode nem deve este direito e dever regimental e moral esgotar a acção do deputado, dado que não se confina ao registo literário para o Diário das Sessões ou para a criação de uma pura e simples imagem de eficiência perante a opinião pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas breves considerações vêm a propósito de um assunto por cuja solução os deputados do PSD têm vindo a pugnar continuamente desde os tempos da primeira Legislatura. Têm-no feito com persistência, sem preocupações publicitárias ou eleitoralistas, mas com a consciência clara de que a defesa desta questão pontual terá forçosamente de passar pela ajuda governamental.

Certamente esta minha introdução já terá levado os Srs. Deputados a concluir que me refiro ao caso concreto da Adega Cooperativa da Graciosa, cuja situação económico-financeira se vem agravando dia a dia.

Este problema tem sido por mim e pelo meu colega de bancada tratado com insistência e preocupação.

É verdade que não possuímos ainda a resposta ao nosso último requerimento feito na Sessão de Junho em que solicitámos informações quanto ao tipo, qualidade e quantidade de apoios prestados e a prestar, mas sabemos, pelo contínuo acompanhamento pessoal junto do Governo, como deputados e não só, que o assunto tem sido objecto de estudo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se até aqui os deputados do PSD eleitos pela Graciosa têm vindo constantemente a acompanhar e a dialogar com o Governo sobre os problemas da Adega Cooperativa e da reconversão vitivinícola da Graciosa sem intuídos publicitários ou eleitoralistas, como já referi, surge esta intervenção no seguimento de um abaixo assinado constituído por 14 pontos que me foi entregue e como forma pública de afirmar aos sócios da Adega Cooperativa que, para além de algumas intervenções e requerimentos apresentados por nós, deputados do PSD, este assunto tem vindo a merecer a nossa maior preocupação na procura da resposta mais adequada.

É óbvio que o saneamento financeiro da Cooperativa pressupõe medidas concretas de saneamento económico que passam, entre outros factores e em meu entender, por uma gestão capaz (abriria um parêntesis para recordar que a fábrica da UNICOL existente na Graciosa, que esteve fechada por dar avultados prejuízos, mercê de uma gestão cuidada que está a ser exercida, terá este ano saldo positivo); repito, uma *gestão* capaz, mas também uma *política de transportes*

capaz, uma reconversão da vinha capaz, técnicos capazes e associados capazes de entenderem que um movimento cooperativo não é um centro mercantil onde se vende o produto, alheando-se da vida e da gestão do dia a dia, porque uma Cooperativa é da responsabilidade dos cooperantes que se uniram para melhor defenderem os seus interesses.

Este espírito cooperativo é um ponto fundamental do programa do Partido Social Democrata, por isso mesmo o actual Governo assumiu o compromisso de apoiar, fomentar e revitalizar o cooperativismo na Região Autónoma dos Açores.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, porque tenho conhecimento das deliberações tomadas em Conselho do Governo Regional realizado na Ilha Graciosa no passado mês de Outubro, trago a esta Câmara este assunto, para solicitar ao Executivo Regional que avance de imediato com as medidas preconizadas para bem dos viticultores graciosenses.

Disse.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Estabelece a alínea c) do n.º 1 do artigo 81º do Regimento desta Assembleia que o período de Antes da Ordem do Dia se destina «ao tratamento, pelos deputados, de assuntos de interesse político relevante para a Região».

Fi-lo ontem no âmbito da unidade regional. Utilizo-o hoje no contexto de que o todo regional é resultado da junção de todas as parcelas do Arquipélago, mesmo separadas por essa imensidão que é o Atlântico.

A evolução técnico-científica tem permitido que, cada vez mais os Homens se sintam menos separados e distanciados no tempo e no espaço. Tempo virá que esta simples frase será já utilizada de tal forma que o seu impacto não provoque espanto e será um dado adquirido no quotidiano daqueles que a venham a usufruir.

Se o surgimento de novos métodos, de técnicas inovadoras são elementos fundamentais para o desenvolvimento de qualquer sociedade, a sua existência só tem perfeita aplicação quando integrada na perspectiva da sua operacionalidade ao serviço da respectiva comunidade.

Tal operacionalidade passa, em primeira mão, pela competência, dedicação, sentido e senso de oportunidade dos governantes, gestores e população em geral, de toda e qualquer parcela territorial.

Há empreendimentos já efectuados e a efectuar na nossa Região que pela sua natureza, pela sua necessidade, em suma, pelo seu valor, considerado este como polo de necessidade primária, não podem ser olvidados ou ignorados, tão só pelas transformações operadas, a primeira das quais passa pela satisfação das chamadas necessidades básicas de carácter obrigacional.

Vivemos nesta Região já o 6.º ano de governo próprio da responsabilidade política do PPD-PSD. Tem legitimidade política para o ser e neste campo não receberá a minha contestação.

Foi este executivo o responsável, umas vezes directa

outras indirectamente, por alguns dos empreendimentos citados. Contudo, no contexto daquilo que já referi é importante salientar que os mesmos, pela sua natureza, são um dever de quem é detentor do poder, pelo que qualquer que fosse o Partido de responsabilidade governamental tinha a obrigação de cuidar da sua execução e não pode esperar o seu enaltecimento e proclamação gloriosa face aos objectivos atingidos. É questão para se dizer: «A César o que é de César».

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Vem esta introdução a propósito da existência na Ilha Graciosa do seu aeroporto ou aeródromo, e já agora, a talhe de foice, aproveito para perguntar, a quem de direito, a razão porque na aerogare do Pico se pode ver inscrito «Aeroporto do Pico» e na da Graciosa «Aeródromo da Graciosa», uma vez que as duas infra-estruturas têm ambas as mesmas características? Por certo uma boa terminologia para acalmar os ânimos picosenses nesta matéria, mas o certo é os mesmos não se devem deixar ficar por palavras.

Foi mesmo aquilo que em matéria teatral se classifica de «à parte» o que acabei de referir, posto que outros, mais sérios e imperiosos, são os objectivos desta intervenção.

Decorreu em 11 de Julho p.p. o 1º aniversário da inauguração do aeroporto da Graciosa. Facto e data que, os graciosenses em especial, e muitos mais em particular, não podem esquecer, tanto mais se tivermos em linha de conta que tal facto e data era já desejado por todos há várias décadas.

Considero oportuno relembrar, aqui e agora, uma breve conversa que mantive em Outubro do ano findo, decorridos que eram apenas três meses sobre o início da operacionalidade do aeroporto da Graciosa, com o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, através da qual fiz salientar ao Sr. Secretário a hipotética necessidade de, sobretudo no período de Verão, ser aumentado o número de vôos no percurso TERCEIRA-GRACIOSA-TERCEIRA.

A minha observação baseava-se em dados adquiridos com base no conhecimento, não só empírico, do que era e é o movimento de passageiros naquele período em tal percurso. Referia-me o Sr. Secretário que o número de vôos fora calculado com referência ao movimento que era efectuado pelo navio «Ponta Delgada», e que, se necessário fosse a SATA se mostraria aberta à realização dos chamados vôos extraordinários ou de desdobramento.

De facto, tais vôos foram realizados com a regularidade e em resposta às necessidades imediatas que as circunstâncias impunham. Os números que em breve passarei a expôr a V. Exas. serão o melhor elemento que vos podia trazer nesta matéria.

Contudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional, todos V. Exas. terão perfeito conhecimento da diferença que existe entre aquilo que é certo e aquilo que é hipotético, sobretudo nesta matéria de viagens que, por via de regra, impõe uma programação à distância face a uma diversificada gama de circunstâncias que estão subjacentes às mesmas.

Não vou arriscar números, e aproveito para acrescentar que todos aqueles que forem citados foram fornecidos pelos departamentos competentes, contudo, foi em número

elevado de dezenas o das pessoas que no período de Verão (essencialmente nos meses de Julho e Agosto) pretenderam ver os seus familiares; fazer uma viagem turística ou de qualquer outra natureza à Ilha Graciosa e que não tiveram oportunidade de a efectuar, posto que a palavra de ordem quando se pedia uma reserva para aquela ilha, ainda que com certa antecedência, era a que se ficava em «lista de espera», sendo certo que, com 48 ou 24 horas de antecedência se previam os referidos voos extraordinários, os quais, por vezes chegaram a ser de 2 e 3 por dia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Passarei de imediato a expôr alguns elementos que con-substanciarão aquilo que já ficou exposto e, simultaneamente, darão apoio às pretensões que aqui deixarei expressas.

O número total de passageiros que o aeroporto da Graciosa movimentou no período compreendido entre 11 de Julho de 1981 e 11 de Julho de 1982 foi de 13.949, sendo:

- a) 6.740 o número de passageiros entrados na ilha;
- b) 6.507 o número de passageiros saídos da ilha;
- c) 702 o número de passageiros em trânsito.

Por sua vez, no período compreendido entre 12 de Julho p.p. e 9 de Setembro em curso (note-se que nem 2 meses foram decorridos em tal período de tempo) tal número foi de 4.893, sendo:

- d) 2.131 o número de passageiros entrados na ilha;
- e) 2.580 o número de passageiros saídos da ilha;
- f) 182 o número de passageiros em trânsito.

Do exposto infere-se que num espaço de 14 meses o aeroporto da Ilha Graciosa movimentou 18.842 passageiros.

No que concerne ao número de voos extraordinários, desde o início da operacionalidade do aeroporto até 9 do corrente mês de Setembro, tal número foi de 86, sendo certo que só no período já referido (12-7-82 e 9-9-82) se efectuaram 44 voos desta natureza. Mais precisamente num espaço de 60 dias que decorreu nos meses citados no corrente ano o número de voos extraordinários foi superior àquele que se efectuou no decurso de tempo que fez o 1.º aniversário de inauguração do referido aeroporto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Dir-se-á, neste caso, que os números falam por si e eles são o melhor apoio para o alerta que aqui deixo aos responsáveis dos departamentos que superintendem toda a estrutura aeroportuária da nossa Região.

Face a tudo o que fica exposto será exigir demasiado que no período compreendido entre Julho e Setembro, na chamada época de Verão, seja, previamente programado nos horários da SATA mais, pelo menos, um voo semanal no percurso GRACIOSA—TERCEIRA—GRACIOSA? Ou será que tal solicitação poderá, eventualmente, ser enquadrada no âmbito de mais uma veleidade e pretensiosismo das chamadas «ILHAS PEQUENAS» (que aqui deixo dactilografadas com letras maiúsculas)?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Era este o objectivo fundamental desta minha intervenção, contudo, antes de finalizar focarei ainda, muito breve-

mente, alguns aspectos que se me afiguram pertinentes e relacionados com o tema de fundo em análise.

Assim sendo:

1.º — Qual o motivo porque a vedação do aeroporto da Graciosa, elemento importante para a segurança de pessoas e bens, continua a ser feita por umas simples cordas e não pelo material adequado, como por exemplo se vê na Ilha do Pico?

2.º — Se existem instalações para o funcionamento de um serviço de bar; se existem já potenciais candidatos à sua exploração, qual o óbice para a sua abertura?

3.º — O que justifica que os serviços da SATA na Vila de Santa Cruz da Graciosa funcionem numa dependência do Banco Comercial dos Açores, a qual considero com péssimas condições para os seus funcionários, e, com referência ao público, para além de ter que se sujeitar ao horário do Banco, bastará dizer que lhe é reservado um espaço com uma área que não excederá 1 metro de largura por 3 de comprimento? Isto para já não falar da secretária (mesinha) onde o funcionário tem que atender o público nas condições inerentes ao espaço que lhes é reservado, quando é certo que na referida Vila existem excelentes locais para a instalação condigna daqueles serviços. Neste contexto creio que não posso deixar de realçar o exemplar serviço de todos os funcionários da SATA naquela ilha, o que contribui para a boa rentabilidade daquele aeroporto, quando comparada com a de outros da Região e assim é imperioso que, para melhoria de condições de trabalho e para o bem-servir, medidas urgentes sejam tomadas neste campo.

4.º — Quando pensa o Governo Regional dotar o aeroporto da Graciosa dos meios necessários para a maior segurança na operacionalidade dos aviões que o demandam, sobretudo na época de Inverno?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Aqui ficam pois, para quem de direito, elementos concretos de situações, algumas anómalas outras carecidas de correcção, todas elas na óptica exposta.

Que não sejam mais pedradas lançadas ao charco, posto que se o forem, corre-se o risco de o charco só passar a ter pedras.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Ribeiro.

Peço desculpa, o Sr. Deputado Pacheco de Almeida pede a palavra para? . . .

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Para algumas perguntas em relação à intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Presidente: Tem a palavra para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): São vários os pedidos de esclarecimento. . . mas simples.

O Sr. Deputado deu-nos uma panorâmica de como vê a ligação de transporte aéreo com a Graciosa e algumas das preocupações que aqui deixou são pertinentes.

Gostaria de lhe perguntar o seguinte:

— Considera que algumas dezenas de pessoas em lista de espera durante um período de Verão em que se movimentaram mais de 4.983 passageiros terá um significado

muito especial? Gostaria que fizesse este raciocínio projectando «estas dezenas de passageiros» (expressão sua) para outros aeroportos do Mundo.

Mas não é só esta questão. . . ainda tenho outras.

São as seguintes:

— Sabe o porquê dos voos extra para a Graciosa, quem se transporta neles e donde vêm?

— Sabe quanto pedem os proprietários daquilo que designou por «excelentes locais» para que a SATA se instale com os seus escritórios em Santa Cruz da Graciosa? (Desde já confirmo que os locais são excelentes).

Deixo a pergunta e espero a sua resposta.

Gostaria de saber ainda o seguinte:

— O que é que considera ser necessário para maior operacionalidade e segurança do aeroporto da Graciosa durante a operação de Inverno?

São estas as perguntas a que, para já, gostaria de ter resposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para responder a estes pedidos de esclarecimento.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No que concerne ao número de passageiros que eu citei que estavam em lista de espera e que não tiveram oportunidade de viajar eu penso que o Sr. Deputado não fez uma interpretação, pelo menos minimamente linear, da minha intenção que possivelmente é fácil.

Eu referia-me concretamente às pessoas que tinham intenção de viajar, que traziam viagens programadas, nomeadamente do Continente, e que por não terem a programação no horário/SATA, à distância, quando iam fazer a reserva não tinham oportunidade disso, muito embora se com 48 horas ou 24 horas de antecedência elas fossem aos serviços SATA já poderiam eventualmente decidir.

A minha afirmação da intervenção era no sentido de as pessoas terem programado o voo e não, portanto, os voos extraordinários que não se sabe com a antecedência mínima para que as pessoas possam programar a sua vida.

Não sei se é suficiente o esclarecimento ou se precisarei acrescentar mais alguma coisa.

No que se refere à segunda questão era qual o tipo de passageiros que ficavam em lista de espera, não era?

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Não, — Sr. Presidente se me permite — em relação à minha pergunta é se sabe o porquê dos voos extra, que tipos de pessoas nele viajam, ou seja, que género de pessoas e donde vêm. . .

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sei, sim. São essencialmente emigrantes que vêm cá passar o seu período de férias. Quanto ao custo, que o Sr. Deputado considera elevadíssimo, eu fico verdadeiramente espantado quando em relação a outras empresas, nomeadamente a EDA, numa simples loja na Graciosa se está a pagar a «miseria quantia» de 30 contos mensais. (Não sei se isto é resposta suficiente para o Sr. Deputado).

Quanto aos aparelhos de operacionalidade de segurança, devo dizer-lhe que fui informado por responsáveis da própria SATA que efectivamente não eram de carácter de primeira necessidade. Estavam a fazer determinadas experiências com este tipo de aeroportos e são meios de aproximação

cujos termos técnicos eu não sei reproduzi-los aqui porque não sou, digamos, um especialista na matéria. Talvez o Sr. Deputado possa elucidar-nos a todos nós porquanto é uma pessoa bastante elucidativa em vários campos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Pacheco de Almeida, penso que para formular pedidos de esclarecimento.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Não. Agora era para dar alguns esclarecimentos que, aliás, ficaram subjacentes à intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Antes de mais nada eu gostaria de referir que as preocupações deixadas aqui pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça, no que refere à necessidade dos vãos serem programados a servirem as necessidades da Ilha Graciosa, eu subscrevo-as por inteiro. Eu próprio entendo que este horário que a SATA actualmente pratica é um horário que por aproximação se vem ajustando às necessidades de operação na Graciosa muito recentes. Portanto, subscrevo as preocupações no que elas têm de intenção de um melhor servir.

Os esclarecimentos que eu quero dar são no sentido de não ficarmos aqui no entendimento de que se não fizeram algumas coisas que eram importantes que tivessem sido tidas em conta.

Assim, e voltando atrás, os horários da SATA são como os de qualquer outra companhia de aviação distribuídos quando atempadamente se fixam para a estação a que dizem respeito.

Os primeiros que foi possível distribuir atempadamente, por força da abertura do aeroporto que aqui foi referida como tendo tido lugar a 11-7-82, foram distribuídos em Outubro de 81, ano da inauguração do aeroporto, o que permitiu cobrir o período de Inverno de 81. Para o Verão de 82, que acabou há um mês atrás, os horários foram distribuídos com toda a antecedência. Assim, as pessoas que nas diferentes origens pretendiam voar pela SATA e para a Graciosa tiveram com muitos meses de antecedência, tal como as pessoas de qualquer outra ilha da Região servida por aeroporto, os horários da SATA à sua disposição onde quer que vivam ou pretendam viajar. Os horários da SATA chegam a todos os sítios onde há agências de viagens, onde há companhias de aviação e estamos metidos nos serviços dessas companhias.

Outra coisa — e esta eu queria deixar aqui porque me parece que é o cerne da sua preocupação e da nossa e de todos aqueles que estudarem o transporte aéreo para a Graciosa — é pensarmos nos milhares de pessoas que se movimentam em cada ano e no Verão à Graciosa num período muito curto de tempo que o Sr. Deputado situa e muito bem em 70 dias.

O que acontece é que essas pessoas, por razões diversas, não têm possibilidades de planear as suas viagens de modo a informar a transportadora regional de quando é que chegam à Região, de quantos são e de quando é que desejam e pretendem ser transportados. E a transportadora regional está, de momento, nesta condição. Espera que chegue um avião vindo dos Estados Unidos com às vezes 200 pessoas, por vezes até mais, tenho notícia de um domingo em que para a Graciosa, se a memória não me falha, se fizeram 5

«charters», o que significa que foram mais de 200 pessoas que chegaram com destino à Graciosa e é impossível, a quem quer que seja, programar o transporte destas pessoas, cujo desconhecimento de viagem é absoluto, sem ser com a antecedência de 48 horas que é dada pelo transportador. Portanto, as 48 horas que referi são exactas. É o período que o transportador «charter» faz dos Estados Unidos para a Ilha Terceira onde coloca as pessoas e, ao abrigo de um contrato com a SATA segundo o qual a SATA se obriga, no caso da Graciosa, a colocar as pessoas na Ilha Graciosa 24 horas depois de terem chegado à Terceira.

Devo dizer que esta situação é preocupante por lesiva dos interesses da própria SATA que se vê obrigada a planear uma operação quase impossível.

Este esclarecimento penso que é de dar, porquanto às vezes vivemos no entendimento de que as coisas se fazem por milagre ou de que então por capricho se não querem fazer.

Ainda tenho mais alguns esclarecimentos que gostaria de deixar aqui porque penso que também são importantes para o entendimento destas questões.

O facto de uma entidade, mesmo que empresa pública regional, pagar uma renda exorbitante na Vila de Santa Cruz da Graciosa não deve servir de incentivo ou de motivo para que outras empresas lhe sigam o exemplo.

De qualquer maneira deixo-lhe aqui a informação exacta de que só porque um colaborador da SATA não pôde fazer atempadamente um estudo pensado se não decidiu ainda por um local de venda na Vila de Santa Cruz da Graciosa problema que se vai ultrapassar muito embora não tenha, penso eu, a pertinência que aqui se lhe quis achar.

Outra questão muito importante que aqui levantou e sobre essa não posso deixar de fazer uma referência porque podia deixar preocupadas e desnecessariamente as pessoas que utilizam os serviços da SATA por que se falou em segurança de voo e essa é uma componente preocupante de quem viaja, se a memória me não falha, até há um mês atrás tinha sido cancelado um único voo para a Ilha Graciosa, cujo aeroporto tem excelentes condições de navegabilidade e cujos sistemas de segurança e aproximação estão adequados às necessidades do aeroporto. Se me disser que devem ser melhorados, pois a segurança deve sempre ser melhorada, e é verdade aquilo que eu lhe disse. A SATA está a estudar algumas medidas complementares de segurança para aquele aeroporto mas, queria deixar muito clara a noção, de que se viaja com segurança para o aeroporto da Graciosa e que o número de cancelamentos é o mais baixo conhecido em aeroportos desta Região e nomeadamente dos aeroportos do Grupo Central.

E era só em termos de informação.

Presidente: Dou agora então a palavra ao Sr. Deputado José Ribeiro para a sua intervenção.

Deputado José Ribeiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por esta tribuna já passaram muitos Srs. Deputados, que trataram de assuntos reais, outros palpitantes de interesse para as nossas populações, e outros apenas de mera crítica política. Hoje e agora, com a nossa modéstia de estilo e simplicidade de pensamento, vamos falar de como se tem vivido e trabalhado na reconstrução em São Jorge, que

mesmo com algumas carências ainda, vive o ponto mais alto da sua história de cinco séculos, como elemento activo e consciente da nossa plena autonomia.

Temos acompanhado desde o primeiro dia com interesse e muito entusiasmo, o trabalho de reconstrução na Ilha de São Jorge, porque o seu parque habitacional foi duramente atingido pelo sismo de 80, onde nasceram muitas dúvidas e incertezas a preocuparem a suas laboriosas populações, que soube arregaçar as mangas com energia e determinação para vencer a crise habitacional em toda a ilha. Já antes do sismo a falta de habitação condigna era a grande preocupação do nosso século, mas se outros contratempores não vierem ensombrar a vida jorgense, em fins de 1984 todas as famílias terão ali o seu lar moderno e aconchegado, para em paz viverem e trabalharem em prol da Região Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas para se falar com rigor e conscientemente da reconstrução em São Jorge, é necessário percorrer pacientemente as suas 11 freguesias, como já o fizemos várias vezes e outros também, a última das quais no passado dia 4 do corrente mês, onde uma vez mais nos foi possível observar essa gigantesca obra de construção e reconstrução, levada a cabo pelas autarquias e pela sua laboriosa população, que desde o primeiro dia tem recebido apoio incondicional do GAR, podendo assim avançar com os seus próprios recursos como nenhuma outra ilha ainda conseguiu, porque a determinação e querer da sua gente não conhecem limites de querer e entusiasmo.

Pudemos observar com orgulho, entusiasmo e profunda admiração, como os assuntos da reconstrução eram postos aos responsáveis pela mesma, e a forma amigável, correcta e imediata como eram os assuntos resolvidos com agrado e acerto, quer pelo representante do GAR na ilha o Prof. Némésio Serpa, que neste trabalho da reconstrução aliado ao de Presidente da Câmara da Calheta, tem dado uma maravilhosa lição de humanismo e dedicação, quer pelo Coordenador do GAR Eng. Pessanha Viegas que em nome do Governo tem dado a sua total anuência à bela obra ali realizada.

Os panoramas desfrutados dos pontos altos de Santo Antão e do Topo, sobre os diversos núcleos habitacionais destas duas freguesias, alguns reconstruídos totalmente e outros levantados de novo na totalidade, com seus telhados avermelhados brilhando ao sol aconchegados à laia de pequenos mas alegres presépios, atestavam claramente que todo o trabalho realizado seguia o caminho certo, de molde a servir de exemplo a outras regiões e a outras gentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando nos deslocamos a São Jorge sempre ali descobrimos novos e belos horizontes, todos de beleza e muito encanto, como desta vez aconteceu novamente. O enorme volume da reconstrução e nova construção, é uma realidade indesmentível com novos bairros e novos pequenos agrupamentos, ora levantados harmoniosamente junto da igreja, ora perto da estrada regional, ora junto à escola primária, os quais oferecem uma paisagem humana mais digna de ambiente e de conjunto.

Mas para se avaliar e conhecer mais em pormenor essa

obra gigantesca e sem par em São Jorge, desde o seu descobrimento e posterior povoamento, não há nada melhor para nos elucidar mais claramente quando nos encontramos à distância, como os números oficiais, porque eles reflectem uma ideia clara e certa do trabalho realizado em São Jorge após o sismo de 80.

Assim temos a freguesia dos Rosais com 60 obras em curso, 31 já concluídas perfazendo 91; a Vila das Velas com 78 em execução, 11 concluídas num total de 89; Santo Amaro com 77 iniciadas, 31 completadas perfazendo 108; Urzelina 104 em reconstrução, 87 já concluídas somando 191; Manadas com 99 em curso, 37 prontas totalizando 136; Norte Grande, 127 em execução, 29 concluídas perfazendo 156; Norte Pequeno com 39 obras iniciadas, 40 já construídas totalizando 79; Vila da Calheta com 196 em curso, 145 concluídas perfazendo 314; Ribeira Seca com 163 iniciadas, 136 concluídas perfazendo 299; Santo Antão com 283 obras em curso, 120 já concluídas somando 403; e finalmente o Topo com 124 iniciadas, 94 já concluídas totalizando 218 obras.

E agora num resumo muito sintético, diremos que se encontram em curso em São Jorge 1 323 obras, já se encontram completamente entregues e concluídas 761 obras o que totaliza no dia 31 de Outubro último o número surpreendente de 2 084 obras em realização ou já realizadas, apenas no espaço de 33 meses, o tempo que decorreu depois do grande terramoto do primeiro de Janeiro de 80.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O presente parque habitacional de São Jorge, não é apenas constituído pelas antigas casas agora em reconstrução, são também as novas habitações erguidas através das linhas de crédito, são ainda os novos bairros para os desalojados das Fajãs, erguidos na Ribeira Seca e em Santo Antão, tudo isto feito em segurança e com a inovação de terem um ou dois quartos de banho e muitas delas com depósitos cisterna privativa para água.

Mas São Jorge cresce e moderniza-se através das suas novas escolas já construídas ou em reconstrução, o levantamento dos Impérios do Espírito Santo arruinados com o sismo, o lançamento pela Câmara de novas vias de comunicação a servir os novos núcleos habitacionais, a canalização de água potável a avançar para todas as freguesias e todas as casas, os postes de alta e baixa tensão para levar até fins de 83 a energia eléctrica a todas as povoações. Isto é São Jorge do presente e sempre a trabalhar cada vez mais, para em breves anos se transformar numa ilha onde existe a alegria de viver.

Se tivermos em conta que o terramoto de 1757, levou mais de um século a levantar as casas caídas, que o sismo de 1964 levou mais de uma dezena de anos a reconstruir as casas danificadas e a construir meia dúzia de novos edifícios, temos de concluir que a reconstrução em São Jorge é cem por cento positiva, já que temos a promessa para nós a constituir uma certeza, que em 1984 teremos a reconstrução concluída, certamente com cerca de 2 200 prédios novos e outros reconstruídos, facto que por si só não precisa de mais comentários nem elucidacões.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Gover-

no:

Mas para além das casas em reconstrução, temos a Matriz do Topo em obras e outras em breve se seguirão, como já foi anunciado pelo Governo e pela Diocese. Mas a grande coroa de glória em matéria de reconstrução, vai para a Secretaria Regional da Educação e Cultura, pela maravilhosa obra que vem a realizar no Relicário Sacro, único do seu género, a Igreja de Santa Bárbara na freguesia das Manadas, onde trabalham permanentemente pequenas equipas de artistas, técnicos especializados e até investigadores. Procedese à consolidação do edifício, no restauro dos painéis de azulejos do século XVIII, na conservação e restauro das obras de talha dourada, assim como nas valiosas telas que o tempo estava destruindo. Umás e outras obras já nos dão a ideia da sua beleza e da sua dimensão artística, tudo isto feito por técnicos açorianos.

Por tudo isto que citámos, convidamos os Srs. Deputados dos três Partidos desta Câmara, para nos termos do número 1 do artigo 23º do Estatuto do Deputado, organizarem uma visita de trabalho e estudo a São Jorge, para contactarem pessoalmente com a realidade da reconstrução e desenvolvimento de São Jorge, por ser um trabalho digno, valoroso e merecedor do nosso reconhecimento. Se o convite for aceite como esperamos, terão a nossa presença e a nossa ajuda em tudo que possa ser útil.

Por tudo isto, endereçamos ao seu directo responsável, Sr. Nemésio Serpa e ao Coordenador do GAR, Sr. Eng. Pesanha Viegas, em nome da maioria do povo jorgense o nosso reconhecimento pelo maravilhoso trabalho realizado, ao mesmo tempo que saudamos todo o povo e as autarquias de São Jorge, pela grandiosa lição de trabalho, dedicação e amor à terra natal, por terem transformado uma ilha revolvida e estilhaçada pela desgraça do sismo, num belo jardim a florir com força e magia. Parabéns e bem hajam.

Tenho dito.

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart tem a palavra para a sua intervenção.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Secretários Regionais e Sr. Sub-Secretário Regional:

O processo de institucionalização da autonomia regional tem sido, nos últimos seis anos, sempre controverso e bastas vezes desastrosamente conduzido por dirigentes políticos do PSD.

Quer no Governo, quer na Assembleia Regional, o PSD é o único responsável pela crise generalizada que atinge a vida de todos os açorianos e pelo descrédito profundo em que caíram, na opinião pública, os Órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Ninguém hoje nos Açores acredita no falatório parlamentar e governamental da maioria — quase sempre despido de objectividade e de intencionalidade positiva — pois que a actividade dos Órgãos de Governo da Região se resume num estranho jogo de influências e de poderes, de ambições e frustraões pessoais — servindo interesses de clientes favorecidos e de governantes bem instalados — o que em nada contribui para a dignificação e prossecução dos nobres objectivos que os ideais democráticos e autonómicos implicam.

Por outras palavras, tem a maioria regional, isto é, o PSD, atentado contra os ideais que constituem o ceme dos princípios da autonomia e da democracia, conduzindo inevitavelmente as esperanças do nosso povo para um beco de saída muito difícil.

Para prova do que afirmo, veja-se e aprecie-se a evolução institucional do órgão principal da Autonomia dos Açores — esta Assembleia Regional.

Quem aqui está desde a primeira hora de vida desta Câmara recorda-se do arranque difícil, dos primeiros embates parlamentares e das obstruções que, logo de início, o PSD colocou no caminho da consolidação estrutural orgânica do nosso Parlamento, bem como das tentativas tendentes a dificultar a funcionalidade da instituição que deveria assumir-se como esteio da nossa experiência autonómica.

Seria fastidioso enumerar e repetir nesta tribuna todos ou alguns dos graves episódios que nesta Casa se desenrolaram, em desprestígio do bom nome e função do Parlamento Açoriano, que as obsessões da maioria, evidenciada através de assomos de comportamento ditatorial, foram vincando, na experiência do Parlamento, vícios perturbadores que hoje explicam o estado degradado e lastimoso desta Assembleia, na falta de credibilidade perante a opinião pública, e mais, o desencanto com que grande número de deputados participam nas actividades parlamentares, sem a convicção correspondente à responsabilidade que assumiram ao ser eleitos, sem a vontade de alterar a situação propositadamente iniciada.

Ninguém ousará refutar que foi o PS quem, ao longo destes tempos, tem denunciado as irregularidades mais gritantes que vêm afectando o funcionamento da Assembleia e a ausência dos meios parlamentares mínimos ou suficientes para que seja digno e eficaz o desempenho do mandato de deputado.

Embora tenham já sido dados alguns passos no sentido das posições desde sempre defendidas pelo PS, julgamos terem sido tardias, incompletas e contraditórias, as soluções adoptadas.

Estas vieram de encontro a deputados profundamente inibidos e desmotivados, pouco contribuindo para que resultasse a alteração qualitativa desejada quanto ao posicionamento e a afirmação institucional da Assembleia no contexto político regional.

Os mecanismos de propaganda orientados a favor da ostentação pessoal de uns poucos têm levado para além fronteiras a imagem de uma Assembleia que não existe.

Esta Assembleia não foi imaginada nem constituída para servir de penacho a ninguém, e muito menos para esvaizar o conteúdo parlamentar do regime autonómico.

O princípio da negação dos poderes, no contexto de um regime parlamentar puro, tem sido sistematicamente violado, tão forte foram as pressões exercidas pelo Executivo em dominar descarada ou subtilmente — consoante a conveniência de ocasião — a maioria parlamentar que lhe corresponde.

A carga legislativa imposta pelo Governo sem que os deputados disponham de tempo e instrumentos para exercer integralmente a importante missão que a lei lhes atribui, contribuiu significativamente para que, perante a opinião

pública, ficasse uma vez mais reduzido ao mínimo e invertido o papel da Assembleia.

Assim, fomos conduzidos às maratonas parlamentares, aos debates parlamentares enlatados, aos períodos legislativos de cinco dias, às comissões que divagantes ao sabor das férias e dos ritos religiosos, enfim à desagregação de esforços e à concentração da irracionalidade.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Chegou o tempo de dizer: Basta!

O calendário dos trabalhos parlamentares não pode ser definido em função das agendas de alguns deputados e dos seus interesses materiais por forma a permitir-lhes acumular a frugal passagem por esta Casa com o exercício das respectivas profissões liberais, o que é sempre feito em prejuízo do Parlamento e sua importante missão.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Ocorre-me perguntar: Quem é que, nesta Assembleia não está interessado na promoção institucional do Parlamento açoriano?

Não estamos todos obrigados, pelo compromisso que assumimos de defender o regime democrático e a autonomia constitucional, a fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para alterar a lastimosa situação a que fomos conduzidos?

Estou convencido de que não restam muitas alternativas, porque a corrupção já se instalou nesta Casa. O abuso do poder é exercido despudoradamente e o ambiente geral que define as relações humanas e os serviços da Assembleia é deveras preocupante.

O responsável máximo desta Assembleia ofende-a quando a representa fora da sua sede em cerimónias de apresentação de cumprimentos de entidades que visitam a Região, e não atende à sua importante missão quando se ausenta por largos períodos de tempo da cidade da Horta, contribuindo por acção e por omissão para a desvalorização do órgão máximo da autonomia e que, na sua expressão mais simples se traduz na criação de um clima permissivo desrespeitador que caracteriza a realidade da Assembleia Regional dos Açores.

É estranho, mas sintomaticamente, foi durante o último ano, na vigência de uma mesa exclusivamente formada por representantes do PSD que o agravar de todos estes problemas se deu a olhos vistos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Os atropelos à legalidade, as interpretações da lei feitas em favorecimento da maioria e o abandono a que alguns dirigentes do PSD têm votado esta Assembleia, não podem ser mais permitidos.

Sem procurar perseguir seja quem for, procuro, frontalmente os responsáveis por todo este descalabro.

Sinto-me seguro ao afirmar que estão de facto aqui, aliás, sempre aqui estiveram, e em posição de relevo.

Por isso ousou fazer um apelo a todos os que, de uma forma ou de outra, discordam da situação que tem vigorado, para que, através dum esforço sério de procurar alternativas, se encaminhe, sem delongas, à resolução da crise institucional do nosso Parlamento.

Hoje pode ser o primeiro dia de uma Assembleia Regional renovada.

Para tanto basta que utilizemos com determinação os instrumentos legais disponíveis, as faculdades que a lei nos atribuiu e, igualmente, as oportunidades mais vantajosas.

Se quizermos, temos tudo nas nossas mãos.

Certamente que a unanimidade de acção não será fácil de encontrar e que resistências de vulto se oporão a qualquer medida que aponte para o renascer, talvez humilde, mas mais sério, do nosso Parlamento.

Estou efectivamente convicto que, na proximidade de um acto eleitoral importante, seria essencial que os Deputados protagonizassem uma acção moralizadora de auto-crítica que conferisse maior credibilidade às instituições democráticas, tão abaladas por quem as não respeita ou não entende, mas tão indispensáveis quanto o serão sempre para quem defende os princípios da justiça e da liberdade.

Aqui estamos frente a frente, e lado a lado, muitas vezes de acordo, sem o conseguirmos manifestar. Uns porque estão a seguir o *diktat* dos chefes e outros porque, desalentados, esperam pela hora da partida, sem correrem riscos para garantirem empregos, promoções e uma vida sem austeridade.

Nem uns nem outros compreendem a missão de servir em democracia. Só os que aqui estão determinados a servir a comunidade que representam, mesmo que, ao fazê-lo, arrostem com a ameaça de vingança dos senhores no poder, só esses, dizia, é que constituem o alicerce moral e a força do regime autónómico e o democrático.

Urge portanto, mudar e mudar muito!

Mudar as mentalidades, as atitudes, e os responsáveis da crise que vivemos.

Existem sempre alternativas em democracia e entre democratas.

Saibamos hoje assumir a plenitude das nossas responsabilidades, pois que nada mudará se tudo e todos ficarem como dantes.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Altino de Melo.

Peço desculpa . . . O Sr. Deputado Pacheco de Almeida pede a palavra para? . . .

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, é para um protesto em relação a algumas das afirmações que aqui foram trazidas pelo Sr. Deputado Martins Goulart.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado interveniente: Quando se generaliza corre-se o risco de depois ver a nossa generalização contestada.

Quando aqui se diz que o «processo autónómico tem sido desastrosamente conduzido e para descrédito da maioria», se a preocupação do Sr. Deputado é em relação ao descrédito da maioria deixe isso a nosso cuidado. A nossa preocupação é servir e na preocupação do serviço encontraremos os créditos de quem em nós confia.

Mas não posso deixar de aqui protestar, evidentemente, contra uma afirmação que tão vigorosamente foi aqui deixada e que se não fosse repudiada poderia deixar as pessoas no entendimento de que o processo autónómico que se tem vindo a afirmar nesta Região e que nós, Partido Social Democrata, conduzimos claramente e quase sozinhos desde o início é por nós respeitado, consolidado e ampliado a con-

tragosto de quantos, de maneira clara ou veladamente, a ele têm oposto dificuldades.

Quanto à afirmação de que tudo quanto é governo é incapaz de dar resposta ao desafio que se põe à resolução dos problemas do presente nos Açores, nós, Partido Social Democrata, em cada acto eleitoral damos conta da nossa governação e, em cada vez que aparecemos perante os eleitores, damos testemunho do que fazemos e, claramente também, daquilo que não pudemos fazer ou fomos incapazes de fazer num caso ou noutro.

Dizer que a maioria atenta contra a democracia é slogan que, lançado nesta Região, apenas vinhamos encontrando utilizado por forças extremistas do leque político regional.

Vê-lo consagrado nesta Câmara também pelo Partido Socialista é preocupante e, isso sim, em nosso entendimento, é que é roubar a esta Região possibilidade de afirmação democrática.

Quando o diálogo em democracia é entendido como um perigo para a democracia é de perguntar se de facto, quem considera isto um perigo democrático tem alguma capacidade de diálogo democrático ou de entendimento do que possa ser democracia.

Será que a democracia é apenas o entendimento e a afirmação das nossas razões sem respeito pelas razões dos outros?

Será que as razões dos outros só porque não são as nossas deixam de ser razões?

Quanto a serviços da Assembleia Regional como um exemplo de quanto se tem conduzido desastrosamente o processo de consolidação da autonomia regional, invocando obstruções do PSD à consolidação da dignidade da Assembleia Regional, é uma ofensa que como deputados rejeitamos e devolvemos. Pela parte que nos toca, nesta Câmara não recebemos lições de dignidade vindas de ninguém, salvo quando tivermos esquecido o desempenho das missões de deputado que aqui nos tragam ou nas missões que como deputado nos tenham sido confiadas fora desta Câmara.

Graves episódios, a referi-los aqui como obsessões ou abusos da maioria é fácil referi-los.

Não vou divagar no tempo para referir que algumas das graves situações aqui vividas foram trazidas por forças que se não encontram na maioria e às vezes apenas por que a maioria não cedeu nas suas convicções.

Eu lembro-me, perfeitamente, e vou dar um exemplo daquilo que foi considerado um grave episódio nesta Câmara, quando o PSD pela primeira vez quis introduzir aqui, e introduziu, a discussão da negociação da Base das Lajes porque se considerava importante levar também o aval da Assembleia Regional à negociação de algo de novo e que consistia na participação desta Região nas negociações de um tratado internacional.

Foi então considerada de abusiva a posição do PSD.

Foi considerado um abuso trazer-se aqui um pedido de confiança desta Câmara para com a condução da discussão de um problema tão importante como este.

Se é a questões como esta que se referem retomá-las sempre que necessárias, mesmo que elas sejam consideradas de graves episódios.

Quanto ao desencanto dos Deputados, se o desencanto se refere aos Deputados do Partido Socialista, nada temos a dizer.

Se o desencanto se pretendia referir aos nossos Deputados claro que teremos que dizer que nenhum de nós vive encantado com o presente e todos temos preocupações em relação ao futuro e todos fazemos reflexões em relação ao passado.

Só não se preocupa e só não reflecte quem não tenha sentido de responsabilidade. Falar de desencanto em termos tão genéricos penso que, se isso se aplica ao Partido Social Democrata, não cabe a nenhum dos Deputados da bancada do Partido Socialista falar do nosso desencanto. Daí eu entender que o desencanto é e só rigorosamente da bancada do Partido Socialista.

Quanto a algumas medidas que tardiamente puderam ter sido tomadas, pois é verdade que a instalação da Assembleia terá demorado mais do que o desejável.

É verdade que as instalações progressivamente vão sendo melhoradas, embora não ao gosto e ao desejo da rapidez de cada um de nós.

Há uma outra afirmação grave aqui produzida de que «a separação dos poderes existe nesta Câmara» e, paralelamente e no mesmo tempo, de que «o Governo Regional dispõe da maioria parlamentar a seu belo prazer». Eu diria ao Sr. Deputado Martins Goulart que essa é uma outra ofensa que nós não toleramos, porquanto como Deputados e enquanto Deputados e enquanto tivermos responsabilidades de liderança (alguma), embora relativa neste Grupo Parlamentar tudo faremos e temos feito, para que as posições que aqui assumimos sejam as nossas que, por serem coincidentes muitas vezes com as do Governo, não deixam de ser as nossas.

Não nos peçam que tenhamos de tomar posições diferentes das do Governo para que nos possamos afirmar como um grupo de Deputados que pensa de maneira independente e pela sua cabeça. É uma ofensa que nós não aceitamos.

Quanto ao calendário de trabalhos das diferentes Comissões é óbvio que todos os trabalhos podem ser melhorados mas, a melhoria desses trabalhos – o das Comissões e o dos trabalhos individuais dos Deputados – passa necessariamente pelo empenhamento de todos os Deputados: os que são membros das Comissões e os que não são membros das Comissões.

Pessoalmente não sou membro de nenhuma por ter entendido, desde sempre, que na minha vida não tinha tempo disponível para me poder afectar a tempo inteiro à Assembleia. Penso que há um número suficiente de Deputados afectos para que os trabalhos da Assembleia decorram com toda a dignidade de que a Assembleia carece. Há número suficiente de Comissões e há número suficiente de Deputados afectos.

Todos teremos de fazer o nosso melhor para que a Assembleia Regional se prestigie também na área do trabalho de cada Comissão e de cada Deputado.

Estou a alongar-me mas aquilo que eu considero de ofensas foram muitas e eu tenho que seguir as notas que fui tomando.

Quanto a «corrupção nesta Casa» e a «abusos do po-

der» estas afirmações não se aplicam certamente aos Deputados aqui presentes, porque não é do meu conhecimento que Deputados aqui presentes possam ser acusados de corrupção ou de abuso do poder sem que disso se faça prova ou sem que, em relação a isso, se mova um inquérito e aquilo que seja conveniente.

Com respeito às eleições do ano passado (eu estou a consultar as notas) que conduziram à situação que agora temos, de a maioria deter todos os lugares na Mesa, funcionou o mecanismo eleitoral estatuído. A maioria votou em candidatos seus por razões que já aqui foram repetidamente discutidas e que me dispense de trazer a esta Casa.

Também nós desejaríamos (e estamos na ponta final das notas que tomámos) e acreditamos que assim vai acontecer – que a Assembleia se renova em cada ano que passa.

A renovação da Assembleia não passa necessariamente por termos na Assembleia caras novas. Isso só acontece de 4 em 4 anos.

Essa renovação tem de partir do espírito novo com que se encare cada novo ano de mandato de Deputado. Isto porque, se formos eleitos por 4 anos e alguns estão no entendimento desses 4 anos de mandato e não vêm aqui uma vez ou outra, peça-nos sim que façamos uma auto-crítica para que em cada ano de trabalho façamos mais e melhor. A renovação aqui entende-se, e portanto subscrevê-mo-la, se se aplica a todos e no que refere a podermos em conjunto melhorar os trabalhos da Assembleia.

Nesses termos subscrevemos as preocupações aqui deixadas de uma Assembleia renovada, mais viva, mais participada . . . mas por toda a gente.

As alternativas teremos de encontrá-las, ou no diálogo, ou no consenso, ou no assumir das responsabilidades.

Pela nossa parte fá-lo-emos.

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart tem a palavra para um contraprotesto.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em contraprotesto confirmo e estou pronto, em qualquer momento, a fundamentar, explicitando tudo o que está contido na minha intervenção de há pouco.

Não o farei, porque não o fiz e disse que não o faria, por considerar fastidioso a enumeração de factos nesta ocasião. Tenho o cuidado e a preocupação de não falar de cor.

Posso ser acusado de, em determinados momentos, me ter faltado a memória mas até esta data, nesta Assembleia, ainda ninguém, por mais que o tentasse, conseguiu demonstrar que as minhas palavras não mereciam crédito. Tentaram-no recentemente mas falharam.

Sou capaz de demonstrar, ao longo do percurso do funcionamento desta Assembleia, que todas as palavras que ali utilizei, obviamente proferidas num estilo que me é próprio, proferidas do ponto de vista da oposição, têm factos a fundamentar todas as afirmações produzidas.

Se a maioria não analisa os factos da mesma forma que a oposição, está plenamente no seu direito. E como também gostamos que respeitem as nossas opiniões e as nossas posições gostaria que deixassem de considerar aquilo que resulta das nossas próprias análises como uma ofensa à dignidade dos Deputados da maioria.

Julgo que de tudo o que foi dito e das observações apresentadas em protesto pelo Sr. Deputado Pacheco de Almeida se pode chegar a uma conclusão: é que há muito . . . mas mesmo muito que fazer por esta Assembleia. Ela funciona mal todos nós o sentimos.

O desencanto da maioria e o desencanto da oposição são o desencanto geral que afecta a vida e o funcionamento desta Assembleia.

Sem interferir nem ingerir na vida do alheio é evidente que ninguém e a ninguém passa despercebido o sentimento geral de frustração por um órgão que deveria estar mais presente no dia a dia da vida política regional e que está tão ausente e tão ausente que, quando reúne, até reúne à pressa e reúne pensando já em fechar e reúne para que os Deputados rapidamente deixem de estar aqui presentes.

Esta preocupação da fuga, esta preocupação da não assunção do compromisso em permanência é um vício que existe nesta Casa porque, de início, não houve o cuidado, não houve a atenção, houve aliás a premeditação de provocar este resultado.

Esta Assembleia foi feita de acordo com interesses de pessoas, de pessoas singulares, e por isso o seu funcionamento foi ajustado para que essas pessoas pudessem estar aqui. Digo-o e repito-o e quem não estiver de acordo que me conteste.

Se assim não é, por que é que esta Assembleia não está em permanência de funções?

Por que é que este Parlamento, num regime parlamentar puro, não pode funcionar em regime de permanência a acompanhar e fiscalizar os actos do Executivo, a poder desenrolar a sua actividade normal e legal por iniciativa legislativa?

Por que é que há uma dispersão organizada?

Por que é que não há a concentração de esforços?

Por que é que as Comissões viajam?

Por que é que os Grupos Parlamentares não podem reunir por vezes, segundo a sua conveniência, fora da sede, mas as sessões das Comissões podem ir para casa de cada um?

Como é que se dignifica a Assembleia se já houve reuniões formais de Comissões na residência de Deputados com a sua sede aqui desocupada?

Porquê, Srs. Deputados?!

Isto contribui de alguma forma para que a Assembleia se dignifique quando ela perde o seu carácter, quando ela perde a sua importância política?

Esta Assembleia, Srs. Deputados, e digo-o com uma grande pena e com uma grande frustração, está de rastos.

Tem que ser levantada a moral dos que aqui trabalham, obviamente apelando ao esforço e à compreensão.

Mas isso não basta! Isso esquecemos dentro de 5 minutos e a polémica seguinte que surgir no debate vai esquecer a polémica anterior.

O que é preciso fazer é uma reflexão profunda.

Se para tal efeito for necessário fecharmo-nos num quarto sem gravadores, sem microfones e fazermos um «braine storm» para podermos, enfim, chegar ao ponto de partida, façamo-lo. Mas façamo-lo depressa porque o enquistamento dos problemas, o enquistamento das situações que têm conduzido à situação que se vive, certamente que

não garantirá qualquer mudança, ou aquela mudança necessária para que nós recuperemos o espaço que nos compete, para que nós dignifiquemos a autonomia e a democracia.

É evidente que quando eu digo que se tem atentado contra a autonomia e a democracia eu não quero dizer que sistematicamente, em todos os actos, por convicção, o PSD ou a maioria está sempre obsecado por atentar contra a autonomia. O que eu digo é que por razões que muitas vezes não compreendemos porque pensamos lidar com pessoas convictas dos princípios que dizem defender, como é que se permanece em erro durante todo o tempo?

Por que é que não se procuram as soluções que parecem estar à distância de uma mão? E por que é que estamos sempre à espera duma maioria que, dizendo-se capaz e condutora do processo autonómico, não faz o mínimo para que, de uma vez por todas, Srs. Deputados, nós possamos olhar para o compromisso que assumimos perante o povo dos Açores com a certeza de que não defraudaremos aqueles que em nós depositaram confiança?

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Faria pede a palavra para? . . .

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Penso que para um contraprotesto que é a figura regimental que me é permitida.

Presidente: Sr. Deputado, a única coisa que eu lhe ia dizer é que estamos a chegar ao fim do período de uma hora. O Sr. Deputado Altino de Melo já não vai usar da palavra e agradecia-lhe que fosse breve nas suas considerações.

Deputado Fernando Faria (PSD): Serei muito breve.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Martins Goulart disse, com o calor que lhe é próprio e que eu de maneira nenhuma vou criticar ou louvar, disse várias coisas, pôs-nos sérios problemas, mas também penso que verdadeiramente exagerou nalguns casos. Já o meu companheiro de bancada e amigo Pacheco de Almeida teve ocasião de refutar algumas dessas acusações.

Nós pensamos que esta Assembleia Regional é o órgão máximo da Autonomia Regional e nós todos, uns há mais tempo outros há menos tempo, sabemos das dificuldades reais e bastante duras que tivemos de ultrapassar para chegarmos, no aspecto de funcionamento e de condições de trabalho, à situação que hoje temos.

Se confrontarmos o que de há 6 anos para cá se conseguiu pode-se argumentar que houve lentidão, que houve menos velocidade na realização de determinadas coisas de natureza material e até de natureza institucional. Mas houve progresso.

Esses progressos são inegáveis e penso que o Sr. Deputado não os pode negar. E eu estou a falar abertamente sem qualquer «partis pris» contra a sua intervenção de que discordo em muitas coisas, não só no tom que me pareceu evidentemente exagerado, mas também nalgumas afirmações que produziu. Em algumas delas dá a impressão de que vivemos nesta Assembleia numa situação de rotura total e só faltou usar palavras apocalípticas para que sentíssemos que estávamos numa situação de degradação total.

Eu discordo disso totalmente e a minha bancada não pode subscrever de maneira nenhuma aquilo que o Sr. De-

putado disse.

O Sr. Deputado também referiu que há, da parte desta Assembleia, uma preocupação de fuga aos problemas. Eu não vejo nem nós no nosso Grupo Parlamentar sentimos que haja uma preocupação de fuga e que nos eximamos em algum caso a tratar seriamente todas as questões.

É evidente que somos três forças, umas com mais representação, outras com menos e outras ainda com menos. Evidentemente que aqui e em várias circunstâncias, quando o consenso não é possível, funciona a regra da maioria mas, daí concluir-se que se impõem ditatorialmente soluções, eu penso, Sr. Deputado, que isso é uma expressão que nós não podemos subscrever nem aceitar, antes pelo contrário, temos de rejeitar.

O Sr. Deputado disse-nos ainda que tinha a memória muito fresca em tudo aquilo que dizia e certamente que se queria referir a alguma situação, até penso que alguma por mim ocasionada.

Devo dizer-lhe que também tenho a memória fresca, não tão fresca como a do Sr. Deputado porque sou mais velho, mas considero-me aqui ou em qualquer parte uma pessoa séria e se alguma vez refutei algum Deputado do Partido Socialista fi-lo com base em dados que considere e considero que eram exactos e verdadeiros.

Quanto ao outro aspecto que o Sr. Deputado não quis referir, e penso que o fez com honestidade, de que a corrupção já se instalou aqui nesta Assembleia, eu penso que o Sr. Deputado não quer de maneira nenhuma legar essa sua expressão a nenhum dos Deputados desta bancada, da sua bancada ou do Sr. Deputado do PS . . . do CDS, desculpe a confusão . . .

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Não há perigo!
(Risos)

O Orador: . . . ou à Mesa, mas se assim foi, e o Sr. Deputado já afirmativamente mo confirmou, eu penso que estamos no caminho certo porque, quando se notam possíveis irregularidades, há mecanismos para se apurar se elas são ou não reais. Isto pode suceder na Assembleia Regional ou em qualquer instituição seja pública ou de natureza privada, e penso que isso devia ficar claro.

O meu protesto é muito sereno e, embora por vezes me exalte, queria manter-me bastante sereno porque, nem o Sr. Deputado nem eu, quereríamos avançar para situações que visassem outras pessoas e, portanto, queria deixar claro, e o Sr. Deputado também deixa porque concorda comigo, que a sua afirmação de corrupção, e essa é a que mais feriu a atenção, não envolve nenhum dos 43 Deputados da Assembleia Regional porque, com mais cultura ou menos cultura, eu penso e afirmo, que somos pessoas sérias e honestas embora com visões diferentes, com projecto de sociedade diferente e cada um defendendo pontos de vista diferentes.

O Sr. Deputado Martins Goulart foi novamente eleito Presidente do Grupo Parlamentar do PS e eu felicito-o por isso. Fez uma intervenção política e eu até compreendo o contexto em que ela foi feita, mas quis ressaltar aqui este ponto porque me pareceu fundamental.

E para finalizar permitam-me que diga só mais uma coisa.

Os Srs. Deputados do PSD, e eu falo por todos os pre-

sentes e os ausentes porque homens e mulheres conheço-os e a alguns há vários anos, são pessoas honestas, são pessoas que dão, dentro das suas capacidades e das habilitações que cada um teve possibilidades de conseguir, o máximo que podem.

Portanto, no nosso Grupo Parlamentar nós assumimo-nos como Deputados Regionais e procuramos traduzir na nossa actividade, aqui ou lá fora mas sempre como Deputados Regionais, o compromisso que assumimos com o eleito-rado que nos elegeu e que, salvo prova em contrário e essa prova são as eleições, nos continuará a dar a sua confiança.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos realmente ao fim do tempo, ou excedemos ligeiramente o tempo até, de uma hora para as intervenções Antes da Ordem do Dia pelo que o Sr. Deputado Altino de Melo ficará com a sua palavra reservada para amanhã.

Terminou pois o Período de Antes da Ordem do Dia.

Antes de passarmos aos trabalhos subsequentes vamos fazer um intervalo de 30 minutos. Estaremos aqui quando forem 18 horas e 5 minutos.

Estão interrompidos os trabalhos.

(Eram 17. 35 horas)

Presidente: Srs. Deputados, estão reabertos os trabalhos.

(Eram 18. 05 horas)

Período da Ordem do Dia:

Eleição da Mesa da Assembleia Regional dos Açores para a Sessão Legislativa de 1982-83.

O Grupo Parlamentar do PS apresenta a seguinte lista para a Mesa da Assembleia Regional dos Açores:

Presidente: — Dionísio Mendes de Sousa

Vice-Presidente: — José Manuel da Costa Bettencourt

Vice-Presidente: — Maria da Conceição Bettencourt Me-deiros Pereira

Secretário: — Manuel Emílio do Porto

Secretário: — Daniel Augusto de Sá

A lista está subscrita por cinco Deputados.

O Grupo Parlamentar do PSD, apresenta a seguinte lista para a Mesa da Assembleia Regional:

Presidente: — Álvaro Monjardino

Vice-Presidente: — Fernando Faria Ribeiro

Vice-Presidente: — Dionísio Mendes de Sousa

Secretário: — Fernando Dutra de Sousa

Secretário: — Manuel Emílio do Porto

A lista do PS é a lista A. A lista do PSD é a lista B.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, é para fazer um protesto.

Ninguém autorizou o Grupo Parlamentar do PSD a utilizar nomes do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Esses nomes foram incluídos abusivamente, obviamente para tentar, é o que queremos concluir, mistificar uma situação que foi resolvida por negociação e em que o PSD não aceitou as condições negociais do Partido Socialista.

Face às condições que foram exigidas pelo Grupo Parlamentar do PS para que pudesse vir a integrar qualquer lista por consenso com o PSD e face à recusa do PSD em aceitar essas condições, o PSD não ficou autorizado a usar qualquer

nome deste Grupo Parlamentar.

Isso é um abuso dos maiores que temos visto praticar nesta Câmara, Sr. Presidente!

Assim, pedimos imediatamente que seja anulada essa lista.

Se o PSD reviu a sua posição quanto a entendimentos com o PS, que se faça uma suspensão dos trabalhos porque ainda estamos dispostos a participar na lista para a eleição da Mesa da Assembleia Regional caso o PSD aceite renegociar as condições que o PS colocou. Caso contrário, isto é uma situação tão deplorável e tão desonesta que veio mais uma vez confirmar tudo aquilo que eu disse no Período de Antes da Ordem do Dia.

Presidente: Srs. Deputados, eu não sei se o Sr. Deputado Pacheco de Almeida quer usar da palavra. Foi um protesto relativamente à apresentação das listas e a Mesa ia responder. Todavia, se o Sr. Deputado Pacheco de Almeida, talvez para um contraprotesto, tem a palavra.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): O Partido Social Democrata, aqui e por meu intermédio, apenas pretende e deve dizer que muitas negociações se tentaram no sentido de conseguirmos apresentar aqui aquilo que se chamaria de uma «lista de consenso».

Como certamente sabem as pessoas que participaram dessas negociações por parte do Partido Socialista, tal consenso não foi possível exactamente pelas razões que o Deputado Martins Goulart disse.

As condições, se é que devemos chamar condições, que eram apresentadas para que aparecesse uma lista de consenso eram por nós inaceitáveis e não cabiam, em nosso entendimento, na negociação pura e simples do acto eleitoral que consiste em apresentar um grupo de Deputados para a Mesa da Assembleia.

Remetemos a discussão de algumas dessas questões para sede e oportunidade mais próprias.

Quanto à introdução do nome de dois Deputados do PS na lista apresentada pelo PSD para a Mesa desta Assembleia não conseguimos ver onde possa estar o menos bom entendimento daquilo que fizemos. Nós utilizámos rigorosamente os dois nomes que o Partido Socialista nos disse que gostaria de ver eleitos nesta Câmara como Vice-Presidente e como Secretário pelo Partido Socialista neste período legislativo de trabalho que agora começa.

O que ficará por clarificar é se é legítimo ou não ao PSD incluir na sua lista dois Deputados da bancada do Partido Socialista cujos nomes nos haviam sido indicados não para uma «lista de consenso», que reafirmo não foi possível encontrar, mas para a lista que aqui queremos propôr à eleição.

Se a clarificação que se pretendia era a de que aquela lista não é apresentada por consenso bastaria verificar que as assinaturas são de cinco Deputados Sociais Democratas. Isso clarifica o ponto de vista aqui expresso de que nós estamos rigorosamente a incluir com toda a clareza na nossa lista, dois Deputados do Partido Socialista, um para o lugar de Vice-Presidente e outro para o lugar de Secretário.

Se isto é um atentado à democracia, pois que nos promettem, que nos expliquem onde é que está esse atentado à democracia.

Deputado Avelino Rodrigues (PS): É preciso saber se os Deputados aceitam.

Presidente: A sra. Deputada Conceição Bettencourt deseja usar da palavra para? . . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ficou perfeitamente entendido, na reunião que tivemos, que essa inclusão só seria possível mediante a aceitação das questões prévias.

Não foram aceites! Logo, essa inclusão, não foi autorizada pelos próprios Deputados que poderiam, caso as condições tivessem sido aceites, entrar na «lista de consenso».

Portanto, consideramos um abuso e sabemos a que se destina esse abuso. Compreende-se perfeitamente. Não houve aceitação até porque, na reunião, imediatamente se cortou toda a possibilidade de consenso com a vossa recusa em aceitar as condições prévias, de maneira que é um abuso premeditado a inclusão dos nomes uma vez que nem foram consultadas as pessoas, inclusivamente porque já tinham a sua resposta no sentido de que não havia acordo possível sem essas condições que para nós são princípios.

Ficou absolutamente entendido e até foi perguntado nessa reunião se então apresentaríamos ou não uma lista autónoma.

Respondemos que apresentaríamos ou não se assim o entendessemos.

Claro que ressalvava a hipótese da apresentação de uma lista autónoma esses nomes que nós em princípio, e se fossem aceites as condições prévias, indicaríamos e seriam incluídos nessas listas.

Porém, nós nunca o autorizámos e isso é o rompimento até de meras negociações, mas importantes — o rompimento absoluto.

Eu não quero empregar termos muito fortes mas certamente esse expediente não prima pela boa fé — incluir os nomes que só seriam incluídos se as condições prévias fossem respeitadas.

Assim, esta lista é absolutamente impugnada e impugnada por nós.

É um abuso de confiança que nós não podemos admitir!

Não há outro entendimento possível. Nós só dissemos que seriam incluídos esses nomes se as condições prévias fossem aceites.

Ora, estas não foram aceites, e repito, até nos perguntaram: — Então apresentam uma lista ou apresento a lista autónoma?

Respondemos que isso era connosco e certamente se decidíssemos apresentar uma lista nossa, evidentemente que esses nomes seriam os primeiros.

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart tem a palavra para dar um esclarecimento.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para que não pareça que em circunstância alguma tivéssemos exigido da parte do PSD qualquer condição impossível para a negociação que foi feita, vou informar esta Câmara das condições postas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Partido Socialista entrava com um Vice-Presidente e um Secretário como noutras alturas sempre fez neste processo de participação, excepto no do ano passado, na eleição da Mesa da Assembleia Regional, com a condição de não se discutirem quaisquer nomes.

O Grupo Parlamentar do PSD aceitava os nomes indicados pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Partido Socialista aceitava a lista formada pelo Grupo Parlamentar do PSD com a condição de todos os Deputados terem liberdade de voto, isto é uma vez constituída a lista os Deputados individualmente, porque o voto é secreto, tinham o direito de exercer o seu livre direito de voto.

Tão simples como isto: garantir liberdade de voto aos Deputados — primeira condição.

Segunda condição — Que como em qualquer Parlamento que se digne e que queira ter uma transparência de funcionamento democrático, mesmo em regime de maioria parlamentar absoluta, a oposição, já numa perspectiva globalizante, até de acordo com o que disse na intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, numa perspectiva de renovação de métodos e de compromissos do trabalho desta Assembleia, que ao Partido Socialista fossem concedidas duas Presidências de duas Comissões Permanentes (elas são cinco).

Durante o processo negocial, e na sua fase final, essa exigência foi reduzida a uma só. Com isso não retiramos poder ao PSD e não retirávamos qualquer faculdade ao PSD de continuar a estar em maioria.

Para darmos um exemplo, a AD na Assembleia da República concedeu Presidências ao PC, ao PS, ao CDS, e lá por isso não deixa de governar com a maioria parlamentar que tem, quer com o número de Deputados que tem em Comissões Permanentes, quer com a situação quantitativa que define a sua maioria no Plenário da Assembleia da República.

As exigências do Partido Socialista eram estas. Foram apresentadas de boa fé como um contributo de uma oposição que quer participar mais, que quer estar de facto na Mesa, que quer estar a assumir responsabilidades públicas, também em Comissões como o faz em Plenário, que quer, acima de tudo, também dignificar esta Assembleia através de um novo aspecto do seu comportamento e da sua participação activa na vida deste Plenário.

Isto foi o que o PS apresentou na mesa das negociações.

Isto foi recusado. Em vez de condições prévias tentaram, enfim, condicionar umas destas condições ao resultado da verificação de qualquer ocorrência relativamente ao acto eleitoral.

Nós não podemos de forma alguma estar cada vez mais dependentes como oposição que somos e colocarmo-nos sempre, e em qualquer circunstância, nos momentos em que a maioria precisa de limpar a sua imagem, que não está muito boa em termos de opinião pública, que quer corrigir o erro do ano passado, que quer e precisa de ter alguém da oposição na Mesa da Assembleia para, perante o acto eleitoral que se avizinha, dizer que reassumiu um comportamento democrático. Não podemos de forma alguma fazer um frete à maioria sem que essa maioria compreenda que a oposição

não está aqui para servir de «rolha» ao seus problemas e aos seus buracos.

A oposição está aqui, acima de tudo, para dignificar o processo democrático!

E ele fica dignificado!

Ele fica de facto melhorado na perspectiva de uma evolução que até esta data tem sido extremamente negativa. A maioria precisa ter a humildade de compreender que também tem que respeitar as pretensões da minoria quando ela se dispõe a dividir compromissos, a dividir responsabilidades e, acima de tudo, até a ajudá-la a mascarar-se de democrata quando precisa disso.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Isso é demais!

Presidente: O Sr. Deputado Pacheco de Almeida deseja a palavra para? . . .

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Para alguns esclarecimentos, precisões ou contraproposto, a figura regimental que mais se enquadre porque rigorosamente foram trazidas aqui algumas acusações que eu não tinha introduzido por uma questão de respeito para com as negociações que haviam sido conduzidas.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Confirmo aquilo que disse o Sr. Deputado Martins Goulart com uma precisão.

O Partido Socialista procurou introduzir nas eleições desta Mesa um peso negocial que traria para a votação a discussão e a distribuição de cargos que rigorosamente não se prendem de modo nenhum com o acto eleitoral com o qual agora estamos confrontados.

Eu tenho aqui as notas todas e são precisas e exactas e anoto que da última reunião, havida hoje, ficaram duas condições claramente expressas.

A primeira, e em relação à qual nós não temos nada a objectar, liberdade de voto sem qualquer condição para todos os Deputados (os de cá e os de lá), confirmando o que disse o Deputado Martins Goulart.

Mas paralelamente, e todas as pessoas que estiveram presentes sabem que assim foi, uma outra condição suplementar a esta e que era a de, pelo menos, ficarem com uma Presidência numa das Comissões pelas razões aliás aqui aduzidas, e suficientemente bem, pelo Deputado Martins Goulart. Só que as duas condições apareciam em simultâneo e não uma decorrente da outra.

Ficariamos portanto, nós, Partido Social Democrata, na condição de, para podermos ter connosco o que sempre se disse ser democrático deputado da oposição termos de negociar essa democraticidade concedendo alguma coisa que, por muito democrático que seja e confirmo que o é, terá de ser discutida e assente quando se distribuírem os cargos das diferentes Comissões e nunca em relação e em conjunto com o acto eleitoral que aqui temos.

Foi-me ainda acrescentado, pelo grupo de Deputados com quem dialoguei por parte do Partido Socialista, que o PS poderia não apresentar nenhuma lista. E insisto: foi-me dito e está aqui anotado que a posição podia ser de o Partido Socialista não apresentar nenhuma lista — e aqui está o Partido Socialista para confirmar ou não esta minha afirma-

ção.

E é perante esta ocorrência (e não outra!) a possibilidade de aqui não termos nenhuma lista do Partido Socialista.

E é para com a necessidade, que também sentimos imperiosa, de responsabilizarmos a oposição nos trabalhos desta Casa que nós não queremos dar a ninguém a oportunidade de aqui se repetir o que o ano passado teve lugar, ou seja, ficarmos sozinhos para podermos ser responsabilizados pelo monocolor da Mesa desta Assembleia.

A nossa intenção fica expressa. Penso que quem tenha a possibilidade de nos ouvir vai entender. O que nós queremos, e fazê-mo-lo voluntariamente, é fazer votar também Deputados da oposição para os lugares desta Câmara.

Não, e de modo nenhum, como disse o Sr. Deputado Martins Goulart, e eu percebo até muito bem que se aproveite para introduzir aqui o acto eleitoral uma vez ou outra, é de conveniência e assim o entendo, mas não é pelo facto de termos eleições no dia 12 de Dezembro, que não se prendem de modo nenhum com o acto eleitoral de hoje, que aqui trazemos esta questão que vem sendo arrastada de há muito, nem pode a oposição entender que a democraticidade aparece só em vésperas de eleições ou após eleições.

Não pode desejar democraticidade hoje e amanhã não a pretender!

Não pode acusar-nos agora do crime de aqui querermos fazer eleger as duas pessoas que o Partido Socialista disse estar preparado para indicar para uma «lista de consenso» que, reafirmo, nunca houve!

Que fique claro! O Partido Socialista não tem connosco nenhum compromisso na apresentação dos nomes que ali estão naquela lista.

Aquela lista é um esforço nosso, democrático, de boa fé, para fazer eleger para esta Casa uma lista que contemple também dois Deputados, pelos quais temos muita consideração, e que nos foram apontados como sendo os candidatos desejáveis pelo Partido Socialista.

É óbvio que não lhes fomos perguntar. A lista era proposta por nós. Se isso pode ser entendido como um acto de má fé, da vossa parte podem fazer as leituras que quiserem.

Quem me ouviu já entendeu as razões. Nós pretendemos fazer eleger nesta Câmara uma lista que também contemple Deputados do Partido Socialista.

E fazê-mo-lo de boa fé, com os nomes que nos foram indicados como sendo aqueles que seria desejável ter numa «lista de consenso» que não foi possível conseguir porque as condições que nos eram trazidas à reflexão não cabiam neste acto eleitoral.

Estamos a discutir e estamos perante a eleição da Mesa!

Não estamos aqui a distribuir as Comissões nem os integrantes das Comissões!

Esse é um trabalho democrático a fazer depois. Aí vamos estar, como tive ocasião de dizer aos Deputados do Partido Socialista com quem trabalhei, na defesa também das vossas posições. Mas em tempo oportuno e na sede própria, que não agora, quando há que votar uma Mesa.

Fica explicado e tenho a certeza de que os que trabalharam comigo hoje por parte do Partido Socialista, e que têm feito o favor de depositar confiança em mim, sabem que aquilo que digo corresponde exactamente àquilo que

foi negociado.

Presidente: Eu peço desculpa, mas não vou dar a palavra a mais ninguém por uma razão muito simples. É que foram apresentadas duas listas e a Mesa nem sequer ainda se pronunciou sobre elas.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Foi escamoteado aqui um argumento que muda a face de toda a questão.

Presidente: Sra. Deputada, eu tenho que fazer cumprir a ordem de trabalhos. A ordem de trabalhos implica uma eleição e a Mesa tem que se pronunciar sobre a admissibilidade das listas. Os Srs. Deputados já exprimiram um entendimento segundo o qual suponho que pretendem impugnar uma das listas.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Eu desejava prestar um esclarecimento.

Presidente: Agradecia o favor de clarificarem se pretendem ou não impugnar a lista para que a Mesa possa tomar uma decisão ao abrigo do artigo 17.º, n.º 1, alínea j), decisão essa que pode ser eventualmente sujeita a recurso e que será obviamente fundamentada. A Mesa está preparada para tomar essa posição.

Os Srs. Deputados terão todas as oportunidades que entenderem para em declarações de voto poderem marcar a sua posição.

Agora, o que nós estamos a verificar aqui é que se está a dar uma discussão entre Deputados de duas bancadas, as quais cada uma delas, apresentou uma lista sobre as quais a Mesa nem sequer se pronunciou. E a Mesa vai ter que se pronunciar porque senão entramos aqui num tipo de discussão completamente estéril e estamos com a própria Mesa paralizada e com os nossos trabalhos paralizados, sendo certo que já são quase 7 horas da tarde.

Agradecia, portanto, aos Srs. Deputados o favor de não fazerem mais intervenções para que a Mesa possa tomar uma posição. Isto começou com um protesto, depois veio um contraprotesto, depois vieram esclarecimentos e eu suponho que o que vamos ter são apenas esclarecimentos.

Em quaisquer declarações a seu tempo prestadas, sejam declarações de voto, seja o que mais houver, os Srs. Deputados poderão contar, se assim o entenderem, aquilo que entenderem também que deve tornar-se público dessas conversações que aqui têm sido referidas.

Mas não antes de nós termos dado o necessário seguimento processual a estes actos que realmente aqui foram produzidos pelas duas bancadas.

Bem, Srs. Deputados, foram apresentadas duas listas. Eu pergunto aos Srs. Deputados se pretendem deduzir alguma impugnação formal.

Deputado Martins Goulart (PS): Confirmo o desejo de impugnar a lista B.

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart, em nome do seu Grupo Parlamentar, declara que impugna a lista B, naturalmente reeditando as razões que já aqui foram apresentadas.

Vai, portanto, ser tomada uma decisão sobre a admissibilidade das duas e sobre a impugnação.

A Mesa considera que as duas listas são de admitir com o seguinte fundamento: o artigo 13.º do Regimento não indica, directa ou indirectamente, expressa ou tacitamente,

que as listas sejam apenas compostas por Deputados só do Partido que eventualmente as apresentar nem sequer faz depender de aceitação a apresentação das mesmas listas, ao contrário do que pode ver-se no Regimento, artigo 176º a 178º, para o processo de designação de Deputados para cargos exteriores à Assembleia. Para os cargos da própria Assembleia a regra que nós temos vem expressa no artigo 22º do Estatuto dos Deputados o qual, na sua alínea b), diz o seguinte:

«Constituem deveres gerais dos Deputados desempenhar os cargos da Assembleia e as funções para que forem designados, nomeadamente sob proposta dos respectivos Grupos Parlamentares».

A Mesa, perante o texto desta alínea b), procura entender, e entende, que o «nomeadamente» que aqui se encontra justamente está aqui para não restringir a aceitação dos cargos a uma proposta prévia dos respectivos Grupos Parlamentares.

É por essa razão que considera que as duas listas são de admitir, numera-as efectivamente como lista A e lista B, tem já os impressos preparados e vai fazê-los distribuir para que se proceda à votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, o Partido Socialista não participa mais em farsas parlamentares. Não participa nem por acção nem por omissão.

Retira neste momento a sua lista. Ela foi apresentada na convicção que havia o respeito ético pela palavra de quem com boa vontade, à volta duma mesa, pôs condições negociais na perspectiva de uma abertura e de um entendimento que não foi conseguido. E se tudo foi um esforço inútil, se nada resultou e mesmo assim o PSD se acha no direito de usar nomes de Deputados que não lhe dizem respeito está a afrontar ética e moralmente contra a dignidade dos Deputados de uma bancada com quem não tem nada a ver, de quem não tem nada a exigir, no caso de não ter havido negociação possível.

Se, mesmo assim, e na convicção de que havia gente que com honestidade iria resolver o problema após a impossibilidade de se conseguir uma «lista de consenso» e na convicção de que o PSD sendo maioria e querendo eleger uma Mesa e não tendo a participação da oposição, diria, porque seria inevitável apresentar candidatos do seu Grupo Parlamentar que seriam os únicos com quem poderia entender-se relativamente à tarefa futura de gerir esta Assembleia porque da oposição não tinha conseguido esse resultado, naturalmente que ao PS restava uma de duas hipóteses: ou a de não apresentar qualquer lista, porque perante uma lista maioritária do PSD seria evidentemente derrotada uma lista apresentada pelo PS, ou de apresentar uma lista.

Mesmo para ser derrotada julgámos, para ter um gesto de participação activa no acto eleitoral mesmo frustrado para nós porque sabíamos que a lista iria ser derrotada, só por isso apresentámos a lista.

Não foi para ser eleita!

Não foi para dar qualquer razão a listas monocolares!

Não foi para colaborar em soluções menos democráticas na representação desta Assembleia!

Foi única e simplesmente para ter um gesto participati-

vo e activo no acto eleitoral.

Para a submetermos ao veredicto!

Para eventualmente ainda darmos uma hipótese teórica seja a quem for que, nesta Casa, tendo liberdade de voto, pode no secretismo da sua convicção decidir votar livremente e ter uma opção ou uma alternativa para o poder executar.

Por essa razão (e só essa!) é que apresentámos uma lista. Para ser naturalmente derrotada porque não temos a maioria nesta Câmara e todos o sabem.

Mas, perante o que aqui foi dito, perante a admissão da Mesa de uma lista que inclui Deputados contra a sua própria vontade, contra uma situação que naturalmente irá resultar e isto foi calculado não digo maquiavelisticamente porque, enfim, nem sequer merece a qualificação maquiavélica, para que eventualmente os dois elementos do PS que vierem a ser eleitos, porque a Mesa vai de facto dar seguimento à votação, se demitirem para o PSD depois se eximir da responsabilidade de os ter excluído porque, se isso acontecer, eles, PSD, é que excluíram os Deputados do PS ao não aceitarem condições perfeitamente admissíveis em democracia, condições que toda a gente que me está a ouvir conhece (o Sr. Deputado Pacheco de Almeida está agora, enfim, preocupado porque está muita gente a ouvir-nos? . . . Está, sim Sr.).

O PSD naturalmente não quis garantir as condições mínimas de funcionamento democrático e aproveitar esta ocasião óptima de reformulação da estrutura governativa e funcional da Assembleia, que era propiciada pela eleição da Mesa, para se darem já passos, sinais claros a todos, ao eleitorado ou seja a quem for, ao povo açoriano que está a acompanhar este processo para que nós estimulemos o trabalho desta Assembleia e garantamos maior credibilidade ao processo que esta Assembleia deve conduzir — de consolidação do regime autonómico.

Naturalmente que é abusivo, já foi dito, e por ser abusivo, por ser desonesto, por ^{ser} imoral aquilo que se vai passar aqui dentro, nós não participamos activamente neste acto eleitoral.

Nós retiramos, por isso a nossa lista.

E que fique claro que qualquer consequência da eleição que se venha a realizar, forçada, imposta ditatorialmente pela maioria só porque é maioria porque nunca terá a humildade de reconhecer que para se viver em democracia é preciso respeitar a dignidade da minoria, e há duas minorias nesta Câmara, que não se pode fazer o que se quer dos que estão aqui presentes, especialmente daqueles que nada têm a ver com o vosso posicionamento político, que não se pode usar e abusar de pessoas que não aceitam sequer estar nas vossas listas a pretexto duma vingança porque têm uma maioria em número e porque esse número pode permitir jogadas que a oposição nunca poderá levar a cabo porque sendo minoria não pode brincar com números, não pode, pela força do número, resolver as questões que a razão lhe dá.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por tudo o que disse, por tudo o que ficou por dizer, porque isto é mais uma prova de que esta Assembleia caminha sempre pelo caminho errado, está orientada pelo caminho errado e que, pela solução proposta entrará no caminho ainda mais errado, é evidente que nós só podemos lamentar como de-

mocratas e que nós só podemos não participar para não sermos cúmplices da enormidade da afronta contra os princípios democráticos que passariam, mesmo que não tivesse escrito, pelo contacto, por uma segunda negociação, por uma abordagem a estes homens que incluíram abusivamente nas vossas listas e dizer: — Nós vamos fazer isso contra a vossa vontade mas pelo menos ficam avisados de que, por sermos maioria, por podermos fazê-lo ao abrigo dum Regimento que entretanto podia ser interpretado doutra forma mas não o é para favorecer a maioria. Podia ter sido interpretado noutro sentido para, de facto, repôr justiça neste caso. O Sr. Presidente podia perfeitamente ter dito que, não tendo havido a aceitação das candidaturas, que sendo feito contra a vontade expressa pelo Presidente do Grupo Parlamentar e pelos interessados aqui presentes que não aceitaria desencadear um acto eleitoral, forçando a aceitação de uma candidatura contra quem o não aceita.

Isto é demasiado grave!

Isto é uma vergonha o que se está a passar aqui dentro!

Mais uma das tantas que eu hoje e esta tarde evitei lembrar porque elas são tantas, são deste tipo, são doutro tipo, mas são sempre a ditadura da maioria que quando não tem razão não está disposta a trabalhar com a oposição.

É a ditadura da maioria, Srs. Deputados, quando não se respeita sequer a presença da oposição!

Respeitar a presença da oposição é uma coisa muito diferente do que dizer que se tolera a oposição!

Respeitá-la é, acima de tudo, precisar dela mas não para se tapar buracos!

É precisar dela para compreender que a sua missão é importante e que ela precisa ser dignificada na missão que tem a cumprir nesta Casa . . . e que não lhe dão meios para o fazer!

Se ela não for ajudada nesse processo, se não lhe for permitido o instrumento e a forma de afirmação que a responsabiliza efectivamente na condução também dela, dos processos políticos que lhe passam perto, naturalmente que o que resulta de tudo isto é uma farsa.

Por mais liberdade formal, por mais democracia formal que tenhamos, a substância e o resultado dessa democracia formal, se não forem respeitados até às últimas consequências, não passa de uma formalidade e, por isso, exagero para alguns, mas sinto no meu coração que há muito pouca diferença entre o vosso comportamento e o comportamento de uma força totalitária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Quis ser rápido no que sei, dizendo que a oposição . . .

Presidente: Julgo que para um protesto.

Deputado interveniente: Não, Sr. Presidente. . .

Presidente: Eu queria chamar a atenção para o seguinte: o Sr. Deputado . . .

Deputado interveniente: O Sr. Presidente desculpe, mas . . .

Presidente: Eu não o quero interromper, é apenas por causa do seguinte: o Sr. Deputado Martins Goulart . . .

Deputado interveniente: . . . mas se não me deixa explicar para que é que eu peço a palavra, Sr. Presidente?! É con-

tra isso que eu tenho que protestar antes de mais nada.

Eu peço a palavra para retirar a lista do PSD e tenho o direito de o pedir à Mesa.

Portanto, dêem-me esse direito ou concedam-me esse privilégio, se também é preciso invocá-lo nesta Casa.

Já são bastas as vezes que procuro dar resposta ao porquê da minha intervenção, que não é de um protesto, mas sim para afirmar, antes de mais nada, que o PSD não quer eticamente fazer eleger qualquer lista nesta Casa.

Nós vamos ir convosco, tão longe quanto possível (e todos vão sabê-lo!) na procura duma Mesa que contenha todos os Partidos. Mas vai ficar claro para todas as pessoas que, eticamente, o nosso juízo é correcto e sabem-no os que negociaram comigo e os que estiveram comigo que a nossa intenção (e vai sê-lo com a retirada da nossa lista) é a da procura duma Mesa que não seja monocolor.

Não tragam para aqui mais juízos de intenção. Trabalhámos hoje várias horas juntos e, ou ganhamos confiança e temos confiança, ou mais vale que não venhamos aqui.

Não podemos passar a vida inteira a olharmo-nos nos olhos e a insultarmo-nos e a duvidarmos do que os outros sentem e pensam.

Nós estamos confrontados com uma dificuldade que nos é criada.

Nós temos a maioria e não podemos abdicar dela! E é do uso dessa maioria que tem de sair a eleição de Deputados dessa Mesa.

É com os nossos votos! E queremos fazê-lo! E vamos fazê-lo!

Têm de estar connosco porque quem nos vai seguir, ao longo destes trabalhos, vai ficar sabendo das dificuldades que encontramos para eleger uma Mesa que também tenha elementos do Partido Socialista.

Não porque nos falte democraticidade, mas porque querem que introduzamos num acto eleitoral como este componentes que não cabem aqui, como já foi explicado.

Nós não vamos negociar nada para além daquilo que é a eleição desta Mesa!

Não nos peçam isso agora!

Peçam-nos que estejamos convosco e estamos — já o dissemos — no prestigiar desta Casa, no repensar esta Casa, mas em todos os dias, em todos os momentos e também agora na procura duma Mesa.

Não nos venham pôr condições para eleger uma Mesa!

Nós temos direito de escolher os nossos representantes naquela Mesa!

Encontrem possibilidades dentro de vós para encontrarem as pessoas que se queiram sentar connosco, integradas numa Mesa onde temos de estar porque somos maioria.

Mas é nesse esforço e por essa razão e não por falta de qualquer princípio ético da nossa parte!

Tenho a consciência tranquila e enem-me às pessoas do Partido Socialista, com quem trabalhei hoje, laços que vão muito para além da relação de hoje. São esses que eu invoco e peço às pessoas que, de futuro, sejam porta-voz também do entendimento que encontramos quando nos falamos fora daqui.

Nós não podemos ter duas formas de diálogo — lá fora e cá dentro — em relação a questões que são essenciais.

A dignidade dos outros não pode ser todos os dias afrontosamente trazida aqui como voltou a ser hoje.

Não é para isso que nos encontramos em Comissões ou em diálogos em que a confiança é a palavra de ordem.

A utilização dos nomes que ali estão veio ao abrigo do Regimento numa procura, talvez ingénua da nossa parte, de saída para uma questão de crise — crise de encontrar uma Mesa.

Retiramos gostosamente a nossa lista. Fazêmo-lo porque mais importante do que termos aquela lista é deixarmos a todos a certeza de que quem presidir e quem comandar os destinos desta Mesa, na sua total composição, há-de representar aquilo que politicamente é a realidade desta Região.

Trabalhem connosco neste sentido e não se limitem a vir aqui agredir-nos por não termos sabido encontrar sozinho a solução. Sabem que o diálogo foi cortado porque as condições que nos puseram eram inaceitáveis. E é a partir de condições que são inaceitáveis que vamos retomar o diálogo (mas vamos fazê-lo!) e retiramos a lista nesse esforço. Vamos pedir meia hora de intervalo para que nós, e certamente a bancada do Partido Socialista, possamos repensar essa questão, mas não ao abrigo das condições que nos foram postas e que já foram afastadas por nós.

Presidente: Sr. Deputado Pacheco de Almeida, eu desejava esclarecer que há bocadinho não queria coarctar-lhe o uso da palavra. Queria apenas tentar situar as intervenções que aqui se estavam a produzir justamente para lembrar-lhe que o Sr. Deputado Martins Goulart havia declarado que retirava a sua lista.

Regista-se que o Sr. Deputado Pacheco de Almeida, em nome do seu Grupo Parlamentar, declara também que retira a lista apresentada pelos Deputados do PSD.

Desejava dar esta explicação para que não ficasse aqui sombra de dúvida no sentido da Presidência estar a querer coarctar, a quem quer que fosse, o uso da palavra.

O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pede a palavra para? . . .

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, era para, muito rapidamente, fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida. Antes porém de me ser concedida essa autorização eu gostaria que o Sr. Deputado Pacheco de Almeida se manifestasse se está disposto à aceitação desse pedido e obviamente à sua resposta.

Presidente: Tem a palavra para o efeito. O Sr. Deputado Pacheco de Almeida já manifestou anuência.

Deputado interveniente: Sr. Deputado Pacheco de Almeida, eu gostaria de lhe fazer a seguinte pergunta:

— Considera ou não que o quadro democrático da praxe parlamentar significa, não só uma representação proporcional na Mesa do Parlamento, mas também uma representação proporcional na Presidência das respectivas Comissões?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Já tive a oportunidade de hoje, e ao longo da minha intervenção, deixar claro que penso mas não fujo à resposta.

Em relação ao processo português — sim; em relação ao

processo açoriano — desejo que sim; em relação ao mundo — não é prática universal.

Desejo que nesta Assembleia o possamos encontrar. Estou certo que o faremos se quiserem trabalhar connosco porque o entendimento não pode ser de uma parte só.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt. Pede um complemento de esclarecimento provavelmente, não é verdade?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Exacto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado interveniente: A resposta do Sr. Deputado Pacheco de Almeida satisfaz-me 50% e obviamente que nestas questões é bom que as coisas fiquem claras. Eu falei no quadro democrático da praxe parlamentar. Ora, isso engloba todo o princípio do parlamentarismo democrático e, quanto a isso, não há nem pode haver diferenciação entre o Parlamento Português, o Açoriano, ou de qualquer outro Parlamento realmente democrático.

A representação proporcional, a representação pluripartidária, não se exerce somente num órgão do Parlamento que é, digamos, a sua Mesa, mas também nas respectivas presidências das Comissões.

Portanto, parece-me que foi plenamente legítimo, da parte do Partido Socialista, o aceitar participar numa tentativa de consenso em negociações com o PSD e de, «à priori», pôr também como condição de entendimento para a representação proporcional no pluripartidarismo, não só a sua representação na Mesa do Parlamento, mas também nas presidências das Comissões.

Parece-me que, em termos de oposição que nós somos, como tal não constituímos uma maioria e não fomos soberbos na nossa forma de pôr os nossos pontos de vista em função da nossa participação: Um Vice-Presidente e um Secretário na Mesa do Parlamento e a Presidência de uma das cinco Comissões.

E, se o PSD estiver realmente disposto a que esses princípios democráticos do parlamentarismo sejam considerados e sejam respeitados, o Partido Socialista concerteza que também está preocupado com esta situação e quer também alterá-la, introduzindo no Parlamento Açoriano o quadro da praxe parlamentar, democrática e universal.

Se o Sr. Deputado estiver de acordo com isso, concerteza que nós todos estaremos também de acordo e poderemos (e estamos ainda a tempo) de encontrar uma solução.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, eu desejava completar o esclarecimento uma vez que me foi dito que apenas 50% havia ficado respondido — e até estou de acordo.

Se me é permitido o restante esclarecimento . . .

Presidente: Se o Sr. Deputado não quer começar a usufruir dos 30 minutos de intervalo, tem a palavra para o efeito.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Não, o intervalo neste caso é ainda secundário.

Presidente: Então tem a palavra.

Deputado interveniente: Poderia fazer uma breve referência aqui a muitos países onde a democracia é um facto e onde essa praxe parlamentar de atribuir as Presidências aos diferentes Grupos Parlamentares não existe, mas reafirmo

que penso que aqui devemos introduzi-la com benefício da Assembleia. Reafirmo o princípio que aqui já indiquei por minha parte, representando este Grupo Parlamentar e comprometendo o mesmo.

Quero lembrar ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt que ficou claramente referido que nós estaríamos preparados (sempre estivemos) para negociar o que nos foi referido — um Vice-Presidente e um Secretário da Assembleia e depois uma Presidência de uma das Comissões — se pudéssemos ter uma lista consensual, ou seja, se a lista a propor pudesse reunir o consenso de ambos os Partidos.

Esta ideia não avançou pela simples razão que entendemos e respeitámos (e foi nesse entendimento que ficámos) de que, com a situação de voto livre que se pretende ver alargada a todos os Deputados como um direito que lhes assiste, nada nos garantia que essa lista de consenso reunisse consenso. Aliás, foi-nos dito claramente com toda a lealdade pelo Partido Socialista que não haveria consenso possível para essa lista.

Portanto, nós iríamos comprometermo-nos numa negociação para a qual não havia consenso. Era da nossa parte uma estultícia. De maneira que repomos a questão: nós retiramos a nossa lista, nós pedimos a meia hora de intervalo que agora é concedida e vamos ao encontro das nossas posições aonde elas forem tangíveis e já dissemos aonde eram — na área de encontrarmos cinco pessoas para as fazermos eleger.

As pessoas que nos ouvem e as que nos seguem já entenderam que aquilo que se discute e joga hoje aqui é a democraticidade que se quer nesta Sala e que uns querem de maneira cristalina e que outros não quererão de maneira tão cristalina.

É só isso que está em jogo.

Presidente: Srs. Deputados, estão interrompidos os trabalhos por 30 minutos. Estaremos aqui quando forem 19 horas e 45 minutos.

Peço desculpa, Sra. Deputada. Então os trabalhos ainda não estão interrompidos e a Sra. Deputada Conceição Bettencourt pede a palavra para? . . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados . . .

Presidente: É para um esclarecimento, não é verdade?

Tem a palavra para o efeito.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): . . . o esclarecimento é o seguinte: não foi aceite o compromisso basicamente porque, e quanto à Presidência da Comissão, se porventura o Partido Socialista votasse contra, em bloco em relação a qualquer dos candidatos do PSD, isso descomprometia o PSD em relação à Presidência.

Ora, isto eram tudo condições prévias — liberdade de voto e Presidência de duas Comissões (até cedemos para uma) se a liberdade de voto não implicasse um condicionamento à Presidência das Comissões.

Voltei atrás e inclusivamente dei exemplos de que, numa das eleições, a então nossa Secretária Suzete tinha obtido mais votos do que qualquer membro da Mesa, desde a Presidência aos outros Secretários.

Portanto, no uso do voto livre, accionado também pela bancada do PSD, nada nos garantia que se, em relação a um dos candidatos do PSD 50% do PS votasse contra, não hou-

vesse também um número equiparável de votantes do PSD que votasse contra o candidato que no seu próprio Grupo Parlamentar tinha ficado assente.

Isso dava sempre uma carga presumível ao PS como, vamos lá, propositada ou não propositadamente, para lhe negar a futura Presidência da Comissão.

O voto é secreto. O voto é livre. E muito difícil será haver unanimidade tão perfeita, não obstante me ter sido apontado, e até foi o Sr. Deputado Melo Alves quem primeiro pôs essa condição, de não haver uma votação em bloco do PS contra qualquer um dos candidatos da lista do PSD para que a Presidência fosse concedida.

Aqui está, portanto, o cerne de toda a questão — esse condicionamento posterior.

Era uma liberdade de voto condicionada a precisamente não haver uma votação em bloco e sabemos que não se pode provar que essa votação em bloco, contra qualquer dos propostos na lista do PSD, tenha a sua origem só no PS.

É absolutamente inoportável porque não há liberdade de voto condicionada e não pode a mesma ser comprovada pela actuação da bancada em frente.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Faria tinha pedido a palavra. Penso que pretende usar dela para algum esclarecimento. O Sr. Deputado Pacheco de Almeida também já manifestou o desejo de fazer uma intervenção.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que afinal o que se tratou nestas prolongadas reuniões (eu ontem participei e a Sra. Deputada não esteve, hoje esteve e eu não estive) mas de qualquer forma penso que o estamos a transportar para aqui e é salutar que isso aconteça.

Há uma questão que foi levantada pela Sra. Deputada. Essa informação foi dada ao nosso Grupo Parlamentar dizendo que a Sra. Deputada tinha citado esse exemplo.

Mas o exemplo, também se pode repetir doutras formas! — Eu recorro o exemplo do ano passado e embora não cite números os Srs. Deputados que aqui estiveram também se recordam disso.

O outro exemplo é liberdade de voto — o voto é secreto e à consciência de cada um.

Então, como é que, partindo desse pressuposto ou dessa premissa e sem querermos agora discutir ou misturar as duas coisas, vamos aceitar que o PS tenha a Presidência numa Comissão, qualquer que ela seja, sem sabermos neste momento (os Srs. Deputados não o sabem nem nós sabemos também) quais são os elementos que vão integrar essa Comissão?

Ora, essa Comissão terá sempre a composição que aqui está estabelecida: 4 Deputados do PSD, 2 do PS e 1 Deputado pelo CDS, se for uma Comissão a que ele pertença porque não pertence a todas. Portanto, se também lá se pratica essa mesma liberdade de voto, se o voto é secreto e se os Srs. não assumem aqui um compromisso em relação à eleição da Mesa, como é que querem e como é que exigem que desconhecendo neste momento os elementos dessa Comissão, nós assumamos também esse compromisso?

Eu não sei quem são os 4 representantes do PSD nessa Comissão, no mês de Dezembro, porque há alterações.

Assim, a posição da Sra. Deputada e a do Grupo Parlamentar do PS é correcta na vossa óptica mas, pensando na nossa óptica, na da Comissão e no compromisso que por vossa parte nos era exigido, aquilo que eu acabo de dizer também tem a mesma razão de ser.

É por isso que eu concordo que o intervalo será salutar porque a argumentação da Sra. Deputada facilmente é devolvida.

De maneira nenhuma quero tirar nem manter aqui o diálogo nesta questão. A Sra. Deputada expôs . . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Posso dar um esclarecimento de como pode ser feito.

Presidente: Um momento só, Sra. Deputada. Espere que o Sr. Deputado Fernando Faria acabe de falar.

O Orador: . . . expôs uma situação que eu respeito, que foi de facto transmitida a nós «ipsis verbis». Não há qualquer dúvida. Temos conhecimento da vossa posição só que queria deixar aqui uma contraposição, que no fundo é uma situação idêntica embora para um fim diferente, àquela que é a vossa posição de agora.

Presidente: O Sr. Deputado Pacheco de Almeida tinha pedido a palavra antes de V. Exa.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Mas eu desejava dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Fernando Faria.

Presidente: Um momento Sra. Deputada.

O que a Mesa desejava era que não se dissesse que ao fim de um dia não foi possível eleger-se uma Mesa para a Assembleia Regional.

Nós temos que ficar com a Mesa eleita hoje.

O Sr. Deputado Pacheco de Almeida tem a palavra.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, era só para confirmar que aquilo que a Sra. Deputada Conceição Bettencourt havia dito correspondia rigorosamente àquilo que havíamos tratado.

Era só esta precisão e mais nada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Deseja prestar ainda um esclarecimento?

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Não prestei atenção ao que disse o Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sra. Deputada, eu limitei-me a dizer e quando pedi para intervir era apenas para, no sentido de arrarmos um diálogo que agora podia arrastar-se já em relação a coisas secundárias, confirmar que aquilo que havia referido era uma precisão exacta daquilo que se havia tratado.

Era só isso e mais nada.

Presidente: A Sra. Deputada Conceição Bettencourt desejava prestar mais esclarecimentos?

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Era só prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Fernando Faria.

Presidente: Tem a palavra.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): É o seguinte:

O antigo Regimento, isto é a formulação anterior à sua remodelação, era muito mais esclarecedor no sentido de que na distribuição dos cargos da Mesa dizia: «Compete ao Partido maioritário, Presidente, Vice-Presidente e um Secretá-

rio e ao Partido Socialista competia um Vice-Presidente e um Secretário».

É a essa remodelação, muito especialmente agora no caso vertente no que concerne às Comissões, que essa alteração pode e deve ser feita, no sentido de competir uma ou duas presidências, se forem para aí, nas Comissões Permanentes.

E então o caso repete-se sempre: votar num ou noutro dos componentes do Partido Socialista, como nós votaremos num ou noutro dos componentes do PSD que se proponham à Presidência das Comissões que lhe competem.

Isso já existiu e o correcto é que torne a existir.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Faria pretende prestar mais algum esclarecimento?

Tem a palavra.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, a explicação da Sra. Deputada não acrescenta nada àquilo que eu tinha como informação.

Se no anterior Regimento existiu uma coisa, se agente remodelou o Regimento consensualmente . . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Mas foi sempre remodelado e pode ser remodelado na procura da verdade.

O Orador: Exacto. Foi sempre remodelado mas foi por acordo. Nesse aspecto não houve questões. Portanto se agora temos este Regimento, é a ele que temos de respeitar ou então vamos alterá-lo também. Mas isso agora, Sra. Deputada, neste momento . . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): É lógico.

O Orador: . . . eu aceito que seja a consequência lógica e que possamos alterar o Estatuto dos Deputados, o Regimento e tudo isso. Porém, neste momento, essa explicação parece-me que está desfasada no tempo.

Se agente vai fazer história, então tínhamos já 6 anos de história, positiva em muitos casos e nalguns casos negativa.

Portanto, estou esclarecido. Muito obrigado

Presidente: Srs. Deputados, estão interrompidos os trabalhos por 30 minutos. Estaremos aqui quando forem 19. 55 horas.

(Eram 19, 25 horas)

Presidente: Srs. Deputados, estão reabertos os trabalhos.

(Eram 20, 35 horas)

Durante este intervalo que as circunstâncias tornaram, por necessidade de conversações entre os Grupo Parlamentares, mais alargado do que fora inicialmente previsto, esgotou-se o tempo regimental e, salvo uma deliberação da Assembleia, os trabalhos seriam de encerrar imediatamente.

Em face destas circunstâncias e nos termos do artigo 55º, nº 1 do Regimento, a Mesa . . .

Peço desculpa. O Sr. Deputado Fernando Faria quer interpellar a Mesa?

Deputado Fernando Faria (PSD): Fazer uma proposta.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Fernando Faria (PSD): Era para que a Mesa pusesse à apreciação do Plenário o prosseguimento dos nossos trabalhos.

Presidente: E sem limites ou restritos à conclusão do processo de eleição?

Deputado Fernando Faria (PSD): Até à conclusão do

processo de eleição.

Presidente: Era isso mesmo que a Mesa espontaneamente ia aqui apresentar.

A Mesa propõe, justamente, que os trabalhos prossigam mas apenas até à conclusão da primeira parte da ordem dos mesmos trabalhos.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta da Mesa, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tenho conhecimento de que se desenhou um consenso entre os Grupos Parlamentares. Efectivamente o consenso já está aqui formalizado através duma proposta que é do seguinte teor:

«Os Grupos Parlamentares do PSD e do PS propõem a seguinte lista para a Mesa da Assembleia Regional:

Presidente: Álvaro Monjardino (PSD)

Vice-Presidente: Fernando Faria Ribeiro (PSD)

Vice-Presidente: Dionísio Mendes de Sousa (PS)

Secretário: Fernando Dutra de Sousa (PSD)

Secretário: Manuel Emílio do Porto (PS)».

Está esta lista admitida. Vai proceder-se à distribuição pelos Srs. Deputados dos boletins de voto correspondentes a esta lista.

(Pausa)

Estão distribuídas as listas. Vamos então proceder à votação e, dentro de um minutos ou dois, iniciaremos a chamada dos Srs. Deputados.

(Procedeu-se à chamada para a votação, tendo entregue o seu voto 33 Deputados).

Presidente: Srs. Deputados, o resultado da eleição foi o seguinte:

Presidente: Álvaro Monjardino – 31 votos a favor e 2 votos contra;

Vice-Presidente: Fernando Faria Ribeiro – 32 votos a favor e 1 abstenção;

Vice-Presidente: Dionísio de Sousa – 20 votos a favor, 12 votos contra e 1 abstenção;

Secretário: Fernando Dutra de Sousa – 31 votos a favor e 2 abstenções;

Secretário: Manuel Emílio do Porto – 20 votos a favor e 13 votos contra.

Todos estes Deputados, com os números indicados de voto e nos termos do artigo 13.º, nomeadamente no número 3 do Regimento, se consideram eleitos para as funções em que figuraram nas listas.

Está assim pois constituída a Mesa da Assembleia Regional dos Açores para a Sessão Legislativa de 1982-83.

Antes de encerrar os trabalhos queria expressar ao Sr. Secretário da Mesa, David Santos, que vai agora cessar as suas funções, o agradecimento da mesma Mesa pela colaboração dedicada que, sem quaisquer falhas, prestou nos trabalhos da Sessão Legislativa que findou.

Srs. Deputados, amanhã estaremos aqui às 3 horas da tarde, tendo como ordem de trabalhos a apreciação e votação dos pedidos de urgência para o projecto do Sr. Deputado Martins Goulart, quanto ao seu Projecto de Decreto Legislativo Regional, as duas propostas do Governo Regional quanto à alteração do orçamento do GAR e quanto ao orçamento do mesmo Gabinete para o ano de 1983 e a apreciação

do Plano e do Orçamento para 1983.

Muito boa noite e muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos.

(Eram 21 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD – José Maria Cabral, Vasco Garcia; PS – Roberto Amaral, Daniel de Sá).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD – José Rodrigues de Melo, Emanuel Silva, Renato Moura, Borges de Carvalho, José Silva, Cinelândia Sousa, Duarte Mendes).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Requerimento

– Considerando que, aquando da discussão do PMP, em 26-11-81, o Governo, através da SREC, assumiu o compromisso de aquisição de instalações para montagem duma casa etnográfica;

– Considerando o facto de um grupo de cidadãos do Concelho da Calheta vem procedendo à recolha de elementos de interesse etnográfico que necessitam de espaço para uma conservação minimamente aconselhável;

– Considerando que a vontade política de unidade de ilha se vem sobrepondo a quaisquer sentimentos do denominado bairrismo concelhio;

– Considerando que a referida vontade política se tem manifestado pela instalação da Casa Etnográfica do Concelho da Calheta, permitindo uma distribuição equitativa de centros de interesse que facultem o possível desenvolvimento cultural e económico da unidade ilha.

Requeiro ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis as seguintes informações:

– Quais as diligências feitas para a aquisição de um imóvel na Vila da Calheta.

– Quais as causas que levaram à não aquisição de um possível imóvel em pleno centro da referida Vila.

– Vai continuar o Governo a manter a política de igualdade de custos desse imóvel aos dos edifícios adquiridos há alguns anos atrás.

Horta, 23 de Setembro de 1982.

A Deputada Regional: *Maria de Fátima da Silva Oliveira.*

Requerimento

– Considerando que, aquando da discussão do PMP, em 26-11-81, o Governo comprometeu-se a iniciar no corrente ano as obras de elevação do muro cortina do porto de Velas;

– Considerando que é do conhecimento público que foi aprovado em Conselho de Governo a verba necessária para começo das obras;

– Considerando que as mesmas não foram, até ao momento, iniciadas.

Requeiro ao abrigo das disposições regimentais as seguintes informações:

1 – Foi feita qualquer diligência no sentido de iniciar as obras referidas e, se sim, para quando?

2 – Quais as causas da demora em pôr em execução

uma deliberação tomada, em Junho, pelo Conselho do Governo?

Horta, 23 de Setembro de 1982.

A Deputada Regional: *Maria de Fátima da Silva Oliveira*.

Requerimento

Escolas Preparatórias de São Jorge

– Considerando a proximidade do início do ano lectivo;

– Considerando a incapacidade que o actual edifício da Escola Preparatória da Calheta oferece e cujo estrangulamento já foi oportunamente posto à consideração governamental, aquando da aprovação do Plano a Médio Prazo e, posteriormente, em requerimento dos representantes de São Jorge;

– Considerando que, apesar de ultrapassados os prazos do contrato, não se prevê a conclusão das obras em tempo oportuno de forma a permitir o funcionamento das aulas, em Outubro próximo, nas novas instalações.

Requeiro ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis que me sejam fornecidas as seguintes informações:

1 – Qual a situação neste momento das obras em curso.

2 – Para quando se prevê a conclusão, equipamento e consequente utilização das referidas escolas.

3 – Se já foram iniciadas as obras dos pavilhões A 5, Gimnodesportivo e A 6 das referidas Escolas Preparatórias e quais os prazos do respectivo contrato.

Horta, 23 de Setembro de 1982.

A Deputada Regional: *Maria de Fátima da Silva Oliveira*.

Requerimento

– Considerando que, aquando da discussão do PMP, em 26-11-82, o Governo assumiu o compromisso de desassoreamento da baía do porto da Calheta, afirmando que já teriam sido iniciados contactos para o efeito.

Requeiro ao abrigo das disposições regimentais me seja fornecida a seguinte informação:

– Qual a razão ou as razões porque não foi, até à data, feito o referido desassoreamento por qualquer um dos processos possíveis e previstos.

Horta, 23 de Setembro de 1982.

A Deputada Regional: *Maria de Fátima da Silva Oliveira*.

Requerimento

Considerando a existência da residencial «Açor» nas Lages do Pico, iniciativa empresarial privada, que dispõe de 8 quartos;

Considerando que o seu projectado aumento de mais 6 quartos é útil numa ilha que tem carências da alojamento;

Considerando que com base na legislação regional vigente o seu proprietário, Sr. Dionísio de Brum Pereira, apresentou em Junho de 1981 o seu pedido de apoio, tendo juntado projecto e demonstrado a viabilidade económica do investimento;

Considerando finalmente que, segundo o interessado, ainda não foi recebida resposta, requeiro, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, ao Governo, através da Secretaria Regional de Transportes e Turismo, me sejam

prestadas as informações seguintes:

- a) Qual a fase em que se encontra o processo;
 - b) Quando se prevê que o apoio possa ser concedido.
- Santa Cruz das Flores, 11 de Outubro de 1982.
O Deputado Regional: *José Renato Medina Moura*.

Requerimento

Ao abrigo das disposições estatutárias em vigor solicito que me seja informado pelo Director do Centro Regional da RTP-A por intermédio do G.R., o seguinte:

1 – É ou não a programação da RTP-A mais modesta em qualidade que a RTP?

2 – Quais as vantagens e inconvenientes da extensão do Canal 1 à Região?

3 – Quais as dificuldades da Região receber os melhores e mais interessantes programas do Canal 1 e ter um tempo de programação exclusivamente regional? Qual o sobre-custo para a Região?

4 – Presentemente quanto tempo é destinado à transmissão do Canal 1 e à programação dita regional em directo e diferido?

Horta, 23 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional pelo CDS: *Fernando Monteiro*.

Requerimento

Ao abrigo das disposições estatutárias em vigor solicito que me seja informado pelo Director Regional da RTP-A por intermédio do G.R., o seguinte:

1 – Quanto tempo houve na RTP-A de emissão, no primeiro semestre de 1982, para desporto, percentualmente, grosso modo?

2 – Quanto tempo houve na RTP-A de emissão, no primeiro semestre de 1982, para programas recreativos?

3 – Quanto tempo houve na RTP-A de emissão, no primeiro semestre de 1982, para programas culturais?

4 – Quanto tempo houve na RTP-A de emissão, no primeiro semestre de 1982, para banda desenhada?

5 – Quanto tempo houve na RTP-A de emissão, no primeiro semestre de 1982, para actos políticos?

6 – Quanto tempo houve na RTP-A de emissão, no primeiro semestre de 1982, para mostrar ao povo açoriano a imagem ou actividade do Sr. Presidente do Governo Regional como tal ou como leader do PSD-Açores?

Horta, 23 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional pelo CDS: *Fernando Monteiro*.

Requerimento

Ao abrigo das disposições estatutárias em vigor solicito que me seja informado pelo Director do Centro Regional da RTP-A por intermédio do G.R., o seguinte:

1 – Quais os critérios deontológicos da RTP para a elaboração do Telejornal?

2 – Quais os critérios deontológicos da RTP para as reportagens de actos públicos e acontecimentos de valor económico e ou social?

3 – Em período não eleitoral quais os critérios que pode usar para distribuição de tempos de antena pelos Partidos, pelo Governo, pelo Legislativo e pelos outros órgãos sócio-profissionais e sócio-económicos regionais?

Horta, 23 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional pelo CDS: *Fernando Monteiro*.

Requerimento

Recordando as eleições intercalares de Rabo de Peixe na Ilha de São Miguel em que no próprio dia da votação não só dois membros do Governo Regional andavam a fazer propaganda com os carros da SERCLA a fazer mais do que isso, numa euforia ridícula e inusitada.

Ao abrigo das disposições estatutárias em vigor solicito ao Sr. Presidente do G.R. o seguinte:

1 – Ao abrigo de que regulamento legal é permitido membros de Governo usarem veículos oficiais, fora da hora de expediente, para fazerem acção político-partidária?

2 – Ao abrigo de que regulamento legal é permitido responsáveis e/ou funcionários de algumas autarquias locais fazerem acções de pré-campanha eleitoral com os meios pertencentes às Câmaras?

3 – Ao abrigo de que regulamento legal é permitido gastar erário público e/ou autárquico na acção pré-eleitoral com vista às eleições de 12 de Dezembro próximo?

Horta, 23 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional pelo CDS: *Fernando Monteiro*.

Requerimento

Ao abrigo das disposições estatutárias em vigor, solicito ao Sr. Presidente da A.R.A. o seguinte:

Como pode a Mesa da Assembleia Regional deliberar em sentido contrário ao Plenário da mesma na permissão da RTP-A retomar as filmagens das nossas sessões legislativas?

Horta, 23 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional pelo CDS: *Fernando Monteiro*.

Requerimento

Ao abrigo das disposições estatutárias em vigor, solicito ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, o seguinte:

1 – Porque razão estão tão demoradas as obras da marina da Horta?

2 – Qual o agravamento do custo da obra em virtude da demora, e por outras razões, entre as quais avultam dificuldades técnicas?

Horta, 23 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional pelo CDS: *Fernando Monteiro*.

Requerimento

Considerando que a cidade da Ribeira Grande está a sofrer fortemente, nomeadamente os edifícios das duas principais vias urbanas, pelo trânsito de carros pesados mesmo a velocidade condicionada o que pressupõe a urgência da envolvente Sul da cidade;

Ao abrigo das disposições estatutárias em vigor, solicito ao Governo Regional o seguinte:

Quando será iniciada a segunda fase do desvio (envolvente à cidade da Ribeira Grande) a Sul, uma vez só que estão consagrados no Plano 83, no Programa nº 45, 10 000 contos para a obra?

Horta, 23 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional pelo CDS: *Fernando Monteiro*.

Requerimento

Ao abrigo das disposições em vigor solicito ao Governo Regional o seguinte:

1 – Qual é o custo ou orçamento actualizado, a preços correntes, conforme o projecto, das arroteias do Pico?

2 – Qual a quota parte do custo da arroteia inserto no Plano para 1983 (Programa nº 22)?

3 – Quando começa na prática a execução do dito programa?

Horta, 23 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional pelo CDS: *Fernando Monteiro*.

Requerimento

Considerando que no programa nº 47 do Plano 83 estão inscritos vinte mil contos para esse efeito, sob verba não desagregada;

Considerando que na orla marítima de São Lourenço na Ilha de Santa Maria alguns troços oferecem perigo de desmorenamento se não forem tomadas medidas urgentes;

Ao abrigo das disposições estatutárias em vigor, solicito ao Governo Regional o seguinte:

1 – Qual a verba destinada à fixação e protecção da orla marítima de São Lourenço em Santa Maria?

2 – Quando está prevista a conclusão das acções necessárias à contenção do perigo de desabamento?

Horta, 23 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional pelo CDS: *Fernando Monteiro*.

Requerimento

Considerando que a orla marítima das zonas da cidade da Ribeira Grande e da freguesia de Rabo de Peixe estão em grave perigo de desmorenamento perspectivando dias difíceis para as populações ribanceiras;

Considerando que o Programa nº 47 do Plano 82 só consagra 20 000 contos para toda a Região o que demonstra uma visão sovina das realidades;

1 – Quais os planos para conter a degradação de uma e outra?

2 – Quais as percentagens da citada verba destinadas às referidas acções na cidade da Ribeira Grande e na freguesia de Rabo de Peixe?

Horta, 23 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional pelo CDS: *Fernando Monteiro*.

Requerimento

Uma vez que a disposição dos estrados na Sala das Sessões da ARA não permitem um bom funcionamento dos operadores da RTP-A na cobertura das reuniões porque prejudicam altamente a bancada da oposição e não só.

Ao abrigo das disposições estatutárias em vigor, pergunta-se à Mesa da A.R. porque não tomou as medidas necessárias entre a última reunião Plenária e a presente para corrigir o indesejável defeito?

Horta, 23 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional pelo CDS: *Fernando Monteiro*.

Requerimento

– Considerando a existência de contactos entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e a Caixa de Abono

de Família dos Empregdos Bancários, no sentido dos mesmos passarem a ser integrados no sistema de Segurança Social Regional;

– Considerando que tais contactos foram efectuados sem prévia auscultação dos bancários da Região, através das suas estruturas representativas;

– Considerando que as Secções Regionais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, após consulta à classe, repudiaram qualquer solução de transferência daquela Caixa;

– Considerando que as condições actuais da prestação de serviços da referida Caixa é mais benéfico para os bancários da Região do que o sistema de Segurança Social Regional.

O Deputado do Partido Socialista abaixo assinado, requer ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, os seguintes esclarecimentos:

1 – Qual a actual situação decorrente das conversações havidas entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e a Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários?

2 – Sendo concretizada a referida transferência, tenciona a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais garantir e de que forma, todas as regalias actualmente existentes, mesmo que diferenciadas do sistema Geral Regional?

3 – Tenciona ou não a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais respeitar a vontade inequivocamente expressa pelos trabalhadores bancários regionais?

Horta, Sala das Sessões, 23 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional do PS: *Avelino Rodrigues*.

Requerimento

– Considerando a situação que a Adega Cooperativa da Graciosa atravessa.

– Considerando que esta Adega Cooperativa é o suporte de grande parte do sector primário da Ilha da Graciosa.

– Considerando que a crise económico-financeira desta Adega Cooperativa ultrapassa já todos os limites.

– Considerando que o Governo Regional tem sido por diversas formas alertado para esta situação, tendo inclusivamente criado um grupo de trabalho no sentido de estudar exaustivamente o problema.

– Considerando que com base no estudo desse grupo de trabalho o Governo Regional considerou o assunto esgotado e, em Plenário na Ilha Graciosa, no passado mês de Outubro, preconizou medidas de solução.

– Considerando que até esta data nenhuma medida foi tomada.

Requeremos ao Governo Regional, ao abrigo das normas regimentais, que nos seja prestado o seguinte esclarecimento:

– Indicação da data precisa do início das medidas aprovadas no Conselho do Governo, realizado na Ilha Graciosa em Outubro de 1982, com vista ao completo saneamento económico-financeiro da Adega Cooperativa da Graciosa.

Horta, 23 de Novembro de 1982.

Os Deputados: *Adelaide Maria Medina Teles, Manuel da Silva Valadão*.

Resposta a um requerimento apresentado pelo Sr. De-

putado Jesuíno Rodrigues Facha, referente a Redes Telefónicas na Ilha das Flores:

Relativamente ao requerimento n.º 171 do Sr. Deputado do Partido Socialista, Jesuíno Rodrigues Facha, cumprimentos comunicar a V.Exa. a informação prestada pelo Sr. Director Coordenador dos Correios e Telecomunicações dos Açores sobre a matéria em questão.

A coberto do ofício n.º 358 de 10 de Maio do corrente ano foi prestado esclarecimento a Sua Exa. o Sr. Presidente do Governo sobre a matéria contida nos requerimentos números 144 e 146 do Sr. Deputado, Jesuíno Rodrigues Facha, nomeadamente sobre a posição das redes telefónicas na Ilha das Flores.

Pela leitura dos referidos requerimentos verifica-se que o requerente apresentou as questões numa forma genérica, não tendo especificado o caso da Fajã Grande, donde não se pode inferir que não tenha havido menos atenção da parte do Sr. Director Coordenador relativamente aos problemas expostos.

De qualquer modo, a informação prestada contemplava plenamente a Ilha das Flores e, de modo particular o Concelho de Lajes das Flores no qual se insere a freguesia da Fajã Grande.

Efectivamente estão programados para a Ilha das Flores em 1983, contemplando em especial os assinantes da rede da Fajã Grande, os trabalhos de montagem de um cabo, pela Serra entre Santa Cruz e aquela localidade. Tal cabo permitirá ligar em linha exclusiva todos os assinantes da Fajã Grande directamente a Santa Cruz por forma a ficarem automatizados. Por esta razão não é viável realizar-se a sugerida ampliação do traçado entre Lajes/Fajã Grande, uma vez que seria para abandonar a curto prazo.

Quanto à remuneração do encarregado do posto de Correio, Telégrafo e Telefone, trata-se de um problema a nível nacional que não pode ser modificado a nível regional. Além disso, os referidos funcionários não são considerados por lei trabalhadores vinculados à Empresa, porque não trabalham exclusivamente para ela, e, por isso, sendo em regime de tarefa são qualificados como prestadores de serviço, auferindo uma remuneração fixa e outra variável em função dos serviços prestados.

Ao encarregado do posto do Correio é-lhe abonado mensalmente a gratificação fixa de 600\$00 pelo serviço mais 350\$00 por servir de sede a um giro de carteiro e auferir ainda uma média mensal de 2 400\$00 a 2 500\$00, como remuneração variável incidente sobre o serviço telefónico da rede da Fajã Grande. Estas gratificações estão fixadas por Portaria e só poderão ser alteradas por nova disposição governamental.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo: *Marília Isabel Lima*.

Resposta a um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, respeitante a importações e exportações na Região:

A coberto do ofício 737, de 30-8-82, da Assembleia Regional, foi recebido o requerimento número 177, dos Deputados do PS, Srs. Martins Mota, Avelino Rodrigues e Car-

los César, cuja resposta desta Secretaria Regional abaixo se transcreve:

a) É feito um inquérito anual aos importadores sobre as suas previsões para o ano seguinte.

Com base nos elementos colhidos e tendo em conta o índice inflacionário, é elaborada uma proposta de plano de importações, que é apresentada ao Governo para aprovação.

Os critérios de preferência assentam fundamentalmente na prioridade que é dada às importações de bens duradouros, (de equipamento), ficando em segundo lugar os bens de consumo, e, dentro destes, em último, os de consumo não duradouros, que não sejam indispensáveis à actividade económica.

Tem grande peso nas nossas importações produtos como

- cimento
- fuel oil
- cereais

que por serem indispensáveis à própria sobrevivência do nosso aparelho produtivo, não podem sofrer restrições de monta, que ponham em risco o normal abastecimento da Região.

O cimento é importado directamente, desde 1980, pelo Entrepósito Industrial das Ilhas, que é administrado pela Cimpor, devido à falta de capacidade de resposta das cimentarias nacionais, e porque sempre teriam de recorrer à importação, fazem-no para os Açores, por uma questão de racionalização de transportes.

No ano de 1981, as licenças de importação atingiram um valor global de 2.822.837, tendo-se considerado para 1982 um acréscimo no valor global apenas de 12% em relação a 1981, ou seja 3.198.745 contos.

Quer isto dizer que se aponta para uma forte restrição às importações, pois que o acréscimo de 12% em valor não acompanha, de forma alguma, a revalorização do dólar e a desvalorização do escudo, pelo que não se considera qualquer crescimento real nas importações.

Os bens que foram atingidos por esta restrição são fundamentalmente:

- viaturas
- bacalhau
- electrodomésticos
- leite para vitelos

Procura-se também baixar o valor com a importação do cimento, procurando que o abastecimento aos Açores seja feito através do Continente.

b) Foram licenciados no ano de 1981, 3 368 Boletins de Registo de Importação no valor global de 2.822.837 contos, sendo 399.832 contos para viaturas, 168.855 contos para bacalhau, 43.589 contos para leite substituição para vitelos, 13.910 contos para electrodomésticos e 2.196.651 contos para diversos (cimento, combustíveis, peças e acessórios, etc.).

No corrente ano e até Junho foram licenciados 1 478 Boletins de Registo de Importação no valor global de 1.682.763 contos, sendo 174.606 para viaturas, 102.843 para bacalhau, 27.140 para leite substituição para vitelos, 19.551 para electrodomésticos e 1.358.623 contos para diversos (cimento, combustíveis, peças e acessórios, compu-

tadores, etc.).

Embora não disponha a Região de orçamento cambial próprio, julga-se, no entanto, que se deve trabalhar neste campo como se ele existisse, não só devido à conjuntura financeira do País, mas também pela necessidade de reafirmação realista da política seguida pelo Governo da Região.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete da Secretaria Regional do Comércio e Indústria: *José Tavares Frazão Júnior.*

Resposta a um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado José Renato Medina Moura, respeitante a voos de/para Flores:

Relativamente ao assunto do requerimento do Sr. Deputado Regional do PSD, José Renato Medina Moura, recebido a coberto do ofício nº 560, Pº 17.08.02 de 23-3-82 da Assembleia Regional dos Açores, cumpre-me informar o seguinte:

1. Os horários da SATA para o Verão de 1982 foram elaborados com base em elementos estatísticos, que se reportam ao ano anterior em relação às ilhas já servidas por transporte aéreo, e em função do número de passageiros previstos para o ano de 1982, por forma a poderem satisfazer as necessidades do tráfego de cada uma das ilhas.

2. Com vista a um melhor esclarecimento sobre o caso presente da Ilha das Flores, transcrevemos em seguida os quadros anexos à informação prestada pelos Serviços de Estudos e Planeamento Comercial da SATA, relativo ao volume de tráfego e à frequência de voos, de Abril a Outubro de 1981.

a) Passageiros embarcados nas Flores

ORIGEM/ DESTINO	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
FLW/HDR	79	56	73	127	124	95	44	578
"/TER	71	69	141	358	327	179	94	1.259
"/GRW	-	-	-	10	1	5	1	17
"/PDL	120	128	104	250	277	224	127	1.232
"/SMA	3	4	11	30	12	4	3	67
TOTAL	273	276	329	770	724	507	269	3.154

b) Passageiros desembarcados nas Flores

ORIGEM/ DESTINO	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
HDR/FLW	93	45	109	144	101	100	43	635
TER/"	88	95	358	300	283	153	154	1.532
GRW/"	-	-	-	3	2	4	1	10
PDL/"	99	111	147	286	179	192	153	1.128
SMA/"	2	13	12	15	15	15	6	78
TOTAL	262	264	627	847	580	472	347	3.397

c) Voos previstos

	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
HDR/FLW	9	8	13	14	12	11	10	77
FLW/HDR	9	8	13	14	12	11	10	77
TER/FLW	-	-	1	5	4	-	-	10
FLW/TER	-	-	1	5	4	-	-	10
TOTAL	18	16	26	38	32	22	20	174

c) Voos realizados

	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
HOR/FLW	13	8	14	17	13	9	10	84
FLW/HOR	10	8	10	15	12	10	10	75
TER/FLW	-	-	2	2	0	3	-	7
FLW/TER	-	-	3	5	7	0	-	27
PDL/FLW	-	-	-	-	-	-	-	-
FLW/PDL	-	-	2	-	-	-	-	2
TOTAL	23	16	31	50	42	25	20	207

e) Voos ao domingo (caso não haja voo disponível)

	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
HOR/FLW	-	-	1	-	-	-	-	1
FLW/HOR	-	-	-	-	-	-	-	-
TER/FLW	-	-	2	2	2	-	-	6
FLW/TER	-	-	1	1	2	-	-	4
PDL/FLW	-	-	-	-	-	-	-	-
FLW/PDL	-	-	2	-	-	-	-	2
TOTAL	-	-	6	2	4	-	-	12

3. Analisando os quadros a), b), c) e d), verifica-se que a solicitação de tráfego é muito maior no TER/FLW/TER do que no HOR/FLW/HOR, motivo porque se estabeleceu o novo horário, já publicado, para o Verão de 1982. Este horário contempla uma maior capacidade e prolongamento na operação TER/FLW/TER com o consequente descongestionamento do HOR/FLW/HOR.

Efectuaram-se voos ao domingo, referidos no quadro e), ou para repôr cancelamentos, ou para escoar tráfego pontual, mais propriamente do Continente Americano.

Salienta-se, no entanto, que os referidos serviços da SATA estão convictos de que, embora a capacidade de oferta seja maior, não será pontualmente suficiente, tendo que recorrer a operações de reforço com vista a satisfazer pontualmente a procura.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo: *Marília Isabel Lima*.

Resposta a um requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Avelino Rodrigues e Carlos César, respeitante ao mercado de emprego na Região:

O Grupo Parlamentar do PS apresentou na reunião da Assembleia Regional de Junho passado o requerimento em referência, no qual formula quatro perguntas sobre o mercado do emprego na Região.

Porém, nos considerando do mesmo requerimento é produzida uma afirmação que, por não corresponder à verdade, nem ser totalmente compreensível, se desmente e precisa.

Não é verdade que «as relações (?) entre a oferta e a procura de emprego têm sido relegadas para segundo plano esvaziando de conteúdo as soluções próprias dos Centros de Emprego». A verdade é que a Secretaria Regional do Trabalho, como tem sido repetidamente afirmado, considera como primeira prioridade a adequação quantitativa e qualifi-

cativa, entre a oferta e a procura de emprego, na Região. E neste sentido têm sido definidas e concretizadas medidas de política apropriadas, como sejam, entre outras, as seguintes:

- a) Dois diplomas legislativos aprovados pela Assembleia Regional no presente, sobre política regional de emprego e promoção do emprego;
- b) Incremento das acções de formação profissional realizadas no CFPA e o seu alargamento ao sector dos serviços;
- c) Lançamento de um programa de ensino em colaboração com a SREC e já no ano lectivo que agora começa, destinado a facilitar a transição de estudante para a vida activa;
- d) Realização de cursos de formação profissional em colaboração com empresas da Região, nos sectores de actividade mais carenciados;
- e) Construção de mais quatro pavilhões oficiais no CFPA destinados à formação profissional na área das metalomecânicas;
- f) Lançamento de um programa destinado a apoiar jovens à procura do primeiro emprego;
- g) Melhoria da recolha e tratamento da informação estatística, no domínio do emprego, em colaboração com o SREC e o SRT.

Dá-se em seguida, resposta às 4 questões inquiridas, com base em elementos referentes ao fim de Junho de 1982:

- a) *Situação da oferta e procura de emprego*
Permaneciam em carteira nos C.E. da Região 83 ofertas de emprego e 2 100 inscrições de desempregados.
- b) *Número de colocações de Janeiro a Junho*
255 colocações.
- c) *Número de trabalhadores abrangidos pelo S.D. no fim de Junho*
764.
- d) *Acções de formação em curso desenvolvidas directamente ou em colaboração com outras Secretarias Regionais*
 - d) i – cofragens e armaduras, carpintaria de construção civil, alvenarias, mecanização agrícola e pecuária, fiscais técnicos e topógrafos, desenho, hotelaria (Outubro de 1982), para além de cursos de organização e gestão de empresas;
 - d) ii – em perspectivas para o futuro:
Serrelharia mecânica, ajustagem, soldadura, serrelharia civil, fresagem, torneamento, electricidade, escriturários dactilógrafos, fiscais de obras para autarquias locais, corte e costura, motoristas de serviço público.

O Secretário Regional do Trabalho: *Álvaro Cordeiro Dâmaso*.

Resposta a um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado António Frederico Correia Maciel, sobre interrupções de energia eléctrica na Ilha de São Jorge:

1 – Data em que à EDA foi comunicada a situação eléctrica em São Jorge.

A EDA está permanentemente ao corrente da situação eléctrica em toda a sua área da concessão que, como se sabe, abrange todo o arquipélago com excepção do Concelho

da Praia da Vitória, na Ilha Terceira, e das Ilhas de Flores e Corvo. Nesta ordem de ideias a Empresa sempre esteve ao corrente das graves deficiências estruturais da Central Térmica das Velas que estão na origem da paragem da mesma, por avaria, às 10h30 do dia 7 de Setembro p.p..

2 — Data em que aquela Empresa entrou em contacto com os técnicos para a reparação do grupo gerador.

A EDA, naturalmente, providenciou imediatamente no sentido da deslocação a São Jorge de técnicos e do material necessário à reparação da grave avaria ocorrida, dado que os seus serviços em São Jorge ainda não estão preparados para tanto.

3 — Acções da EDA quer em São Jorge quer na respectiva Sede para a solução do assunto.

Como já foi referido, foram tomadas medidas necessárias à resolução do assunto (a avaria) que ficou resolvido no dia 29 de Setembro às 10h45.

4 — Quais as alternativas que possui a EDA para futuras situações idênticas e enquanto apenas existir um único grupo gerador.

A interligação das redes eléctricas dos Concelhos de Velas e Calheta, já em curso.

5 — Em que fase se encontram os trabalhos preparatórios para construção da Central Térmica de São Jorge.

Em fase de projecto e aquisição de terrenos.

6 — Qual o tempo necessário para a construção da referida Central.

Sete meses, estando a diligenciar-se o encurtamento deste prazo.

7 — Qual a data prevista para a conclusão da mesma.

Prejudicado.

8 — Qual a situação concreta em que encontra esse fornecimento. (Fornecimento de um novo grupo gerador).

Não está em curso qualquer fornecimento de grupos electrogénios para São Jorge, mas sim a transferência de grupos que actualmente estão em serviço na Central Térmica da Horta.

Assina: O Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Resposta ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Jesuíno Facha, respeitante à reparação da Igreja do Mosteiro, Lages das Flores:

Relativamente ao requerimento de 23-9-82, sobre o assunto em epígrafe, que deu entrada nessa Secretaria com o número 877, em 23-9-82, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo Regional de informar V. Exa. que o estudo inicial de reparação da Igreja do Mosteiro — Lages das Flores — foi elaborado pela extinta Circunscrição de Urbanização dos Açores em Outubro de 1977, elevando-se o seu orçamento a 550 000 \$00, a que correspondeu então, na base de 95%, a comparticipação de 522 500 \$00, concedida por portaria de 2-11-77 à respectiva Junta de Freguesia, assim escalonada:

1977: 250 000 \$00

1978: 272 500 \$00

escalões estes que foram liquidados àquela entidade dentro de cada um dos anos a que se referiam.

Constando que a obra não se encontrava completa por haver conveniência em se proceder a alguns trabalhos adi-

cionais, em Abril de 1982 foi solicitado à Divisão de Obras Públicas e Equipamento de Santa Cruz das Flores para visitar o local e elaborar o orçamento correspondente, que monta a 325 000 \$00.

A comparticipação destes trabalhos, dado que nessa altura o Plano de Equipamentos Urbanos já se encontrava aprovado e com ele inteiramente comprometida a respectiva rubrica orçamental, teve que aguardar a possibilidade de elaboração de um possível Plano Adicional para o corrente ano.

Restará acrescentar que a Junta de Freguesia, primeiro, e a Comissão Fabriqueira, depois, não se dirigiram à Secretaria Regional do Equipamento Social a solicitar apoio para a realização destes trabalhos adicionais, e daí o espaçamento de 4 anos entre a obra inicial e o procedimento que agora vai ter.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete: *Eduardo Gil Miranda Cabral*.

Resposta a um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro, sobre a correcção e pavimentação betuminosa do ramal da E.R. 2-2ª para o porto dos Anjos:

Em referência ao requerimento número 97, de 21 de Setembro de 1982, apresentado pelo Sr. Deputado do CDS, Fernando Monteiro, e que foi enviado a esta Secretaria a coberto do ofício número 989, processo número 17.05.02, de 23 de Setembro de 1982, da Assembleia Regional dos Açores, para os efeitos convenientes encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional do Equipamento Social de informar V. Exa.:

Os trabalhos no Ramal da Estrada que liga a E.R. 2-2ª (lugar da Saúde) ao Porto dos Anjos, que constam da correcção de todo o traçado com o seu alargamento para cinco metros da faixa de rodagem e pavimentação betuminosa tiveram o seu começo a partir de Dezembro de 1978.

Atendendo à sua localização — zona baixa — e natureza do solo, foi considerada como uma obra de alternativa, ficando os seus trabalhos destinados para a época em que não fosse possível trabalhar-se nas obras das zonas altas (Picos-Setada e Setada-Santo Espírito), ou seja, para o Outono e Inverno.

De notar que o não permanecer durante todo o ano na referida obra foi e é devido à escassez de mão-de-obra, o que não permite trabalhar em duas frentes simultaneamente.

Um arranque mais acentuado àquela foi dado somente este ano, 1982, mais propriamente depois do primeiro trimestre, e isto por nessa altura se encontrarem concluídos os trabalhos da obra — Setada-Santo Espírito.

Nesta data já se encontram corrigidos cerca de 2 954 m de traçado, obras de arte e acessórias executadas naquela extensão, construídos 1 003 m de valeta de betão, executados cerca de 30% dos trabalhos da variante e efectuado 70% de semi-penetração. Porém, dado a urgência verificada nos trabalhos de reforço de pavimento do troço «Santo Antão (Vila do Porto) — Pedras de São Pedro», até pelo péssimo estado em que aquele pavimento se encontrava, e por ser a principal e quase única via de comunicação entre a Vila e as freguesias rurais, houve necessidade de se dar início a estes

trabalhos e, por conseguinte, deslocar todo o equipamento e pessoal disponível do Ramal dos Anjos para a Vila. Continua-se, no entanto, com a construção de valetas e regularização de caixa, sempre que possível.

No que respeita aos trabalhos de terraplanagem, foram os mesmos interrompidos a partir de Maio do corrente ano devido a avaria do tractor D5 que ali trabalhava. Vai dar-se no entanto início aos mesmos a partir da próxima semana.

Atendendo à quantidade de trabalhos que falta executar naquela obra — Ramal da E.R. 2-2ª para o Porto dos Anjos — pode antever-se a sua conclusão para todo o ano de 1983, caso ali seja mantida uma frente de trabalho efectiva.

No que respeita aos trabalhos de conservação, dado que os de correcção ainda continuam, difícil se torna manter o pavimento conforme desejado. No entanto, tem sido preocupação dos Serviços manter um estado de conservação o mais aceitável possível, nunca se escusando a reparar qualquer anomalia pontual que consideram de perigoso para o trânsito e pavimento, ou atender a qualquer pedido de reparação, quando lhes é feito.

O Chefe de Gabinete da S.R.E.S.: *José da Fonseca Oliveira*.

Resposta ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro, respeitante ao troço da estrada que liga o Largo de Santo Antão ao lugar da Mãe de Deus em Vila do Porto:

Em referência ao requerimento número 96, de 20 de Setembro de 1982, apresentado pelo Sr. Deputado do CDS, Fernando Monteiro, e que foi enviado a esta Secretaria a coberto do ofício número 989, processo número 17.05.02, de 23 de Setembro de 1982, da Assembleia Regional dos Açores, para os efeitos convenientes encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional do Equipamento Social de informar V. Exa. que o troço da estrada em causa não faz parte da rede de Estradas Regionais, tratando-se duma via municipal, a cargo portanto da Câmara Municipal de Vila do Porto.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete da S.R.E.S.: *José da Fonseca Oliveira*.

Resposta ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Conceição Bettencourt, Avelino Rodrigues, Carlos César e Carlos Mendonça, respeitante ao programa televisivo Frente com 82:

O programa «De frente com 82» procurou trazer aos ecrãs do Centro Regional dos Açores da RTP, algumas personalidades relacionadas com assuntos do maior interesse para a Região.

Os temas foram escolhidos, por um lado, de acordo com o seu peso na actualidade, por outro, pela sua pouca divulgação.

Assim, foram realizados ao longo dos cinco primeiros meses deste ano, oito entrevistas com as seguintes personalidades:

— Dr. Mota Amaral, Eng. Emiliano Carreiro, Dra. Luísa Ataíde, Dr. Roberto Amaral, Dr. Costa Neves, Dr. Reis Leite, Sr. Silva Júnior e Dr. Cunha de Oliveira.

Uma outra entrevista solicitada ao Eng. Sousa Pinto não executada por impossibilidade de tempo do convidado. Os melhores cumprimentos.

O Director do Centro Regional da RTP-Açores: *José Maria Costa Parente*.

Resposta ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro, referente ao Plano de Urbanização de Ponta Delgada:

Relativamente ao requerimento de 21-9-82, sobre o assunto em epígrafe, que deu entrada nessa Secretaria com o número 983, em 23-9-82, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo de informar V. Exa. que o assunto constante do mesmo não é da competência dos Serviços do Governo Regional, mas sim da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete: *Eduardo Gil Miranda Cabral*.

Resposta ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Avelino Rodrigues, Carlos César, Conceição Bettencourt e Carlos Mendonça, respeitante a despesas efectuadas com a deslocação dos jornalistas que acompanharam Sua Exa. o Presidente do Governo aos EUA:

Em resposta ao requerimento em referência, cumpre informar o seguinte:

A RTP no desempenho da sua acção envia equipas de reportagem aos mais diferentes locais do território nacional e internacional. O único motivo que conduz a tais decisões resulta do interesse informativo do trabalho a executar.

A concretização das deslocações apenas exige que as verbas atribuídas nos orçamentos sejam suficientes para cobrir os gastos eventuais.

No caso presente, era evidente o interesse da deslocação de uma equipa do CRA-RTP. O Presidente do Governo Regional deslocava-se aos Estados Unidos, em representação directa de Sua Excelência o Presidente da República, para presidir às comemorações do Dia de Portugal.

O trabalho executado pelos nossos enviados especiais demonstrou, cremos, o interesse informativo da deslocação.

A equipa do CRA-RTP, constituída por um jornalista, um operador de câmara e um operador de montagem dispendeu no total 748.280\$50 (setecentos e quarenta e oito mil duzentos e oitenta escudos e cinquenta centavos). Esta quantia inclui transporte aéreo com pessoal e material, ajudas de custo, estadia, transportes terrestres, telefonemas e despesas bancárias.

Informa-se que o programa resultante da deslocação, além das crónicas telefonadas transmitidas em telejornal, teve a duração de uma hora e dez minutos.

Os melhores cumprimentos.

O Director do Centro Regional dos Açores da RTP: *José Maria Costa Parente*.

Resposta ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado José António Rodrigues de Melo, respeitante à acumulação das funções de Tesoureiro Municipal com Tesoureiro de Fazenda Pública.

Relativamente aos requerimentos de 21-7-82 e 21-9-82,

sobre o assunto em epígrafe, que deu entrada nessa Secretaria com os números 792 em 22-7-82 e 967 em 22-9-82, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo de informar que a Secretaria Regional da Administração Pública tem em elaboração proposta de diploma sobre a matéria, a apresentar em breve à Assembleia Regional.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete: *Eduardo Gil Miranda Cabral.*

Resposta a um requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Conceição Bettencourt e Fernando Monteiro, sobre divulgação através da RTP e RDP dos debates parlamentares:

Em resposta ao requerimento em referência, cumpre informar o seguinte:

O Centro Regional dos Açores e, designadamente, o seu Subdepartamento de Informação têm na maior importância as actividades do Parlamento Açoriano. Nem de outro modo poderia ser, dado que é no Parlamento que se consubstancia a Autonomia Regional, na sua expressão mais pura. Sendo assim, e sendo verdade que a Assembleia Regional é que aprova a grande parte dos documentos que condicionam o desenvolvimento económico-social da Região, é evidente que o Centro Regional dos Açores da RTP dá o maior valor às actividades do Parlamento Regional.

Acontece que a RTP não dispõe ainda na Região Autónoma dos Açores de um sistema de feixes inter-ilhas que lhe permita executar o seu trabalho com a serenidade e qualidade desejáveis dados os condicionalismos existentes que nos reduzem fortemente a possibilidade de actuar com a actualidade que desejaríamos e com a qualidade que nos é exigida.

Estes condicionalismos impedem claramente que a cobertura normal do dia a dia das Sessões do Parlamento Açoriano possa ser efectuada como gostaríamos.

Em qualquer caso, para além do esforço dos nossos jornalistas e operadores que, diariamente enviam crónicas e com certo atraso preparam trabalhos-síntese de divulgação dos debates, temos insistido com o Conselho de Gerência da RTP e com as entidades da tutela para a aceleração do processo da cobertura integral da Região pela TV, onde está incluída a ligação por feixes à Terceira e ao Faial, permitindo-nos os directos da actualidade necessários e imprescindíveis ao bom funcionamento da RTP na Região.

Para já, não nos é possível aumentar a quantidade de informação produzida, coisa que pensamos poder concretizar-se logo que sejamos dotados dos meios humanos e técnicos indispensáveis para uma promoção de melhor qualidade e simultaneamente em maior quantidade.

Os melhores cumprimentos.

O Director do Centro Regional dos Açores da RTP: *José Maria Costa Parente.*

Resposta ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro, referente ao plano de abastecimento de água em Santa Maria e os investimentos inter-municipais:

Relativamente ao requerimento de 20-9-82, sobre o assunto em epígrafe, que deu entrada nessa Secretaria com o

número 946 em 21-9-82, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo de transcrever a V. Exa. a informação prestada pela Secretaria Regional da Administração Pública:

«Com a entrada em vigor da Lei 1/79 foi concedida aos municípios a autonomia financeira.

Dispondo anualmente de uma verba (alínea c) do artigo 5º da referida lei compete aos órgãos autárquicos respectivos definir prioridades e afectar esses recursos financeiros de acordo com as necessidades básicas na sua área de actuação. De acordo com a Resolução número 2/81, aprovada pela Assembleia Regional em 28 de Janeiro de 1981, é da competência dos municípios a execução de obras de abastecimento de água. No corrente ano recebeu este município a verba de 20 626 contos pela alínea c) para a execução dos seus investimentos. Prevê-se ainda na Lei 1/79, que continuem a ser pagos pela Administração Regional as obras que tiveram o início de execução antes da entrada em vigor desse diploma. Para que se mantenha uma situação de justiça para com os municípios directamente executores das obras faz-se o desconto na alínea c) respectiva até ao limite dos 50%. Senão vejamos:

O Município de Vila do Porto em 82 receberia pela alínea c) a verba de 20 626 contos, mas como possui obras de abastecimento de água com início de execução anterior a 79 no valor de 27 630 contos, pagos por compromissos do Governo Regional, recebe livre a verba de 10 313 contos (50% da alínea c) do artigo 5º). Assim sendo para obras a Câmara passou a dispôr de execução até ao montante de 37 943 contos (10 313 + 27 630 = 37 943).

As obras pagas pelos compromissos do Governo Regional em 82 são as seguintes: 1º Abastecimento de água a Feteiras e Santa Bárbara; 2º Abastecimento de água a São Pedro – 2ª fase; 3º Abastecimento de água a Vila do Porto, 4ª e 5ª fases – Construção do Reservatório de Valverde.

A situação de cada uma das obras é a seguinte:

1. *Abastecimento de água a Feteiras e Santa Bárbara*

Para esta obra foi aprovada uma dotação de 17 440 contos para 82. Até à data não foram apresentados autos de medição, que justifiquem o pagamento por esta verba. No entanto foram processadas por despacho de 2-6-82 o montante de 8 720 contos e 1 454 contos pelo despacho de 2-7-82. O Município estando na posse dessa verba, deveria enviar os autos de medição justificativos já que nos informou estar esta obra em execução. Não o fez no entanto até à data.

2. *Abastecimento de água a São Pedro – 2ª fase*

Para esta obra havia uma dotação aprovada para 1982 de 5 188 contos. Foram no entanto justificados os compromissos na sua totalidade e consequentemente esgotada a verba consignada para essa obra.

3. *Abastecimento de água a Vila do Porto, 4ª e 5ª fases – Construção do Reservatório de Valverde*

Sobre esta obra cumpre-nos informar que falta justificar por autos de medição os 62 565 contos já entregues à Câmara e relativos aos compromissos de 1981. Só assim se poderá comprovar a execução da obra no ano transacto.

Para o ano de 1982 foi aprovada uma dotação de 4 265 contos para esta obra que continua por não ser processada a

favor do Município devido à não apresentação dos autos de medição respectivos.

Também ao abrigo do Decreto-Regulamentar Regional n.º 55-81-A de 7 de Dezembro contraíu este Município um empréstimo de 4 000 contos para o financiamento da «Obra de abastecimento de água à Malbusca», beneficiando dessa bonificação de 10% por parte do Governo Regional.

Parece oportuno afirmar que é ao Município e aos respectivos órgãos autárquicos que compete a realização de um Plano Municipal Director e definidor dos investimentos nas áreas prioritárias.

Caso decidam ser prioritárias as obras de abastecimento de água na sua área de actuação e para tal não disponham de verbas para a sua execução deverão apresentar o seu pedido de empréstimo para o financiamento de tais obras e auferir assim das bonificações previstas no Decreto-Regulamentar Regional 55-81-A de 7 de Dezembro».

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete: *Eduardo Gil Miranda Cabral*.

Projecto de Decreto Regional

Protecção do Património Ananaseiro

Um dos marcos mais indeléveis da capacidade de iniciativa e labor dos micalenses do século XIX, manifesta-se no Património Ananaseiro, designadamente nos centros produtores de Ponta Delgada e Vila Franca do Campo.

Ontem como hoje o custo integral do investimento é bastante elevado atingindo actualmente os dois contos por metro quadrado, o que representa um património instalado superior a um milhão e quinhentos mil contos pertencente a quinhentos proprietários e ocupando cerca de seiscentos estufeiros e ajudantes.

Dadas as circunstâncias de grande parte das estufas se situarem em áreas de expansão habitacional, são já muito frequentes os actos de desmantelamento das mesmas, independentemente do seu estado de conservação, e sem translação em contrapartida, prevendo-se o desaparecimento deste património ananaseiro na razão directa do alargamento e crescimento dos referidos centros urbanos, se não fôr encontrada uma solução prática e justa para o conter.

Considera-se urgente regulamentar sobre a matéria para salvar este valioso património de interesse público incontestável, sem prejuízo do indeclinável respeito pela propriedade privada.

Nestes termos, ao abrigo da a) do n.º1 do artigo 229.º da Constituição Portuguesa conjugada com a c) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei 39/80 de 5 de Agosto, a Assembleia Regional decreta o seguinte:

Artigo 1.º

É submetida a regime especial a construção de estufas de vidro para a cultura do ananás ou para outros usos.

Artigo 2.º

A construção de estufas de vidro é sujeita a licenciamento da entidade competente sob parecer do departamento regional responsável pelo fomento horto-frutícola.

Artigo 3.º

O desmantelamento de qualquer estufa de vidro, mesmo inoperativa, carece de autorização do departamento regional competente.

Artigo 4.º

É permitido o desmantelamento de estufas de vidro para dar lugar a construções urbanas, de prioridade evidente, sempre que o requerente monte estrutura equivalente noutro lugar.

Artigo 5.º

O departamento regional responsável pelo fomento do sector horto-frutícola fará publicar uma carta de zona vocacionada para a produção hortícola e de ananás em estufas de vidro, no prazo de 90 dias a partir da publicação deste diploma.

Artigo 6.º

A S.R.A. Pescas elaborará regulamentação própria ao abrigo da qual os interessados poderão solicitar bonificação de crédito e subsídio de reconstrução.

Artigo 7.º

A contravenção ao disposto no artigo 3.º deste diploma será punida com multa de 200\$00 a 2 000\$00 por metro quadrado de zona afectada.

Artigo 8.º

Incumbirá à S.R.A. Pescas fiscalizar o cumprimento deste diploma.

Artigo 9.º

Este diploma entra em vigor à data da sua publicação em Jornal Oficial da Região.

Horta, 18 de Outubro de 1982.

O Deputado Regional pelo CDS: *Fernando Monteiro*.

Projecto de Decreto Regional

A Comissão de Organização e Legislação, em relatório datado de 7 de Maio de 1982, sugere algumas alterações à orgânica e funcionamento dos serviços da Assembleia Regional dos Açores. De entre estas salienta-se as que se referem ao quadro de pessoal da Assembleia.

De facto, à medida que a experiência institucional do Parlamento açoriano vai avançando, torna-se recomendável proceder-se a alguns ajustamentos orgânicos, orientados para uma melhoria do funcionamento da Assembleia, e que dignifiquem a Autonomia Constitucional das Regiões Insulares Portuguesas.

Lamentavelmente, o relatório referido deve ter passado despercebido à maioria dos Deputados Regionais. Todavia, mantém-se actuais algumas das conclusões que apresenta, pelo que se julga oportuno tomar a iniciativa legislativa correspondente e, ainda, actualizá-la através da criação de novos postos de trabalho e funções indispensáveis à gradual re-

gularização dos serviços e ao estabelecimento de mais correctas relações de trabalho. Assim se propõe a criação de mais um lugar de compositor gráfico e se desdobrem as funções de operador de som e de operador de reprografia. Julgou-se igualmente importante criar o lugar de auxiliar técnico para apoio aos serviços de biblioteca, arquivo e documentação.

Não será demasiado realçar que um dos fundamentos mais importantes para a revisão orgânica proposta assenta na necessidade de resolver, de imediato, os gravíssimos problemas que o atraso na publicação dos Diários das Sessões representam quanto à imagem pública da Assembleia e às condições de exercício do mandato de Deputado Regional.

Assim, o Deputado signatário apresenta, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 20º do Estatuto, com pedido de urgência, o seguinte Projecto de Decreto Regional:

Projecto de Decreto-Regional que visa alterar a orgânica dos serviços da Assembleia Regional

Artigo 1º

O artigo 13º e o quadro a que se refere o artigo 12º do Decreto-Regional nº 26-80-A de 18 de Setembro passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 13º
(Requisitos de Provimento)

- 1 -
- a)
- b)
- c)
- d)
- e) Técnico profissional de biblioteca, arquivo e documentação, impressor, compositor gráfico, operador de som, operador de reprografia e auxiliar técnico, de entre indivíduos habilitados com o curso adequado ou com experiência profissional comprovada.
- 2 -
- 3 -

I

Quadro a que se refere o artigo 12º do Decreto-Regional nº 26-80-A de 18 de Setembro

Número de lugares	Categoria	Vencimento
.....
.....
.....
	<u>Personal Operário e Auxiliar</u>	
1	Impressor de 2ª classe, 1ª classe ou principal.....	M, L ou J
1	Operador de som de 2ª classe, 1ª classe ou principal.....	M, L ou J
2	Compositor gráfico de 2ª classe, 1ª classe ou principal.....	M, L ou J
1	Operador de reprografia de 2ª classe, 1ª classe ou principal.....	P, N ou L
1	Auxiliar técnico de 2ª classe, 1ª classe ou principal.....	P, N ou L
.....
.....

Artigo 2º

(Disposições Finais e Transitórias)

Os artigos 22º, 23º, 24º, 25º e 26º do Decreto Regional nº 25-80-A passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 22º

.....

Artigo 23º

.....

Artigo 24º

.....

Artigo 25º

.....

Artigo 26º

1 - As alterações constantes deste diploma serão tomadas em consideração no orçamento para 1983, vigorando antes da aprovação deste, desde que caibam nas provisões orçamentais para o corrente ano.

2 -
Horta, 4 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional: *José António Martins Goulart.*

Proposta de Decreto Regional

O Decreto Regional nº 3-81-A, de 4 de Abril, veio permitir a colaboração financeira da Administração Regional Autónoma em investimentos intermunicipais, considerando-se como tais as obras de abastecimento de água às populações e infraestruturas urbanísticas para habitação social.

Verifica-se porém que, ainda no sector do saneamento básico e directamente relacionadas com as obras de abastecimento de água, existem outras que interessa contemplar, dado não só o seu interesse para o bem estar das populações, como também o seu elevado custo de execução.

Assim,

O Governo Regional, nos termos da alínea i), do artigo 44º, do Estatuto da Região, apresenta à Assembleia Regional a seguinte proposta de Decreto-Regional:

Artigo único

O artigo 3º do Decreto-Regional nº3-81-A, de 4 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 3º

Serão contemplados apenas os investimentos em obras de saneamento básico e em infraestruturas urbanísticas para habitação social.

O Secretário Regional da Administração Pública: *Carlos Henrique Botelho Neves.*

Proposta de Resolução

A situação criada pela decisão de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Regional dos Açores, ao impedir que a equipa de reportagem da RTP-Açores possa, de pleno direito e ao abrigo da Lei de Imprensa, do Estatuto do Jornalista e do Regimento da Assembleia Regional dos Açores,

proceder à cobertura televisiva dos trabalhos do Parlamento Açoriano, obriga os representantes do Povo dos Açores a diligenciarem com firmeza no sentido da reposição da legalidade e dos meios indispensáveis à garantia do direito à livre informação dos açorianos.

De facto, Sua Excelência o Presidente da Assembleia Regional, ao admitir um requerimento apresentado verbalmente pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PSD que visava solicitar a suspensão da cobertura televisiva dos trabalhos parlamentares, conduziu a Assembleia a uma actuação ilegal e precipitada, só explicável no contexto de pressupostos fulanzantes e persecutórios.

A Assembleia Regional dos Açores não é um Tribunal.

Não detém a Assembleia Regional dos Açores poderes soberanos para fazer leis contra a Lei e, designadamente, para impedir nas suas sessões públicas o livre e pleno exercício das funções dos Órgãos de Comunicação Social. Se o fizer — como fez — atenta contra o Regime Democrático e a dignidade das suas instituições e envereda pelo caminho do abuso do poder.

Contra a situação criada foram até à data rejeitados pela Mesa da Assembleia e maioria parlamentar todos os esforços desenvolvidos pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Da leitura do Regimento da Assembleia Regional dos Açores resulta inequivocamente que o impedimento parcial e condicionado imposto à equipa de reportagem da RTP-A só se tornou eficaz — embora ilegalmente — através do exercício da competência própria de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Regional dos Açores que, ao abrigo do disposto na alínea h) do artigo 117.º do Regimento, *tomou uma medida que entendeu conveniente (. . .) em caso de desrespeito à dignidade da Assembleia ou perturbação do bom andamento dos trabalhos* (;).

Do exposto fica claro que o sancionamento e a responsabilidade executória da deliberação — processual e substancialmente ilegal — da Assembleia cometem-se integralmente ao seu Presidente.

Para além destes factos torna-se oportuno referir que a RTP-A já havia esclarecido a Assembleia, por escrito, sobre os critérios que utiliza quanto à cobertura dos trabalhos parlamentares.

De facto, deve constar dos arquivos da Assembleia a resposta dada em 23-11-81 pelo Sr. Director do Centro Regional dos Açores da RTP ao requerimento nº 135 do Grupo Parlamentar do PS — merecendo especial interesse os seus números 10, 11 e 12 — que foi comunicada para conhecimento do Grupo Parlamentar do PS em anexo ao ofício com referência 1 234 de 31-12-81 pelo Chefe de Secção da Assembleia Regional dos Açores.

Assim, e não só porque a condição invocada para a suspensão — ilegalmente decidida — do livre exercício da actividade jornalística própria da equipa de reportagem da RTP-A na cobertura das sessões plenárias deixou de existir — isto é, são conhecidos por escrito os critérios utilizados pela RTP-A — como ainda porque o bom senso e a defesa da Liberdade e da Democracia impõem o respeito escrupuloso das Leis em vigor, o Deputado signatário apresenta, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 20.º da

Lei 39/80 de 5 de Agosto, com pedido de urgência, a seguinte Proposta de Resolução:

A Assembleia Regional dos Açores resolve revogar a decisão que determinou a suspensão da cobertura televisiva das reuniões plenárias da Assembleia Regional dos Açores pelas equipas de reportagem da RTP-A.

Horta, 5 de Novembro de 1982.

O Deputado Regional: *José António Martins Goulart.*

Parecer da Comissão Permanente de Organização e Legislação sobre o Projecto de Decreto Regional para Protecção dos Moinhos de Vento na Região.

1. A Comissão de Organização e Legislação reuniu pelas 15 horas do dia 10 de Novembro numa das salas da Secretaria Regional da Administração Pública para apreciar o Projecto de Decreto Regional de «Protecção aos Moinhos de Vento na Região».

2. A Comissão verificou que o diploma se enquadra na alínea c), nº 1, do artigo 26.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, pelo que compete à Assembleia Regional a sua apreciação. Não há, por outro lado, nenhum preceito constitucional ou lei geral que impeça à Assembleia Regional de legislar sobre a matéria.

3. Apreciado o Projecto a Comissão concordou com a necessidade de medidas que preservem os moinhos de vento ainda existentes e, até, que concorram para a sua conservação ou reconstrução. Parece à Comissão que a tónica deve ser claramente posta na promoção da sua conservação e da reconstrução e julga a mesma que o Governo poderá adquirir algum ou alguns dos moinhos de vento mais significativos.

4. No que se refere à apreciação na especialidade, julgou a Comissão conveniente que ficassem estabelecidas algumas regras fundamentais respeitantes à classificação e que a autorização para obras nos moinhos que forem classificados fique sujeita a parecer vinculativo da Direcção Regional dos Assuntos Culturais. Nestes termos a Comissão por unanimidade, resolveu sugerir ao Plenário da Assembleia um texto de substituição do seguinte teor:

Em todas as ilhas dos Açores vários são os padrões que simbolizam a luta dos seus habitantes pela sobrevivência ao longo dos séculos e que, muitas vezes, contribuem para a beleza da paisagem açoriana.

Contam-se entre estes padrões alguns moinhos de vento que são testemunhos de determinada fase das relações do homem com a natureza.

Considerando que alguns destes moinhos estão em perigo de sobrevivência por causa da utilização a que é votada actualmente esta forma de exploração da energia eólica, urge tomar medidas tendentes à sua defesa, preservação ou reconstrução.

Pelo que, a Assembleia Regional dos Açores decreta, nos termos do artigo 229.º, alínea a), da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

O Governo Regional tomará medidas tendentes à conservação ou reconstrução dos moinhos de vento que forem considerados de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Artigo 2.º

1. As Secretarias Regionais da Educação e Cultura e dos Transportes e Turismo, após levantamento e identificação dos moinhos de vento existentes nos Açores, procederão à classificação dos moinhos considerados de interesse nos termos do artigo anterior.

2. A classificação distinguirá entre os que devem ser preservados integralmente e os que devem sê-lo apenas exteriormente.

Artigo 3.º

O Governo poderá adquirir moinhos classificados ou subsidiar a conservação ou reconstrução dos mesmos.

Artigo 4.º

A realização de obras nos moinhos classificados fica sujeita ao parecer vinculativo da Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

Artigo 5.º

A infracção ao disposto no artigo anterior é punível com a multa de 5 000\$00 a 30 000\$00 e o proprietário fica obrigado a repôr os elementos caracterizadores que tenha destruído e a eliminar os que tenha introduzido em desconformidade com os objectivos da classificação.

Artigo 6.º

Este diploma entra em vigor 30 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da Região.

Angra do Heroísmo, 10 de Novembro de 1982.

O Presidente: *Melo Alves*.

O Relator: *Mário Silveira*.

Parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros sobre a Proposta de Resolução visando a contracção de um empréstimo externo até ao montante de 16 milhões de marcos alemães destinado a financiar o Programa n.º 23 — Desenvolvimento Agro-Pecuário do Pico, constante do Plano a Médio Prazo 1981-1984.

Reunida, no dia 11 de Novembro de 1982, numa das salas da Secretaria da Administração Pública, para apreciação da Proposta de Resolução supracitada, a Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, emite por maioria o seguinte parecer:

A presente Proposta de Resolução tem o seu enquadramento jurídico no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente nos seus artigos números 26.º, n.º 1, alínea h) e 87.º, n.º 2.

No que se refere ao Programa n.º 23 do Plano a Médio Prazo 1981-84, este destina-se a substituir em certa medida o Programa 19.2 — Fomento Forrageiro na Ilha do Pico.

O objectivo do programa é o aumento do nível da produção forrageira de cerca de 20 000 ha de pastagens de altitude e ao mesmo tempo prever a recuperação de 4 000 ha situados na zona litoral da Ilha.

A dotação financeira global, contempla o reembolso do empréstimo no quadriénio, cujas condições contratuais são as seguintes:

Condições do empréstimo

Montante — 16 milhões de marcos alemães

Conversão à data — 566 496 contos

Taxa de juro — 4,5 % /ano

Comissão de compromisso — 0,25 % /ano

Período do empréstimo — 15 anos

Amortizações — semestrais

Período de carência — 5 anos

Face ao exposto e considerando que o presente financiamento se destina a dar cobertura a um programa incluído no Plano a Médio Prazo e consequentemente já votado em devido tempo pela Assembleia Regional dos Açores e que as condições daquele nos parecem bastante vantajosas, a Comissão, por maioria com votos favoráveis dos elementos do PSD e abstenção dos elementos do PS deu o seu parecer favorável à Proposta de Resolução em causa.

Terceira, 12 de Dezembro de 1982.

O Presidente: *Carlos Teixeira*.

O Relator: *Jorge Castanheira Cruz*

Parecer da Comissão Permanente de Organização e Legislação sobre o Projecto de Decreto Regional para protecção à espécie marinha «Serranus guaza» (L) — o vulgar mero.

1. A Comissão de Organização e Legislação reuniu pela 10 horas do dia 10 de Novembro numa das salas da Secretaria Regional da Administração Pública em Angra do Heroísmo para apreciar o Projecto de Decreto Regional de protecção à espécie marinha «Serranus guaza» (L) — o vulgar mero.

2. A Comissão verificou que o diploma se enquadra na alínea c), n.º 1, do artigo 26.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, pelo que compete à Assembleia Regional a sua apreciação. Não há, por outro lado, nenhum preceito Constitucional ou lei geral que impeça a Assembleia Regional de legislar sobre a matéria.

3. Analisado o projecto na generalidade, a Comissão concordou na necessidade de medidas de protecção à espécie marinha mero, dada a grande destruição a que vem sendo sujeita pelos praticantes da caça submarina, sendo uma espécie cada vez mais rara.

Entendeu, porém, a Comissão que a protecção daquela espécie se devia fazer não pelo condicionamento previsto no projecto, mas pela proibição da sua captura pelos processos da caça submarina. Nas condições actuais parece ser esta a única forma viável e eficaz dado que outros tipos de condicionamento exigem estudos, regulamentação e formas de fiscalização que ainda não existem ou poderão demorar a estabelecer ou concretizar. Julgou ainda a Comissão não ser de proibir a pesca tradicional do mero, dado que a mesma sendo meramente ocasional e fortuita, nunca contribuiu nem contribui para a sua depreciação.

No que diz respeito à especialidade, entendeu a Comissão que a punição e as consequências das infracções devem ser mais graves do que as constantes no projecto.

Assim, a Comissão, por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade (excepto quanto a esta última em que houve abstenção do Deputado do CDS no que se refere à perda do produto da infracção e do equipamento) resolveu sugerir ao Plenário a substituição do texto do projec-

to pelo texto que se segue:

Considerando que a caça submarina tem conduzido ultimamente à diminuição da espécie marinha «Serranus guaza» (L) — vulgarmente conhecida por mero, já rara na maioria dos pesqueiros dos mares dos Açores, torna-se urgente tomar medidas eficazes de defesa daquela espécie, pelo que a Assembleia Regional dos Açores decreta, nos termos do artigo n.º 229º, alínea a), da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

É proibida nos mares dos Açores a caça submarina do mero «Serranus guaza» (L).

Artigo 2.º

1. A infracção ao disposto no artigo anterior é punível com multa de 2 500\$00 a 10 000\$00 e acarreta a perda do produto da infracção, bem como do equipamento utilizado na caça, com excepção do barco.

2. O produto das multas e o da venda do equipamento apreendido terão o destino previsto na Lei para os casos similares, e o pescado será entregue a instituições locais de solidariedade social.

Artigo 3.º

Incumbirá à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e às autoridades marítimas competentes a fiscalização do cumprimento do disposto neste diploma.

Artigo 4.º

Este Decreto-Regional entra em vigor 30 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da Região.

Angra do Heroísmo, 11 de Novembro de 1982.

O Presidente: *Melo Alves*.

O Relator: *Mário Silveira*.

Comissão Permanente para os Assuntos Internacionais

Relatório para o Período Legislativo de Novembro de 1982

I

Esta Comissão reuniu em 13 de Novembro de 1982, na cidade de Angra do Heroísmo, num dos dias em que integrou a Comissão Conjunta da Assembleia Regional para a apreciação das Propostas do Plano e do Orçamento para 1983.

O presente relatório, como os anteriores, destina-se a dar cumprimento ao artigo 33º do Regimento.

II

A Comissão iniciou os seus trabalhos com o registo da sua participação na Conferência dos Parlamentares Liberais da Europa e da América do Norte, que teve lugar na cidade de Ponta Delgada, de 2 a 5 de Setembro do ano corrente.

A Comissão considera de realçar o interesse regional em que mais esta reunião se tenha realizado nos Açores, pela oportunidade que traz de se conhecerem pessoas e ideias envolvidas na política internacional dos nossos dias, e pela projecção acrescida que resulta sempre para a Região. Por isso, afigura-se-lhe desejável que encontros desta natureza

continuem a verificar-se nesta Região, principalmente quando envolverem participantes de ambos os lados do Atlântico.

A Comissão foi convidada a tomar parte num Seminário sobre «Permanência e Evolução da Importância Estratégica dos Açores», que o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais pretende levar a cabo em Ponta Delgada, nos dias 27 e 28 do corrente mês.

A Comissão decidiu aceitar o convite, e que a sua participação naquele Seminário se integre num dos seus períodos de reunião.

III

Relativamente às negociações sobre as facilidades dos Estados Unidos nos Açores, vulgarmente conhecidas por «Acordo das Lajes», a Comissão reatou as reflexões que tem vindo a produzir sobre a matéria. E registou que tem sido repetidamente noticiada, ainda que não oficialmente, a reabertura das respectivas conversações para antes do fim do corrente mês de Novembro, o que não é para surpreender, uma vez que já tiveram lugar as eleições norte-americanas, os Estados Unidos já têm embaixador em Lisboa, e o acordo vigente caducará em princípio de Fevereiro próximo.

Foi referido porém, e com preocupação, que o Governo Regional dos Açores não terá sido ainda chamado a estas conversações, nem sequer a reuniões prévias, que habilitassem a delegação portuguesa a debater, com razoável margem de manobra, as condições de renovação, e mesmo de eventual ampliação, das facilidades existentes.

Sobre este assunto, a Comissão recorda que, para além do disposto no artigo 62º do Estatuto — o qual garante à Região uma efectiva presença na delegação portuguesa — existe hoje o compromisso formal do Governo da República no sentido de «ter em conta as definições dos interesses específicos feitos pelos órgãos próprios das Regiões Autónomas no tocante às negociações internacionais que lhes digam respeito, nomeadamente quanto a bases militares e suas contrapartidas» (pág. 58 do respectivo programa).

Este compromisso significa um vínculo expresso ao interesse regional, que transcende as simples normas de processo, e entra na própria substância das negociações.

Todas estas circunstâncias reforçam os direitos regionais a uma efectiva e eficaz participação, a qual não pode sofrer mais delongas, em matéria de tamanho interesse para o desenvolvimento regional e para financiamento dos respectivos programas.

IV

Postas estas considerações, importa pôr em relevo alguns pontos que não podem deixar de estar presentes nessas negociações.

O primeiro ponto a assinalar é que de 1979 (ano do último acordo) para cá, a importância estratégica dos Açores, como ponto de apoio às forças armadas norte-americanas, em função da Europa e do Médio Oriente, aumentou consideravelmente.

Aumentou correlativamente às conhecidas tensões mundiais, que até agora não pararam de crescer, nem é de prever que parem, pois têm que ver com uma crise energéti-

ca que flagela as economias do bloco oriental e do ocidental.

E aumentou em função de um uso mais intenso e mesmo mais diversificado, como se infere das modificações que se dizem programadas quanto à capacidade de armazenamento de combustíveis, e às infraestruturas aeroportuárias propriamente ditas.

Para além deste ponto, que depende de actos e vontades externas, referir-se-á que a construção do novo porto da Praia da Vitória constitui um factor adicional que de maneira nenhuma pode ser esquecido ou menosprezado.

O novo porto — já em processo de concurso — pelas suas grandes dimensões e situação, representa um elemento novo e sem paralelo, que vem potenciar assinalavelmente a importância estratégica de toda a Região, ampliando o leque das respectivas virtualidades, não só no campo económico, como no político-militar. É, com efeito, conhecido que as linhas de tráfego marítimo para um suporte logístico de uma eventual frente de confrontações na Europa teriam de ser desviadas de suas rotas tradicionais (mais a Norte) exactamente para a zona do mar dos Açores, na medida em que esta se encontra fora do alcance de determinadas armas do Pacto de Varsóvia.

Estas considerações significam que as contrapartidas a obter pela renovação das facilidades nos Açores não podem de maneira nenhuma limitar-se a uma mera correcção de valores monetários, a qual se circunscreva a ajustamentos que, jogando com factores cambiais, pretendessem apenas compensar a erosão do escudo, ainda por cima tirando partido da enorme alta do dólar. Isso permitiria uma actualização só aparente, em virtude da qual as ajudas financeiras para o desenvolvimento regional seriam substancialmente as mesmas (de um ponto de vista português) e porventura até inferiores (de um ponto de vista norte-americano).

A Comissão entende que qualquer arranjo deste tipo passará ao lado dos factores de valorização que ficaram sumariamente indicados.

Estes factores impõem uma revisão de fundo, e um aumento substancial das novas contrapartidas a estabelecer.

Angra do Heroísmo, 15 de Novembro de 1982.

O Presidente: *Álvaro Monjardino*.

O Relator: *Borges de Carvalho*.

Parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, sobre a Proposta de Orçamento para 1983.

Reunida nos dias 16 e 17 do corrente, numa das salas da Secretaria Regional da Administração Pública, para apreciação da proposta em epígrafe, a Comissão para os Assuntos Económicos, emite com os votos favoráveis do PSD e um voto contra do PS, o seguinte parecer:

Enquadramento jurídico

A presente proposta de Resolução enquadra-se no previsto, pelas alíneas g) e e) dos artigos 26.º e 44.º, respectivamente do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, Lei 39/80 de 5 de Agosto, conjugado com os artigos 9.º e 10.º do Decreto-Regional 3/78 de 18 de Janeiro.

Apreciação na generalidade

Em termos de mera análise quantitativa a estrutura or-

çamental para 1983 apresenta-se relativamente desequilibrada porquanto:

- As despesas correntes superam as despesas de investimento em 11%.
- As receitas correntes arrecadadas na Região representam 56% do total.
- As receitas de Capital arrecadadas na Região representam 18% do total das receitas de Capital.

Porém, a presente análise, é profundamente alterada, ao reflectirmos sobre os artigos 80.º, 84.º e 85.º do Estatuto Político-Administrativo da Região.

Na verdade as rubricas «Transferências» inscritas nas receitas correntes e de capital, incluem verbas a acordar para o ano de 1983 entre o Governo Regional e o Governo da República, relativas aos custos de insularidade, e verbas relativas aos acordos internacionais, verbas estas que após consideradas alteram significativamente o figurino orçamental da Região.

A verba relativa aos custos de insularidade (artigo 80.º do Estatuto) conheceu uma primeira quantificação prática no corrente ano tendo sido adiantada uma tranche de 1 500 000 contos que se espera ver completada até à cobertura das necessidades financeiras relativas ao ano de 1982.

Tal facto vem reforçar a fundamentação atrás exposta.

Assim, esta alteração da estrutura orçamental conduz-nos obviamente a encarar o défice orçamental de maneira bastante diferente.

Senão vejamos:

O Anexo I prevê, sob a designação de Receitas Correntes—Transferências (05) o valor de 3 285 000 contos, sob a designação de Receitas de Capital, Transferências (10) no valor de 3 115 000 contos e ainda Passivos Financeiros (12) no valor de 4 447 000 contos.

Refere-se igualmente que o défice orçamental é de 9 147 00 contos.

A aparente discrepância entre o somatório daquelas verbas e o montante do défice resulta do facto de na rubrica Transferências estar incluído uma verba estimada dos rendimentos provenientes dos acordos internacionais (1 700 mil contos).

Este último valor, porém julgamos dever corrigir-se para mais, considerando nomeadamente:

- Alteração cambial que coloca esta verba para mais de 1 800 00 contos.
- O aumento substancial das contrapartidas norte-americanas na negociação que começará ainda este ano, conquanto parte deste aumento esteja destinado ao financiamento da reconstrução das ilhas sinistradas (Resolução 2/82/A).
- Rendimentos provenientes do Acordo Luso-Francês para a utilização das facilidades nas Flores que deverão ser consideradas pela verba aprovada de 80 000 contos/ano.

Entende-se por outro lado de recomendar ao Governo Regional a não provisão do Passivo Financeiro de 4 447 000 contos, porquanto tal implicaria a aceitação de que o Estado não entregasse à Região mais de 4 500 000 contos.

Ora esta verba terá de ser considerada transferível ao abrigo dos artigos 80.º e 85.º do Estatuto Político-Adminis-

trativo da Região.

Sabe-se que a verba a transferir ao abrigo do artigo 85.º é de 3 000 000 contos, restando assim 1 500 000 contos atribuível ao artigo 80.º do Estatuto.

A verba de 1 500 000 contos é manifestamente insuficiente para corresponder às exigências de desenvolvimento da Região e no artigo 80.º do Estatuto encontram o suporte político e moral de uma muito maior dotação.

Ela deve pois, ser ampliada com o valor de 4 447 000 contos, que assim passariam a figurar na rubrica «Transferências», indicando-se igualmente o artigo do Estatuto a que se refere.

Na hipótese, de não razoável de o Estado não assumir inteiramente, no ano próximo, esta sua obrigação, poderá então vir a estudar-se a hipótese do recurso ao crédito.

Não obstante as reflexões anteriormente expostas, parece-nos que face à evolução das componentes orçamentais, é notório o esforço do Governo pela contenção das despesas correntes, uma vez que se prevê apenas um aumento de 19% daquelas, após dedução dos juros da dívida pública.

Por outro lado, o «déficit» do orçamento corrente, regista excluindo os encargos da dívida pública, apenas um agravamento de 12%, o que de certo modo traduz a aplicação das medidas de política tendentes à racionalização de consumo e de despesas não reprodutivas.

No que se refere ao orçamento de capital, o mesmo traduz a política de investimentos públicos com especial reforço para o aumento da capacidade produtiva, para a modernização da economia e melhoria do nível de vida das populações.

O montante de despesa de capital, no qual tem vindo a verificar-se uma relativa retracção, parece-nos ser realista, pois tem em conta a conjuntura económica nacional e internacional a qual não aconselha nem permite um esforço de investimento que implicasse um endividamento considerável da Região do qual resultaria reflexos negativos que se traduziriam em encargos financeiros a suportar em anos futuros.

Face ao exposto a Comissão por maioria dá o seu parecer favorável à presente proposta de resolução.

Angra do Heroísmo, 17 de Novembro de 1982.

O Presidente: *Carlos Teixeira*.

O Relator: *Jorge Castanheira*.

Declaração de voto.

O representante do Partido Socialista na Comissão, fundamenta o seu voto contra a proposta de orçamento para 1983 pelos seguintes motivos:

1. A manifesta insuficiência financeira face aos objectivos apontados na proposta do Plano para 1983;
2. Daí se pode deduzir a perspectiva de endividamento da Região ou, em contrapartida, a incapacidade de execução do Plano;
3. Como tal, a proposta de Orçamento, surge debilitada, em termos reais, face ao preconizado no Plano.

Assina: O representante do PS.

Parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros sobre a proposta do Plano para 1983.

A Comissão reunida nos dias 11, 12, 15, 16 e 17 de No-

vembro, numa das salas da Secretaria Regional da Administração Pública, a fim de se pronunciar sobre a proposta do Plano para 1983, emite por maioria o seguinte parecer:

Enquadramento jurídico

A presente proposta enquadra-se nas alíneas f) e j) dos artigos 26.º e 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região, conjugado com o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Regional n.º 5-78-A de 17 de Fevereiro.

Apreciação na generalidade

O Plano para 1982, instrumento de nacionalização de economia regional, integra-se no Plano a Médio Prazo oportunamente aprovado pela Assembleia Regional.

Deste facto, resultou que a Comissão entendeu como método de trabalho e de análise, apreciar o Plano do seguinte modo:

1. — Análise da compatibilização das opções expostas no Plano a Médio Prazo com as medidas de política preconizada no Plano Anual;
2. — Apreciação do Plano na generalidade tendo em atenção a evolução das conjunturas económicas nacional e internacional;
3. — Apreciação dos programas sectoriais, ouvindo-se para o efeito os Secretários Regionais respectivos.

No que se refere ao primeiro ponto de apreciação, parece-nos de ter em conta o facto de pela primeira vez e de «per si» se ter um Plano Anual para apreciação, enquadrado no Plano a Médio Prazo.

Sendo a actividade de planeamento, flexível, resultou obviamente que o documento reflectisse uma certa inflexão, que de modo algum alterou as opções de médio prazo.

Na verdade, as grandes opções mantêm-se. A orientação para estimular o investimento privado é uma constante.

A seriação das prioridades anuais encontra-se coadunada com o previsto no Plano a Médio Prazo, constituindo uma inflexão o programa do sector de Educação relativo à Escola Secundária de Ponta Delgada, a qual resultou de uma pressão social inadiável face à realidade escolar daquela cidade.

Por outro lado parece-nos conveniente salientar o aparecimento de certos programas novos, que não aparecendo no Plano a Médio Prazo, também não alteraram as grandes opções de desenvolvimento regional.

Referimo-nos, concretamente aos programas relativos à Zona Franca em Santa Maria, aos Parques de Enchimento de Combustíveis e à formação de quadros para a relações com a C.E.E. .

Em suma, as alterações do Plano para 1983, em relação ao P.M.P. não se traduziram numa inflexão da política e decorreram por força da evolução de preços de mercado, da execução e da experiência vivida em 1982 e das alterações da conjuntura económica e social.

No que respeita ao segundo ponto de apreciação e análise, nomeadamente o de enquadramento do Plano Anual na conjuntura económica nacional e internacional, parece-nos que a não existência de algumas omissões valorizariam o documento dando uma dimensão mais real do enquadramento do Plano.

Julgamos assim que deveriam ser referidos ao tratar de conjuntura económica internacional os efeitos negativos pa-

ra a economia regional, documentos, da evolução do mercado de trabalho nos EUA e Canadá cujas taxas de desemprego se prevêem apreciar conduzindo a reflexos esperados e que até já se começam a notar na emigração açoriana.

Por outro lado, a importância da CEE e o reforço dos programas de pescas e o Porto da Praia da Vitória parecem-nos que deveria merecer uma reflexão maior a nível de enquadramento internacional e nacional do Plano.

A nível de enquadramento nacional do Plano a inexistência de uma adequada política para a agricultura e para a indústria de lacticínios no Continente poderá trazer reflexos negativos na colocação de produtos açorianos designadamente os lácteos.

Parece-nos também importante ter em devida atenção a situação económica e financeira do País porquanto as perspectivas da evolução nacional e internacional eram mais optimistas aquando da elaboração do Plano a Médio Prazo do que são no momento actual, podendo ter os seus reflexos no financiamento do Estado à Região e tendo certamente reflexos a nível de preços e bens de investimento.

Por último, e no que se refere à quantificação dos objectivos sectoriais do Plano parece-nos de realçar no que respeita a forma de apresentação daqueles, várias melhorias nele introduzidas. Assim nota-se por exemplo no que se refere a quantificação de objectivos do sector de transportes — estradas regionais se quantifiquem por Un/ Km as estradas previstas. Porém, julgamos ser de proceder a mais alguns esforços nesse sentido em outros sectores com vista a aperfeiçoar-se o trabalho do planeamento regional.

Em referência ao último ponto da apreciação do Plano, ou seja o de análise sectorial, foram ouvidos os Secretários respectivos, com excepção dos Secretários Regionais do Trabalho e do Comércio e Indústria, do Equipamento Social e da Administração Pública.

A análise, incidiu especialmente:

No Sector de Educação: A nota preocupante foi a de se procurar esclarecer sobre os objectivos concretos nesta área, nomeadamente, o do cumprimento total da escolaridade obrigatória de 6 anos o objectivo de preparação para em 1984 se estar em condições para se avançar para a escolaridade obrigatória de 9 anos e o imperativo de se pôr em vigor a via profissionalizante no ensino.

Outras acções, como a de formação de professores para o ensino primário previstas na parte introdutória do sector, são objectivo a implementar de imediato e têm o seu cabimento orçamental nas despesas correntes da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Nos sectores dos Transportes e Turismo, verifica-se apenas uma inflexão a nível de preços que decorre obviamente do mecanismo contratual de obras que é o de revisão de preços, uma vez que se continua o lançamento de todos os projectos que estão contemplados no Plano a Médio Prazo.

Nos sectores de Agricultura e Pescas, é de realçar a entrada em funcionamento do Instituto de Crédito Agrícola — IFADAP, assim como do reforço dos programas relativos às pescas.

Apraz-nos registar a experiência positiva do cercador atuneiro «Elizabeth C. J.» nos mares dos Açores.

Prevê-se pois que a pesca de cerco se torne realidade,

com as consequências positivas daí advenientes, tanto mais que no presente ano encontraram-se a pescar no Atlântico 74 novos cercadores.

A nível do sector agrícola e agro-pecuário, o objectivo fixado continua a ser o de reforço de qualidade do produto, encontrando-se no Plano programas específicos e dirigidos directamente aos respectivos sectores, assim outros de não menos importância que irão actuar a nível do correnteemente chamado tecido económico da agricultura (água, caminhos de penetração, escolas, Serviço Regional de Saúde, etc.).

No que se refere aos restantes sectores produtivos, nomeadamente os do comércio e indústria o Governo possui já os instrumentos legislativos básicos necessários para implementação do reforço do investimento privado e para a sua modernização esperando-se que em tempo breve a regulamentação dos incentivos seja efectuada.

Face ao exposto a Comissão por maioria e com um voto contra do elemento do Partido Socialista dá o seu parecer favorável à Proposta do Plano para 1983.

Os pareceres da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, da Assembleia Municipal do Concelho da Horta, da Assembleia Municipal de Ponta Delgada e do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas sobre a Proposta do Plano para 1983, por serem os que atempadamente chegaram à Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, encontram-se arquivados no respectivo processo.

Angra do Heroísmo, 17 de Novembro de 1982.

O Presidente: *Carlos Teixeira*.

O Relator: *Jorge Castanheira*.

Declaração de voto

O representante do Partido Socialista, na Comissão, fundamenta o voto contra a Proposta do Plano para 1983 pelos seguintes motivos:

1. O PS votou contra o P.M.P., justificando na altura, os motivos subjacentes à sua posição de voto;
2. A Proposta do Plano para 1983 surge desfocada dos grandes problemas reais da Região mantendo os pressupostos e medidas de política do P.M.P..

Ass: *O representante do PS*.

A REDACTORA de 2.^a classe: *Idília Maria da Costa Macedo Cardoso*.